



**Ministro de Estado da Educação**  
Milton Ribeiro

**Secretário-Executivo**  
Victor Godoy Veiga

**Secretário de Alfabetização (Sealf)**  
Carlos Francisco de Paula Nadalim

**Secretário de Educação Básica (SEB)**  
Mauro Luiz Rabelo

**Secretária de Modalidades Especializadas de Educação (Semesp)**  
Ilda Ribeiro Peliz

**Secretário de Educação Profissional e Tecnológica (Setec)**  
Tomás Dias Sant'Ana

**Secretário de Educação Superior (Sesu)**  
Wagner Vilas Boas de Souza

**Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres)**  
Paulo Roberto Araujo de Almeida

**Presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**  
Cláudia Mansani Queda de Toledo

**Presidente da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh)**  
Oswaldo de Jesus Ferreira

**Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)**  
Marcelo Lopes da Ponte

**Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)**  
Danilo Dupas Ribeiro





## ÍNDICE

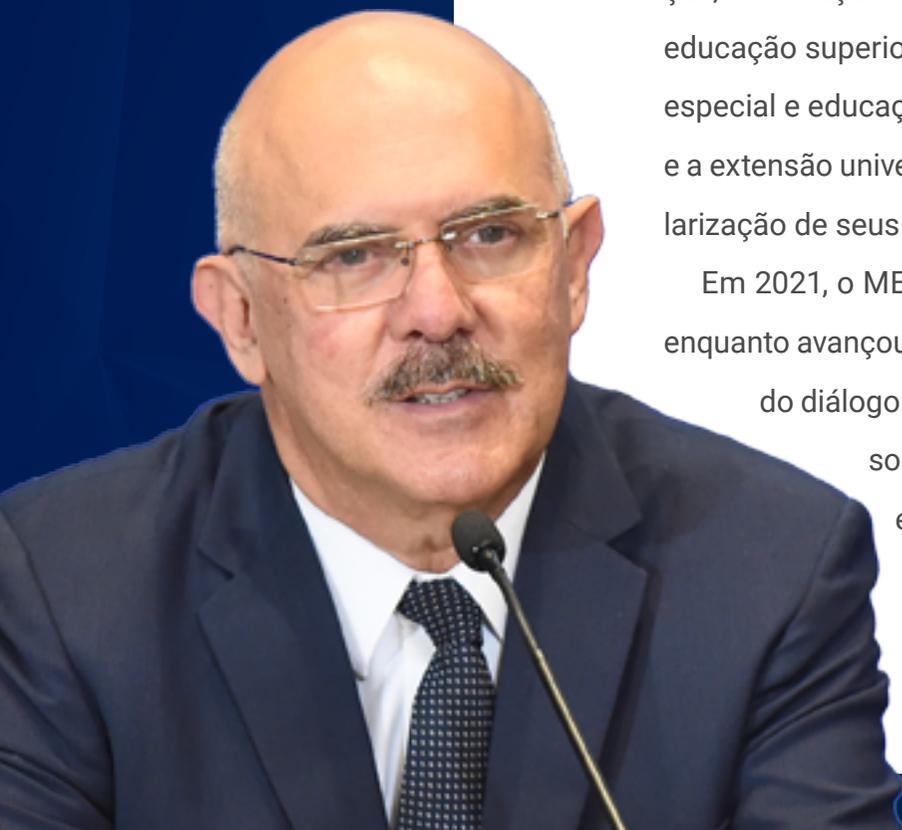
PALAVRA DO MINISTRO _____	4
1. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO _____	9
1.1 CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE) ____	32
2. RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS ____	45
3. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO ____	50
4. RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO _____	67
4.1 PRINCIPAIS RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO _____	83
4.2 RESULTADOS DAS PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO OU AÇÕES DA UPC _____	131
5. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS E CONTÁBEIS ____	167

## Palavra do Ministro

Você tem em mãos o Relatório de Gestão 2021 do Ministério da Educação (MEC). A partir deste documento, você conhecerá, em detalhes, as propostas, a estratégia, os objetivos, investimentos, planos, as ações e os programas que o MEC realizou. Este Relatório representa, também, uma celebração de direitos adquiridos, mais precisamente após a Constituição de 1934, quando a educação foi finalmente reconhecida como um direito de todos, a ser ministrada pela família e pelos poderes públicos.

Hoje, o Ministério da Educação tem como áreas de competência a política nacional de educação; a educação infantil; a educação em geral, compreendendo ensino fundamental, ensino médio, educação superior, educação de jovens e adultos, educação profissional e tecnológica, educação especial e educação a distância; a avaliação, a informação e a pesquisa educacionais; a pesquisa e a extensão universitárias; o magistério; e a assistência financeira a famílias carentes para a escolarização de seus filhos ou dependentes.

Em 2021, o MEC manteve o foco na educação de qualidade, equidade e com acesso a todos, enquanto avançou com planos que se moldaram ao cenário provocado pela Covid-19. O incremento do diálogo e da articulação com as redes de ensino foi fundamental para agilizar os processos e seguir em frente com ações que não só mitigassem os efeitos da pandemia na educação, mas que também mantivessem o ritmo das ações e dos programas já fundamentados, além da implementação de novos projetos. O desafio era imenso, mas a vontade de seguir foi ainda maior.



O MEC orientou e incentivou o retorno seguro das atividades escolares em 2021. Nesse sentido, foi elaborado o Guia de Implementação de Protocolos de Retorno das Atividades Presenciais nas Escolas de Educação Básica, com orientações coletivas e individuais para que estudantes, servidores e colaboradores pudessem retomar as atividades com segurança, além do investimento em ações que apoiaram o retorno à presencialidade e à recuperação das aprendizagens.

Por meio deste Relatório, você também conhecerá os programas suplementares à educação, que garantem o acesso e a permanência em sala de aula, bem como a qualidade do ensino e da aprendizagem. Em 2021, o MEC apoiou os estudantes de todas as etapas da educação básica, por meio de programas de alimentação; transporte escolar; materiais pedagógicos, didáticos e paradidáticos; periódicos e obras de referência; além de transferência de recursos às escolas.

Para a alfabetização, cabe destaque ao repasse realizado de R\$ 182,8 milhões, por meio do PDDE Alfa-

betização, para as 31,1 mil escolas que aderiram ao Programa Tempo de Aprender. Os recursos são destinados à atuação de assistentes de alfabetização e para a cobertura de outras despesas de custeio, como aquisição de materiais de consumo ou contratação de serviços com foco nessa importante etapa de ensino.

E, a fim de apoiar a universalização do acesso à internet de alta velocidade e o fomento do uso pedagógico de tecnologias digitais na educação básica, foram mantidos os investimentos em ações que viabilizam a contratação de conectividade e o fomento do uso de tecnologia na prática pedagógica. Aqui, cabe destaque ao Programa de Inovação Educação Conectada (Piec), com investimento de mais de R\$ 340 milhões, o maior valor já investido desde a criação do Programa, em 2017.

Além disso, em 2021, o MEC superou a meta anual de implantação de 54 escolas cívico-militares. Foram investidos R\$ 49 milhões, beneficiando 86 mil estudantes, viabilizando uma educação transformadora e promotora de qualidade e equidade no direito à educação

escolar básica. O Programa possui, atualmente, 127 escolas cívico-militares implantadas.

Também merecem destaque as ações relativas à implementação da reforma do ensino médio, que teve como um de seus objetivos garantir a permanência dos estudantes nessa etapa da educação básica, além de atender às necessidades e às expectativas dos jovens, fortalecendo o protagonismo juvenil à medida que possibilita aos estudantes escolherem o itinerário formativo no qual desejam aprofundar seus conhecimentos. Um exemplo é o Programa de Fomento às escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI), que visa apoiar a ampliação da oferta de educação em tempo integral no ensino médio por meio da transferência de recursos para as Secretarias de Educação estaduais e distrital. Nesse contexto, o MEC repassou, em 2021, R\$ 232,8 milhões, contemplando, aproximadamente, 1.425 escolas e 312.513 matrículas, baseando-se nos dados do Censo Escolar de 2020.

O MEC também busca planejar e coordenar a formulação e a implementação de ações e políticas

educacionais que promovam o direito à educação das populações do campo, dos povos indígenas, dos remanescentes de quilombolas, das populações em situação de itinerância e dos povos e das comunidades tradicionais, em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, promovendo o apoio às ações de melhoria da gestão e infraestrutura escolar, formação de professores e de desenvolvimento de materiais didáticos e pedagógicos específicos para suas modalidades e públicos. Nesse contexto, cabe destacar o PDDE Água, que garante adequações necessárias ao abastecimento de água em condições apropriadas para consumo e o esgotamento sanitário, com um investimento de cerca de R\$ 56,6 milhões e 141.614 estudantes beneficiados em 2021, e o PDDE Campo, voltado à adequação e benfeitoria na infraestrutura física das escolas do campo, que contou com cerca de R\$ 88,5 milhões investidos, beneficiando 1.422.230 estudantes.

Quanto à educação profissional e tecnológica, o MEC formula, planeja, coordena, implementa, monitora e avalia políticas públicas e tem como prioridade

fortalecer as ações que viabilizem a ampliação da oferta da educação profissional técnica de nível médio, assim como a oferta de qualificação profissional por meio de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC). Em 2021, merece destaque o desenvolvimento de diversas ações voltadas a aproximar o estudante do mercado de trabalho e incentivar o empreendedorismo, além do aumento da oferta de cursos on-line abertos e massivos. Ao longo de 2021, foram empenhados R\$ 1,4 bilhão para garantir o funcionamento, com qualidade, dos IFs.

Outra importante ação é o Programa Qualifica Mais, que busca potencializar a inclusão produtiva e a entrada dos estudantes egressos no mercado de trabalho, por meio da qualificação profissional. No âmbito do Programa foram ofertadas, em 2021, mais de 128 mil vagas em cursos de qualificação profissional. Os cursos estão sendo realizados entre os anos de 2021 e 2022 com investimentos da ordem de R\$ 93,4 milhões.

No contexto da educação superior, o MEC tem o compromisso de ampliar o acesso e elevar a qualidade, o que contempla ações de apoio ao ingresso, à perma-

nência, aos projetos de pesquisa, ao desenvolvimento e à inovação, formação e geração de conhecimentos. Além disso, com vistas ao cumprimento das normas gerais da educação superior, a fim de zelar pela regularidade e pela qualidade da oferta dos cursos de graduação e de pós-graduação ofertados, o MEC também exerce funções de regulação e supervisão. Aqui, cabe destaque à ação que permitiu a oferta de conectividade aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica da Rede Federal de Educação e o incremento de novas vagas na educação superior pública na modalidade a distância – a EaD. Além das ações para acesso ao ensino superior, o MEC também assegurou mais de R\$ 1 bilhão para atender aos programas de assistência estudantil em 2021 que, durante o período da pandemia, foram fundamentais para garantir a permanência e o êxito dos estudantes em situação de vulnerabilidade nos cursos de graduação das universidades públicas.

Em 2021, todas as etapas de ensino contaram com a intensificação de programas de formação de professores

e gestores educacionais que, como facilitadores e articuladores do conhecimento, representam o ponto fundamental de todo o processo. Foram elaborados e disponibilizados materiais e recursos em formato digital, além da realização de fóruns on-line.

Foram mantidas as avaliações, instrumentos imprescindíveis na produção de estatísticas educacionais no Brasil.

No incentivo à pesquisa, como ação de enfrentamento à pandemia, em 2021, foi publicado um edital com caráter interdisciplinar, voltado a apoiar a formação de recursos humanos de alto nível e o desenvolvimento de pesquisas acadêmico-científicas com foco nos impactos sociais, econômicos, culturais e históricos decorrentes da Covid-19.

As ações aqui citadas, bem como o detalhamento dos investimentos, programas, estratégias e normativos, estão registradas ao longo deste Relatório, em linguagem de fácil acesso, de forma a tornar possível o conhecimento de cada aspecto do trabalho realizado pelo MEC. O Relatório ora apresentado é o reflexo do trabalho de uma rede de profissionais que busca o fortalecimento da base do desenvolvimento do país a partir da construção de uma história em que cada estudante, cada professor e cada profissional envolvido com a missão de educar possam experimentar, aprender e ampliar horizontes, compreendendo a si mesmo e ao outro.

***Milton Ribeiro***

*Ministro de Estado da Educação*



# **1. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO**

## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO: MISSÃO E VISÃO INSTITUCIONAL

O Ministério da Educação (MEC) é o órgão da estrutura administrativa da República Federativa do Brasil, cabendo-lhe formular e coordenar a política educacional do País, em regime de colaboração com os sistemas de ensino. Sua missão é “garantir o pleno exercício do direito à educação, em articulação e colaboração com os entes federados, em benefício da sociedade”.

### MISSÃO

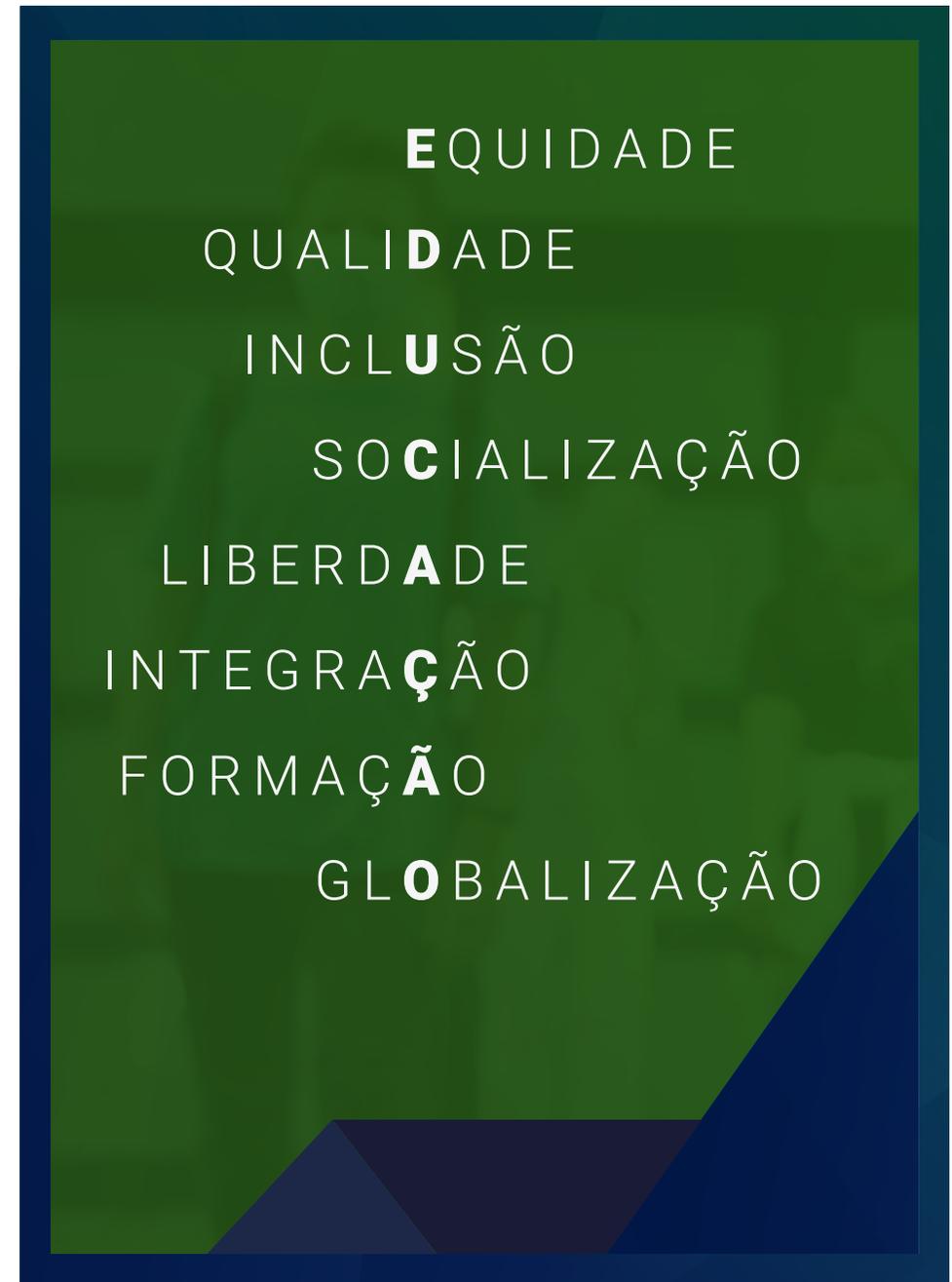
Garantir o pleno exercício do direito à educação, em articulação e colaboração com os entes federados, em benefício da sociedade.

### VISÃO

Ser protagonista no desenvolvimento de indivíduos capazes de atuar em um mundo de constante transformação, elevando os níveis de aprendizagem e inovação.

### VALORES

Transparência | Integridade | Pluralismo | Equidade | Inclusão e Acessibilidade | Participação Social | Cooperação | Compromisso com Resultados | Inovação



A missão, a visão e os valores do MEC estão definidos no Planejamento Estratégico Institucional (PEI). O Planejamento Estratégico consiste no desdobramento da dimensão da estratégia e das diretrizes e políticas em objetivos estratégicos, projetos e indicadores. Os instrumentos, como o Mapa Estratégico, a lista de Projetos, os Indicadores e as Metas do Planejamento Estratégico Institucional foram aprovados pela alta gestão, no âmbito do Comitê de Governança, Integridade, Gestão de Riscos e Controles do Ministério da Educação (CGIRC/MEC).

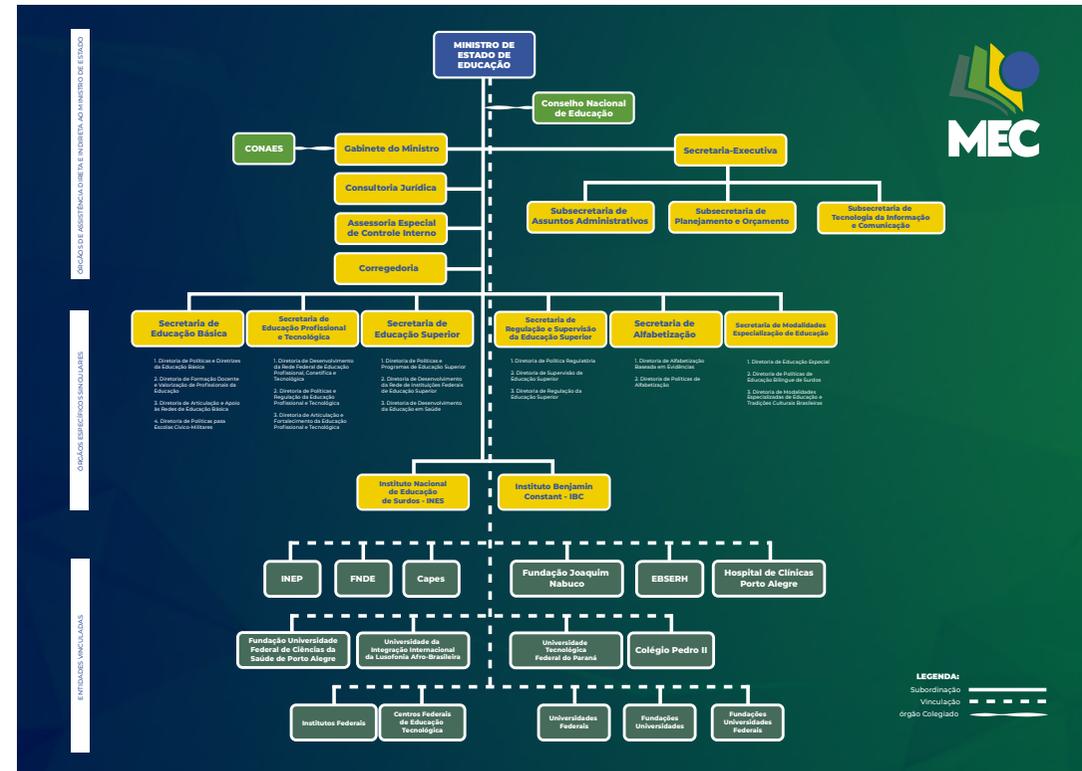
Após um processo de revisão e atualização, o portfólio do PEI ficou composto por 16 objetivos, 57 indicadores e 28 projetos estratégicos. As informações aqui constantes foram priorizadas tendo como base o planejamento estratégico e os resultados que mais impactaram a organização, tanto do ponto de vista operacional quanto de gestão.

## ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

O Ministério da Educação é um órgão público da Administração Direta, organizado hierárquica e funcionalmente a partir do entendimento da sua estrutura regimental. O Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Educação e apresenta o sistema formal de hierarquia

funcional e relacionamentos de autoridade, em consonância com o Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019, que estabelece medidas de eficiência organizacional.

O site desta Pasta disponibiliza [organogramas](#) com a estrutura organizacional e a das unidades que o compõem, em conformidade com o decreto em vigência, dados que também podem ser encontrados no [Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal \(Siorg\)](#).



## ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

A Política de Governança da Administração Pública Federal está disciplinada no Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, que determinou a cada órgão da Administração Pública que constitua um Comitê Interno de Governança para execução da política de governança pública, de maneira a incorporar os princípios e as diretrizes definidos no normativo.

No âmbito do MEC, foi instituído o Comitê de Governança, Integridade, Gestão de Riscos e Controles (CGIRC), conforme a Portaria MEC nº 503, de 28 de maio de 2020, que instituiu os princípios, as diretrizes e a estrutura de governança do Ministério da Educação. Todas as instâncias instituídas no âmbito do MEC visam a influenciar e monitorar a direção estratégica no cumprimento de sua missão, na realização de sua visão e na promoção dos seus valores institucionais. A política está disponível no Portal do MEC.

## INSTÂNCIAS INTERNAS DE GOVERNANÇA

### Comitê de Governança, Integridade, Gestão de Riscos e Controles (CGIRC)

O CGIRC, instância máxima de governança do MEC, tem como objetivo o estabelecimento, a condução e avaliação das políticas de governança, gestão de riscos, controles internos e é responsável pelo programa de integridade. Os membros do referido Comitê, de caráter propositivo, são a alta gestão do MEC. É presidido pelo Ministro de Estado da Educação e composto pelos titulares de cada secretaria finalística do MEC, quais sejam: Secretaria de Educação Básica (SEB), Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec), Secretaria de Educação Superior (Sesu), Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres), Secretaria de Alfabetização (Sealf) e Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação (Semesp), bem como a Secretaria-Executiva do Ministério e, ainda, conta com o assessoramento técnico da Assessoria Especial de Controle Interno (AECI), e da Corregedoria e da Comissão de Ética.

### Subcomitê Assessor do Comitê de Governança, Integridade, Gestão de Riscos e Controles (SCGIRC)

O Subcomitê Assessor do Comitê de Governança, Integridade, Gestão de Riscos e Controles (SCGIRC) é uma instância de governança vinculada ao CGIRC e presta apoio tático e de assessoramento dos atos e deliberações do Comitê. Possui natureza técnica e visa a estimular e agilizar a troca de informações e experiências entre as áreas de ges-

tão, assessoramento e operações do Ministério bem como se propõe a consolidar propostas para o aprimoramento da governança, integridade, gestão de riscos e controles internos. O SCGIRC é presidido pelo chefe da Assessoria Especial de Controle Interno e composto pelos chefes de gabinetes das unidades organizacionais e por representantes técnicos de cada secretaria finalística do MEC (SEB, Setec, Sesu, Seres, Sealf e Semesp), bem como do Gabinete do Ministro, da Secretaria-Executiva, da Subsecretaria de Assuntos Administrativos, da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento e da Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação.

## SECRETARIA-EXECUTIVA DO MEC

A Secretaria-Executiva do Ministério da Educação tem um papel fundamental no apoio às reuniões técnicas do CGIRC, bem como no monitoramento de implementações das deliberações, visando ao cumprimento dos objetivos estratégicos, das políticas, das diretrizes, das metodologias e dos mecanismos para a comunicação e institucionalização da governança no âmbito do Ministério.

## INSTÂNCIAS INTERNAS DE ASSESSORAMENTO À GOVERNANÇA

**Assessoria Especial de Controle Interno – AECl:** tem o papel de prestar assessoramento técnico à alta administração do MEC nas áreas de governança, integridade, gestão de riscos e controles internos; promover ações de fomento à transparência ativa e passiva; tratar de manifestações de cidadãos, por meio da Ouvidoria, agregando a visão dos usuários sobre a prestação dos serviços públicos, para subsidiar ações de gestão e promover atividades de monitoramento e divulgação das deliberações e orientações provenientes do Comitê Interministerial de Governança, de que trata o art. 7º do Decreto nº 9.203, de 2017, e da Controladoria-Geral da União (CGU). Cabe destacar a Unidade de Gestão da Integridade (UGI), instituída pela Portaria MEC nº 563, de 30 de junho de 2020, representada pela AECl, que tem como principal atribuição a coordenação quanto às ações estabelecidas no Programa de Integridade no âmbito do MEC com vistas à prevenção e à mitigação de vulnerabilidades eventualmente identificadas. Além do monitoramento contínuo na prevenção, na detecção e no combate à ocorrência de atos lesivos, atua na sensibilização, na orientação e

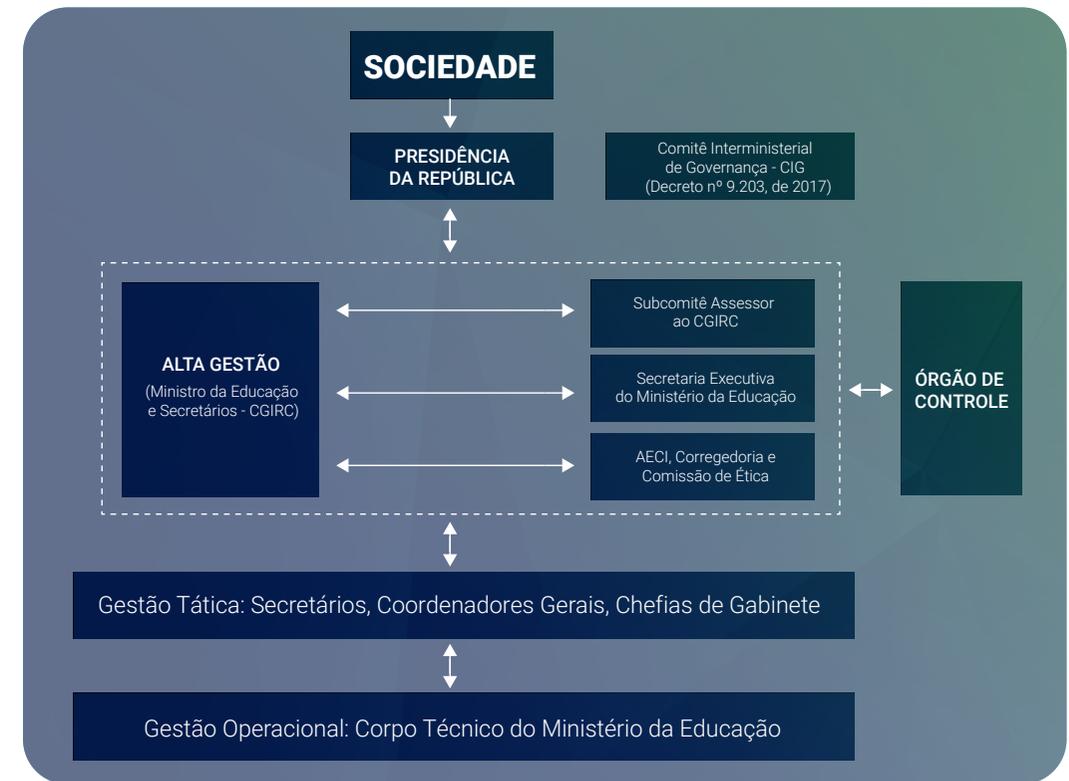
no treinamento dos servidores do MEC com relação aos temas atinentes ao Programa de Integridade, suscitando os potenciais riscos de integridade em alinhamento à gestão de riscos do MEC bem como trabalhando, em parceria com a Assessoria de Comunicação Social (ACS), para fomentar a cultura da Integridade no MEC.

**Corregedoria:** tem como principal atribuição a prestação de assessoramento técnico à alta administração do MEC na área de instauração de procedimentos de correição, tanto no caso de apuração da conduta de servidores como de empresas com as quais o MEC se relacione.

**Comissão de Ética:** compete à Comissão de Ética prestar assessoramento técnico à alta administração do MEC na área de promoção da ética e de regras de conduta dos servidores bem como no tratamento de casos de nepotismo e conflito de interesse, conforme a Portaria MEC nº 981, de novembro de 2020 e a Portaria MEC nº 178, de 31 de março de 2021, disponíveis no Portal do MEC.

## PRINCIPAIS NORMAS DIRECIONADORAS DE SUA ATUAÇÃO

O Plano Nacional de Educação (PNE) é o principal norteador da atuação do Ministério da Educação. Aprovado pela Lei nº 13.005, de



25 de julho de 2014, foi o fio condutor para a elaboração do Plano Plurianual (PPA), 2020-2023, e do Planejamento Estratégico Institucional (PEI) referente ao mesmo período.

As diretrizes estratégicas para a área da educação são reguladas pelo papel constitucional do MEC, definido no art. 208 da Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e em outras leis e planos educacionais, alinhados a diretrizes de governo, além de estudos abrangentes

tes, desenvolvidos pelo Governo Federal, empregando a metodologia atualizada e utilizada internacionalmente.

Além desses instrumentos e do papel constitucional que se deve pautar a estratégia de atuação do Ministério, destaca-se que todas as propostas de iniciativas e ações também devem seguir as diretrizes da Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil relativas ao período de 2020 a 2031 (EFD 2020-2031), instituída pelo Decreto nº 10.531, de 26 de outubro de 2020.

O PPA 2020-2023 (Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019) explicita a estratégia global do Governo Federal e, conforme a metodologia adotada atualmente, inova ao apresentar duas dimensões principais: estratégica e tática. Optou-se, assim, por restringir o seu conteúdo ao estritamente previsto na Constituição Federal, circunscrevendo seu foco à fixação de diretrizes, objetivos e metas.

Por sua vez, a dimensão operacional está associada ao planejamento estratégico de cada ministério. O planejamento da estratégia consiste no desdobramento da dimensão da estratégia e das diretrizes e políticas em objetivos estratégicos, projetos e indicadores. O Planejamento Estratégico do MEC resultou em um plano contributivo, por meio de debates orientados para a construção ou adequação da estratégia de atuação, promovendo, inicialmente, discussões sobre a

situação atual do órgão, a fim de diagnosticar lacunas e oportunidades de melhoria dos resultados institucionais e impactos gerados para a sociedade por meio das ações existentes.

## MODELO DE NEGÓCIOS/CADEIA DE VALOR

O Planejamento Estratégico do MEC foi publicado em abril de 2020 e apresenta a Cadeia de Valor construída a partir de levantamento documental e entrevistas com dirigentes, a fim de mapear os macroprocessos finalísticos e de suporte relacionados às competências e às atividades exercidas pelo MEC. A Cadeia de Valor organiza os macroprocessos da Instituição em três perspectivas: macroprocessos de suporte; macroprocessos de governança e macroprocessos finalísticos.

Tendo em vista a revisão e a publicação dos novos artefatos do PEI, ocorrida em 2021, o MEC solicitou, por meio do Sistema TransformaGov, consultoria técnica para reavaliação da Cadeia de Valor, serviço que será realizado ao longo do primeiro semestre de 2022.

Abaixo, segue a versão da Cadeia de Valor do MEC originalmente publicada e vigente em 2021:

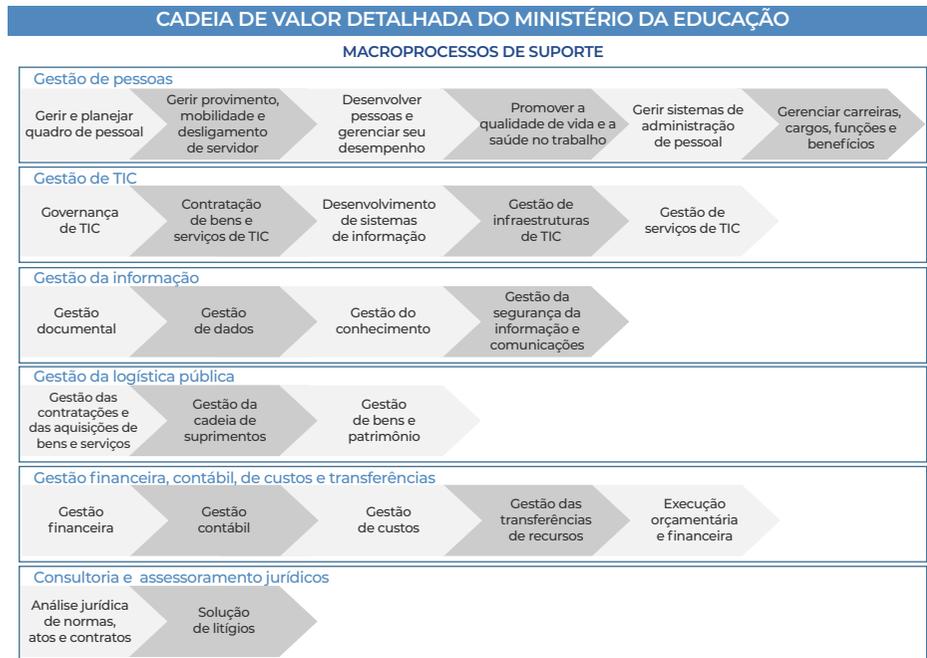
**Processos de governança:** relacionados ao gerenciamento da organização e que visam a promover as atividades necessárias à consecução dos seus objetivos



**Processos finalísticos:** relacionados à produção e/ou entrega de bens e serviços finais ofertados pela Organização.



**Processos de suporte:** relacionados às atividades que dão sustentação aos processos finalísticos e de governança.



O resultado da Cadeia de Valor e seus macroprocessos estão representados na figura a seguir que contempla o conjunto de processos e macroprocessos do Ministério da Educação.



## POLÍTICAS E PROGRAMAS DE GOVERNO

O Ministério da Educação mobilizou-se a fim de referenciar o Planejamento Estratégico Institucional e os programas finalísticos constantes do Plano Plurianual às metas do PNE, visando à convergência entre os atributos desses instrumentos de planejamento governamental.

### PLANO PLURIANUAL – 2020-2023

O Plano Plurianual, previsto no art. 165 da Constituição Federal, estabelece diretrizes, objetivos e metas para o período de quatro anos. O PPA para quadriênio 2020-2023 foi instituído pela Lei nº 13.971, de 2019, e foi construído a partir de uma metodologia inovadora que incorporou os aspectos da simplificação, de realismo fiscal e da integração com o ciclo orçamentário. O MEC é responsável por seis programas no PPA 2020-2023, sendo que os Programas 6015 e 6016 passaram a vigorar a partir de 2021:



PROGRAMA	OBJETIVO	META
<b>5011 – Educação Básica de Qualidade</b>	Elevar a qualidade de educação básica, promovendo o acesso, a permanência e a aprendizagem com equidade.	Atingir a meta de 5,59 no Ideb Sintético.
<b>5012 – Educação Profissional e Tecnológica</b>	Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica, em especial nos cursos técnicos e de qualificação profissional, adequando a oferta às demandas do setor produtivo.	Elevar para 3 milhões o total de matrículas em cursos técnicos e em cursos de qualificação profissional, em 2023.
<b>5013 – Educação Superior Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão</b>	Fomentar a formação de pessoal qualificado e a inovação de forma conectada às demandas do setor produtivo e às necessidades da sociedade em um mundo globalizado.	Elevar a taxa bruta de matrícula na graduação em 5 pontos percentuais, em consonância com o disposto na Meta 12 do Plano Nacional de Educação.
<b>5014 – Estatísticas e Avaliações Educacionais</b>	Realizar estudos, levantamentos estatísticos, exames e avaliações educacionais, buscando o aprimoramento contínuo e a adequação às demandas, à complexidade da oferta educacional e à diversidade e amplitude do território nacional, de forma a oferecer evidências abrangentes e fidedignas sobre a educação brasileira que contribuam para a indução da melhoria do ensino ofertado.	Realizar 100% dos estudos, levantamentos estatísticos, exames e avaliações educacionais, conforme planejamento anual.
<b>6015 – Educação Infantil</b>	Ampliar a oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, a 50% das crianças de até 3 anos até o final da vigência deste PNE.	Ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, a 50% das crianças de 0 a 3 anos.
<b>6016 – Educação Especial</b>	Elevar a qualidade de educação especial, promovendo o acesso, a permanência e a aprendizagem com equidade.	Ampliar para 1,14 milhão o número de matrículas de pessoas de 4 a 17 anos com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades ou superdotação, em conformidade com a Meta 4 do Plano Nacional de Educação.

## PORTFÓLIO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS

Os projetos selecionados para compor o portfólio do Plano Estratégico do MEC para o período 2020-2023 foram avaliados considerando critérios como alinhamento estratégico, visibilidade política, GUT (Gravidade x Urgência x Tendência), disponibilidade orçamentária, contribuição para os objetivos, os indicadores e as metas estratégicas e os riscos.

O exercício de 2021 foi marcado pela revisão do Plano Estratégico do MEC. A lista atualizada dos projetos estratégicos que compõem o Plano vigente está disponível no [Portal do MEC](#).

A seguir, apresenta-se os principais projetos em execução em 2021:



UNIDADE RESPONSÁVEL	PROJETO ESTRATÉGICO
SEB	Implementação e monitoramento do Programa Brasil na Escola
	Apoio à implementação do Novo Ensino Médio e ampliação do Ensino Médio em Tempo Integral
	Implantação das Escolas Cívico-Militares
	Programa de Inovação Educação Conectada
Sealf	Conta pra Mim
	Programa Tempo de Aprender
Setec	Educação no Mundo 4.0 (EDMU 4.0)
	Novos Caminhos
Sesu	Programa de Apoio para a Expansão da Educação on-line em Universidades Federais (Reuni Digital)
Semesp	Política Nacional de Educação Especial (PNEE)
	Estruturação da Educação Bilíngue de Surdos
Seres	Revisão e Consolidação das Normas de Regulação e Supervisão do Ensino Superior
AECI	Revisão e Implantação da Política de Gestão de Riscos
SE	Transformação Institucional do MEC
STIC	Acesso ao Ensino Superior 4.0

## PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

O Plano Nacional de Educação estabelece diretrizes, metas e estratégias para todos os níveis e modalidades educacionais, que devem reger as iniciativas na área durante o decênio 2014-2024.

O MEC mantém o [site pne.mec.gov.br](http://pne.mec.gov.br) com informações sobre as metas e estratégias do Plano, além de divulgar bianualmente o monitoramento das metas do PNE por meio de indicadores educacionais.

EIXO	META
Educação Infantil	<b>Meta 1:</b> universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, a 50% as crianças de até 3 anos até o final da vigência deste PNE.
Educação Fundamental	<b>Meta 2:</b> universalizar o ensino fundamental de nove anos para toda a população de 6 a 14 anos e garantir que pelo menos 95% dos estudantes concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE.
Ensino Médio	<b>Meta 3:</b> universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%.

EIXO	META
Educação Especial/ Inclusiva	<b>Meta 4:</b> universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente, na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.
Alfabetização	<b>Meta 5:</b> alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano do ensino fundamental.
Educação Integral	<b>Meta 6:</b> oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, a 25% dos alunos da educação básica.
Aprendizado Adequado na Idade Certa	<b>Meta 7:</b> fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as médias nacionais para o Ideb.
Escolaridade Média	<b>Meta 8:</b> elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados ao IBGE.
Alfabetização e Alfabetismo Funcional de Jovens e Adultos	<b>Meta 9:</b> elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.

EIXO	META
<b>EJA Integrada à Educação Profissional</b>	<b>Meta 10:</b> oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.
<b>Educação Profissional</b>	<b>Meta 11:</b> triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público.
<b>Educação Superior</b>	<b>Meta 12:</b> elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e a expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público.
<b>Titulação de Professores da Educação Superior</b>	<b>Meta 13:</b> elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75%, sendo, do total, no mínimo, 35% doutores.
<b>Pós-Graduação</b>	<b>Meta 14:</b> elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 mestres e 25.000 doutores.
<b>Formação de Professores</b>	<b>Meta 15:</b> garantir, em regime de colaboração entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, no prazo de um ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e todas as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

EIXO	META
<b>Formação Continuada e Pós-Graduação de Professores</b>	<b>Meta 16:</b> formar, em nível de pós-graduação, 50% dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos(as) os(as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.
<b>Valorização do Professor</b>	<b>Meta 17:</b> valorizar os(as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos(as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE.
<b>Plano de Carreira</b>	<b>Meta 18:</b> assegurar, no prazo de dois anos, a existência de planos de carreira para os(as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de carreira dos(as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.
<b>Gestão Democrática</b>	<b>Meta 19:</b> assegurar condições, no prazo de dois anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.
<b>Financiamento da Educação</b>	<b>Meta 20:</b> ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) do País no 5º ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% do PIB ao final do decênio.

## CONTRATOS DE GESTÃO

### CONTRATOS DE GESTÃO FIRMADOS E COMO SÃO INTEGRADOS NO VALOR GERADO PELA ORGANIZAÇÃO

O Contrato de Gestão é o instrumento que estabelece um compromisso celebrado entre a União e uma entidade não-estatal (pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos), qualificada como Organização Social (OS) com vistas à formação de parceria para fomento e execução de atividades de interesse social (ensino, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, proteção e preservação do meio ambiente, cultura e saúde), não exclusivas do Estado, conforme definido na Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998. É um instrumento de implementação, supervisão, acompanhamento e avaliação de políticas públicas, na medida em que vincula recursos ao atingimento de finalidades públicas.

Como instrumento de acompanhamento, o Contrato de Gestão permite a definição e a adoção de estratégias de ação que se mostrem necessárias para oferecer à instituição melhores condições para o atingimento dos objetivos e das metas acordados. Além disso, o acompanhamento do desempenho institucional pelo Contrato de Gestão

permite modificações dos objetivos e das metas pactuados, caso as circunstâncias em que atua a instituição sofram alterações que justifiquem uma redefinição.

Nesse sentido, o MEC repassa recursos às entidades qualificadas, ora como Órgão Supervisor, ora como Órgão Interveniente ao contrato de outro Órgão Supervisor, alavancando sua capacidade de atuação nas atividades de interesse social e impactando diretamente na missão institucional do Órgão.

Segue-se um breve detalhamento sobre as Organizações Sociais das quais o MEC faz parte, seja como Órgão Supervisor, seja como Órgão Interveniente, no âmbito dos Contratos de Gestão pactuados entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI).

O Instituto Santos Dumont (ISD) é uma Organização Social que atua nas áreas de educação, saúde materno-infantil e da pessoa com deficiência, neurociências e neuroengenharia. A Organização opera por intermédio dos recursos provenientes deste Ministério e a sua missão é “promover educação para a vida, formando cidadãos por meio de ações integradas de ensino, pesquisa e extensão e contribuir para a transformação mais justa e humana da realidade social brasileira”.

As ações do ISD ocorrem em suas duas unidades técnicas, localizadas no estado do Rio Grande do Norte, a saber, o Instituto Interna-

cional de Neurociências Edmond e Lily Safra (IIN-ELS) e o Centro de Educação e Pesquisa em Saúde Anita Garibaldi (Anita).

No IIN-ELS, desenvolvem-se pesquisas com neuromodulação e interface cérebro-máquina, em estreita relação com o cuidado à saúde da pessoa com deficiência. Aquela unidade funciona ainda como sede do Programa de Pós-Graduação em Neuroengenharia Interdisciplinar, contemplando profissionais das áreas de fisioterapia, engenharia biomédica, psicologia, biomedicina, ciência da computação, engenharia da computação, engenharia elétrica, biotecnologia, medicina, ciências biológicas, engenharia civil, engenharia de controle e automação, engenharia química e fonoaudiologia.

No Anita, os usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) são contemplados com atenção especializada à saúde materno-infantil e a da pessoa com deficiência. A unidade oferece treinamento em serviço por meio da formação em Residência Multiprofissional no Cuidado à Saúde da Pessoa com Deficiência, contemplando profissionais das áreas de fisioterapia, fonoaudiologia, psicologia e assistentes sociais. Destaca-se o provimento de cenários de prática para estudantes de graduação, em nível de estágio supervisionado obrigatório, dos cursos superiores de medicina, fisioterapia, enfermagem, fonoaudiologia, serviço social e psicologia.

O Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), por intermédio da relação pactuada com este Ministério, desenvolve estudos em prospecção e avaliação estratégica baseados em ampla articulação com especialistas e instituições do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Informação (SNCTI), que auxiliam e subsidiam processos de tomada de decisão nas áreas de atuação das secretarias finalísticas do MEC, que demandem os respectivos estudos de forma que melhor atendam ao interesse público.

A Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) tem como atividade principal a rede Ipê, que pode ser descrita como a rede acadêmica brasileira. Essa rede permeia todo o território nacional e possibilita a conexão estável e de qualidade à internet bem como a transmissão de um alto montante de dados, de modo a viabilizar a realização de projetos científicos e o desenvolvimento de novas tecnologias.

Como atividades secundárias, todos os anos a RNP fornece diversas soluções tecnológicas que auxiliam no alcance dos objetivos institucionais deste Ministério, como os projetos Alunos Conectados e Sisu em Nuvem, citados neste relatório.

A Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii) credencia unidades de pesquisa localizadas em universidades e institutos federais que estejam interessadas em trabalhar em conjunto

com a OS e passem pelo processo de seleção para o credenciamento.

As unidades de pesquisa que se demonstrarem aptas passam a ser chamadas unidades Embrapii e, por intermédio dessas credenciadas, a Organização Social explora as sinergias existentes entre as instituições de pesquisa tecnológica e as empresas industriais, visando ao fortalecimento da capacidade de inovação brasileira.

Compartilhando o risco de projetos com as empresas, a Embrapii objetiva estimular o setor industrial a inovar mais e com maior intensidade tecnológica para, assim, potencializar a força competitiva das empresas tanto no mercado interno como no mercado internacional.

O Instituto de Matemática Pura e Aplicada (Impa) tem a missão de estimular a pesquisa científica, a formação de novos pesquisadores e a difusão e aprimoramento da cultura matemática no Brasil. Essas atividades, vinculadas entre si, visam a promover o conhecimento da matemática, fundamental ao desenvolvimento das ciências e da tecnologia em geral, por sua vez essencial para o progresso econômico e social do País.

No âmbito da relação com este Ministério, a OS tem como atividade principal a Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP), atividade voltada para estudantes do 6º ao 9º ano do ensino fundamental e aos estudantes do ensino médio. Promovida com recursos do MEC e do MCTI e apoiada pela Sociedade Brasileira de

Matemática, a OBMEP foi criada em 2005 com o objetivo de estimular o estudo da matemática nas escolas públicas e de identificar talentos da sociedade na área.

Na edição de 2020, foram inscritas 51.935 escolas, destas 48.810 públicas e 3.125 privadas, de 99,84% dos municípios do Brasil, totalizando 17.730.304 estudantes na 1ª fase da OBMEP. A meta previamente estabelecida foi ultrapassada em 730.304 estudantes, quantitativo expressivo, visto que os dez dias finais do período de inscrições, quando o maior número de escolas as realiza, coincidiram com o início da pandemia causada pela Covid-19 e as consequentes medidas de restrições determinadas pelas autoridades.

Aqueles estudantes que mostraram os melhores desempenhos tornando-se, dessa forma, os medalhistas da competição e serão convidados a participarem do Programa de Iniciação Científica Jr. (PIC) como incentivo e promoção do desenvolvimento acadêmico dos participantes.

O Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM) tem como objetivo integrar competências singulares em laboratórios nacionais para o desenvolvimento científico e tecnológico e o apoio à inovação em energia, materiais e biociências. A OS atualmente possui quatro laboratórios referências mundiais e abertos à comunidade científica e empresarial.

O Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (LNLS) opera a única fonte de luz Síncrotron da América Latina e está, nesse momento, construindo Sirius, o novo acelerador brasileiro, de 4ª geração, para análise dos mais diversos tipos de materiais, orgânicos e inorgânicos.

O Laboratório Nacional de Biociências (LNBio) desenvolve pesquisas em áreas de fronteira da Biociência, com foco em biotecnologia e fármacos.

O Laboratório Nacional de Biorrenováveis (LNBR) pesquisa soluções biotecnológicas para o desenvolvimento sustentável de biocombustíveis avançados, bioquímicos e biomateriais, empregando a biomassa e a biodiversidade brasileira.

O Laboratório Nacional de Nanotecnologia (LNNano) realiza pesquisas com materiais avançados, com grande potencial econômico para o País.

Com os recursos repassados pelo MEC, na condição de interveniente ao Contrato de Gestão, o CNPEM realizou a construção da Escola de Ciências Ilum, que é uma escola de ensino superior interdisciplinar em ciência, tecnologia e inovação com um modelo de ensino inovador, em que o estudante é protagonista da sua formação. O Ilum será um centro que integra os laboratórios nacionais de referência para pesquisas em saúde, energia renovável, ciências agroambientais, materiais renováveis e tecnologias quânticas e que abriga o já citado Sirius, um dos mais modernos aceleradores de elétrons do mundo.

Abaixo, segue o quadro resumo das Organizações Sociais e a breve descrição das suas atividades.

ORGANIZAÇÃO SOCIAL	ATIVIDADE
<b>Instituto de Ensino e Pesquisa Alberto Santos Dumont (ISD)</b>	Atividades relacionadas à educação, neurociências, neuroengenharia, saúde materno-infantil e da pessoa com deficiência.
<b>Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP)</b>	Disponibilização de internet segura e de alta capacidade, serviços personalizados, promoção de projetos de inovação e desenvolvimento de soluções de tecnologia.
<b>Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii)</b>	Apoio às instituições de pesquisa tecnológica, visando a incentivar, a partir do fomento oriundo da Administração Pública, a inovação na indústria brasileira.
<b>Instituto de Matemática Pura e Aplicada (Impa)</b>	Alavancar a pesquisa científica, a formação de novos pesquisadores, a difusão e o aprimoramento da cultura matemática no Brasil.
<b>Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM)</b>	Integrar competências singulares em laboratórios nacionais para o desenvolvimento científico e tecnológico e o apoio à inovação em energia, materiais e biociências.
<b>Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE)</b>	Realização de estudos em prospecção e avaliação estratégica baseados em articulação com especialistas e instituições, que objetivam auxiliar e subsidiar processos de tomada de decisão nas áreas de atuação da Administração Pública.

## AMBIENTE EXTERNO

Decorrido mais de um ano do início da pandemia, foi inevitável considerar, ainda, o impacto desta nos aspectos de gestão do MEC e, também, em todas as suas áreas de competência, em especial no âmbito da educação básica. Dessa forma, torna-se evidente a relevância de diagnósticos que permitam a adoção de medidas articuladas para conferir respostas aos danos acarretados pela pandemia.

A partir desses diagnósticos, foi possível apontar os prováveis efeitos da pandemia em aspectos relacionados ao acesso, à aprendizagem e à trajetória de estudantes, em maior ou menor grau, de todas as instituições ou redes de ensino de educação básica e superior do Brasil.

Iniciativas já haviam sido tomadas nesse sentido, na perspectiva de se averiguar os impactos educacionais da pandemia de Covid-19 no Brasil, a exemplo do formulário veiculado no Sistema Educacenso do Inep e das informações consolidadas no Painel de Monitoramento da Educação Básica no Contexto da Pandemia, como se observa, detalhadamente, no decorrer deste Relatório de Gestão.

Sem prejuízo quanto a essas ações, entendeu-se como necessária a abertura de um diálogo acerca dos impactos da pandemia da Covid-19 na educação, a fim de que propostas pudessem ser apresentadas e debatidas para que fossem conferidas soluções às novas demandas do setor educacional.

Nesse cenário, o MEC organizou o ciclo de debates sobre os impactos da pandemia na educação, como forma de propiciar ambiente profícuo e espaço adequado ao aprofundamento dessa discussão, abordando alguns dos principais temas afetos à educação e à sua correlação com o contexto de pandemia.

Entendeu-se que assuntos relacionados às estatísticas educacionais sobre os impactos da pandemia na educação básica, os impactos da pandemia na educação superior e nos sistemas de avaliação mereciam ser abordados.

Outrossim, não se pode afastar a relevância de se debater os normativos e as orientações para enfrentamento da pandemia pelo setor educacional bem como o retorno às atividades presenciais.

Os encontros contaram com a participação de diversas secretarias do MEC, além de representantes do Inep e do FNDE, conforme detalhado no quadro a seguir.

DATA	TEMA	RESPONSÁVEL	MEDIADOR	EXPOSITOR(ES)	DEBATEDOR(ES)
<b>5 de agosto</b>	Mesa de Abertura do Ciclo de Debates	SE		Autoridades: Victor Godoy (Secretário-Executivo); Deputado General Peternelli (Comissão de Educação da Câmara dos Deputados); Senador Marcelo Castro (Presidente da Comissão de Educação do Senado); Renato Feder (Secretário de Educação do Estado do Paraná); e Maria Helena Castro (Presidente do CNE).	
	Impactos da pandemia na educação	SEB	Juliana Demonte (Gerente de Projeto da SEB/MEC)	Mauro Luiz Rabelo (Secretário de Educação Básica)	Maria Helena Castro (Presidente do CNE) Renan Ferreirinha (Secretário de Educação Município do Rio de Janeiro).
<b>12 de agosto</b>	O que dizem as estatísticas educacionais sobre os impactos da pandemia na educação	SEB	Helber Ricardo Vieira (Secretário Adjunto da SEB/MEC)	Carlos Eduardo Moreno (Diretor de Estatísticas Educacionais do Inep)	Suely Menezes (Presidente da Câmara de Educação Básica do CNE); e Marcelo Ferreira (Secretário de Educação do Município de Senador Canedo/GO).
<b>19 de agosto</b>	Impactos da pandemia na educação básica: desafios, boas práticas e lições aprendidas	SEB	Fernando Wirthmann (Coordenador-Geral de Ensino Médio da SEB/MEC)	Myrian Caldeira Sartori (Diretora de Políticas e Diretrizes da Educação Básica da SEB/MEC)	Professor Luiz Miguel Martins Garcia (Presidente da Undime); João Pedro Wagner de Azevedo (Coordenador de Estatísticas da Educação do Banco Mundial); e Carolina Campos (Fundadora da Consultoria Vozes pela Educação).
<b>26 de agosto</b>	Busca ativa escolar no contexto pós-pandemia	SEB	Ana Caroline Santos (Diretora de Articulação e Apoio às Redes de Educação Básica da SEB/MEC)	Júlia Ribeiro (Oficial de Educação da Unicef no Brasil); e Cristina Fonseca Mollica (Coordenadora-Geral de Atendimento e Relacionamento com as Redes de Ensino).	Leandro Telles da Silva (Coordenador Estadual do Programa Bolsa Família na Educação do Estado do Paraná); Ruth Lisboa Dias (Coordenadora Estadual do Programa Bolsa Família e Busca Ativa no Estado de Sergipe); e Maria José Nazareno (Coordenadora Estadual do Programa Bolsa Família no Estado do Maranhão).

DATA	TEMA	RESPONSÁVEL	MEDIADOR	EXPOSITOR(ES)	DEBATEDOR(ES)
<b>2 de setembro</b>	Formação Continuada de Professores do AEE no contexto da pandemia	Semesp	Rosana Cipriano Jacinto (Coordenadora-Geral da Diretoria de Educação Especial da Semesp/MEC); e Linair Moura Barros (Coordenadora-Geral da Diretoria de Educação Especial da Semesp/MEC).	Rita de Cassia Morem (Instituto de Biologia da Universidade Federal de Pelotas); e Claudete da Silva Lima (Docente da Unipampa e Coordenadora do Programa Tertúlias Inclusivas do Pampa).	George Gomes (Universidade Federal do Tocantins); Kátia Rose Pinho (Universidade Federal do Tocantins); Diana Negrão Cavalcanti (Instituto de Biologia da UFF); e Viviane Lione (Instituto de Biologia da UFF).
<b>9 de setembro</b>	Ensino híbrido: limites e possibilidades	SEB	Fernando Wirthmann (Coordenador-Geral de Ensino Médio da SEB/MEC)	Álvaro José de Andrade Carneiro (Coordenador-Geral de Tecnologia e Inovação da Educação Básica da SEB/MEC)	Robert Hawkins (Banco Mundial); Fátima Gavioli (Secretária de Estado Educação de Goiás); e Wilmara Messa (Diretora do Cemeam da Secretaria de Educação do Amazonas).
<b>16 de setembro</b>	Utilização de Avaliações Diagnósticas e Formativas para identificar as defasagens de aprendizagem	SEB	Helber Ricardo Vieira (Secretário Adjunto da SEB/MEC)	Fábio Gomes (Diretor de Políticas de Alfabetização da Sealf/MEC); e Myrian Caldeira Sartori (Diretora de Políticas e Diretrizes da Educação Básica da SEB/MEC).	Lina Kátia (Diretora-Executiva da Fundação CAEd); e Ildo Lautharte (Economista do BancoMundial).
<b>23 de setembro</b>	Recursos disponíveis para investir em educação básica e alternativas para enfrentamento dos impactos da pandemia	SE	Estevão Perpétuo Martins (Secretaria-Executiva do MEC)	Borba David Coimbra (Gerente de Projeto da Secretaria-Executiva do MEC); e Sylvia Gouveia (Diretora de Programa da Secretaria-Executiva).	Alexsander Moreira (Coordenador-Geral de Apoio às Redes e Infraestrutura Educacional da SEB/MEC); Djailson Dantas (Coordenador-Geral de Apoio à Manutenção Escolar do FNDE); Karine Silva dos Santos (Coordenadora do Programa Nacional de Alimentação Escolar do FNDE).
<b>30 de setembro</b>	Experiências exitosas nacionais e internacionais no combate aos impactos da pandemia na educação básica	Sealf	Maria Eduarda Manso (Coordenadora de Pesquisa e Desenvolvimento de Práticas de Alfabetização da Sealf/MEC)	Carlos Nadalim (Secretário de Alfabetização do MEC)	Teodolinda Magro (Membro da Estrutura de Missão para a Promoção do Sucesso do Governo de Portugal); Ana Sucena (Coordenadora Científica do Centro de Investigação e Intervenção Leitura da Politécnica do Porto, Portugal); Helena Fonseca (Membro da Estrut Missão para a Promoção do Sucesso do Governo de Portugal).

DATA	TEMA	RESPONSÁVEL	MEDIADOR	EXPOSITOR(ES)	DEBATEDOR(ES)
<b>7 de outubro</b>	Desafios e possibilidades nos processos pedagógicos no contexto da pandemia e do retorno gradual às atividades presenciais	Setec	Elias Monteiro (Reitor do Instituto Federal Goiano)	Jamile Silva (Pró-Reitora de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal Catarinense); e Bárbarah Sorgetz (Diretora de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal Catarinense).	Leopoldina Veras (Reitora do Instituto Federal Sertão – PE); e Ricardo Cardozo (Coordenador do Fórum de Dirigentes de Ensino e Pró-Reitor de do Instituto Federal de Minas Gerais – IFMG).
<b>14 de outubro</b>	Transformação digital na educação superior	Sesu	André Castro (Subsecretário de Tecnologia da Informação e Comunicação do MEC)	Wagner Villas Boas (Secretário de Educação Superior do MEC); e Eduardo Gomes Salgado (Secretário Adjunto de Educação Superior).	Hugo Alexandre Dantas (Professor da Universidade Federal de Goiás); Leandro Brito Santos (Docente da Universidade Federal do Oeste da Bahia); Sofia Daher (Assessora Técnica do Centro de Gestão de Estudos Estratégicos – CGE); Daniele Almeida Sodré (Coordenadora de Soluções da Rede Nacional de Ensino Pesquisa – RNP).
<b>28 de outubro</b>	Modernização do processo de avaliação in loco, no âmbito do Sinaes	Inep	Cristiane Dias Lepiane (Secretária de Regulação e Supervisão da Educação Superior Substituta do MEC)	Danilo Dupas Ribeiro (Presidente do Inep)	Celso Niskier (Diretor-Presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior – ABMES); e Francisco Borges (Diretor Acadêmico da Faculdade Descomplica).

Além dos debates e do aprofundamento das discussões acerca dos impactos e das soluções que possam mitigar os efeitos da pandemia, o MEC intensificou sua articulação com as redes de ensino que, em paralelo, também realizaram webinários para debates com foco em suas áreas de atuação bem como para troca de experiências quanto às ações bem-sucedidas. Dentro do contexto do Comitê Operativo Emergencial do MEC (COE/MEC), as áreas finalísticas do MEC e suas

vinculadas, sob a coordenação da Secretaria-Executiva, têm pautado o debate na definição de medidas de combate à disseminação do coronavírus em instituições de ensino e gerenciado os demais assuntos sensíveis à Covid-19 e seus reflexos na educação. Os encontros, realizados de maneira virtual, propiciam uma construção conjunta e visão macro das ações que estão sendo realizadas e de como podem ser agregadas e fortalecidas, umas às outras, de forma a harmonizar

e potencializar seus efeitos.

Internamente, para os servidores do MEC, a distribuição de câmeras e fones de ouvido para as reuniões virtuais bem como a implementação de orientações para apoio na adaptação dos processos incentivaram a agilidade e manutenção da rotina, facilitando os encontros on-line, ao mesmo tempo em que colaboraram para construir uma nova cultura, ainda mais ágil e com mais possibilidades.

As ações ora apresentadas se apresentam como parte comum dos processos desta Pasta, que os incorporou não somente como uma solução para o problema sanitário hoje enfrentado, mas, também, como oportunidade de evolução no contexto de gestão.





## **1.1 CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE)**

O Conselho Nacional de Educação é um órgão com funções normativas, deliberativas e de assessoramento ao Ministro de Estado da Educação, no exercício de suas competências previstas na Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, reiteradas pelo seu regimento interno, aprovado pela Portaria MEC nº 1.306, de 2 de setembro de 1999.

## COMPETÊNCIAS CNE

- I – Subsidiar a elaboração e acompanhar a execução do Plano Nacional de Educação;
- II – Manifestar-se sobre questões que abrangem mais de um nível ou modalidade de ensino;
- III – Assessorar o Ministério da Educação no diagnóstico dos problemas e deliberar sobre medidas para aperfeiçoar os sistemas de ensino, especialmente no que diz respeito à integração dos seus diferentes níveis e modalidades;
- IV – Emitir parecer sobre assuntos da área educacional, por iniciativa de seus conselheiros ou, quando solicitado, pelo Ministro de Estado da Educação;
- V – Manter intercâmbio com os sistemas de ensino dos estados e do Distrito Federal;
- VI – Analisar e emitir parecer sobre questões relativas à aplicação da legislação educacional, no que diz respeito à integração entre os diferentes níveis e modalidades de ensino;
- VII – Analisar as estatísticas da educação, anualmente, oferecendo subsídios ao Ministério da Educação;
- VIII – Promover seminários sobre os grandes temas da educação brasileira.

O CNE é composto pela Câmara de Educação Básica (CEB) e pela Câmara de Educação Superior (CES), as quais são constituídas, cada uma, por 12 conselheiros, que são membros natos, na Câmara de Educação Básica, o secretário de educação básica, e na Câmara de Educação Superior, o secretário de educação superior, ambos do Ministério da Educação. O Conselho Pleno (CP), por sua vez, é composto pelos conselheiros e pelas conselheiras de ambas as Câmaras.

## COMPOSIÇÃO DO COLEGIADO EM 2021

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO	
CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA	CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR
<b>Suely Melo de Castro Menezes</b> (Presidente da Câmara)	<b>Joaquim José Soares Neto</b> (Presidente da Câmara)
<b>Amábilé Aparecida Pacios</b> (Vice-Presidente da Câmara)	<b>Marília Ancona Lopez</b> (Vice-Presidente da Câmara)
<b>Augusto Buchweitz</b>	<b>Alysson Massote Carvalho</b>
<b>Fernando Cesar Capovilla</b>	<b>Anderson Luiz Bezerra da Silveira</b>
<b>Gabriel Giannattasio</b>	<b>Aristides Cimadon</b>
<b>Ivan Cláudio Pereira Siqueira</b>	<b>José Barroso Filho</b>
<b>Maria Helena Guimarães de Castro</b> (Presidente do CNE)	<b>Luiz Roberto Liza Curi</b>

<b>Mauro Luiz Rabelo</b> (Membro nato)	<b>Marco Antonio Marques da Silva</b>
<b>Mozart Neves Ramos</b>	<b>Maurício Eliseu Costa Romão</b>
<b>Tiago Tondinelli</b>	<b>Robson Maia Lins</b>
<b>Valseni José Pereira Braga</b>	<b>Sérgio de Almeida Bruni</b>
<b>William Ferreira da Cunha</b>	<b>Wagner Vilas Boas de Souza</b> (Membro nato)

Mesmo diante das limitações às reuniões presenciais, impostas pelas medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19), as atividades desenvolvidas pelos membros do Colegiado, bem como pela equipe técnica e de apoio do CNE, não foram prejudicadas.

Assim, para o cumprimento da obrigação legal no exercício das competências do Conselho, foram convocadas e realizadas as 12 reuniões ordinárias virtuais previstas e aprovadas para 2021, por meio da plataforma Microsoft Teams, com o intuito de resguardar a saúde dos membros do Colegiado que, em sua grande maioria, estão no grupo de risco, além de preservar também a saúde dos servidores e colaboradores do Órgão.

Informa-se que parte da equipe do CNE voltou ao trabalho presencial a partir do mês de novembro de 2021. Assim, esses servidores e

colaboradores acompanharam e apoiaram as reuniões e agendas do CNE a partir de seus postos no prédio do Conselho.

## ATIVIDADES DO CNE RELACIONADAS ÀS DEMANDAS EDUCACIONAIS DIANTE DA PANDEMIA DE COVID-19

Em 2021, em continuidade às discussões sobre a reorganização do calendário escolar e as orientações educacionais para a realização de aulas e atividades pedagógicas presenciais e não presenciais no contexto da pandemia da Covid-19, o Conselho Pleno do CNE aprovou o [Parecer CNE/CP nº 6, 6 de julho de 2021](#), que trata das Diretrizes Nacionais orientadoras para a implementação de medidas no retorno à presencialidade das atividades de ensino e aprendizagem e para a regularização do calendário escolar. Diante da homologação do referido Parecer pelo Ministro de Estado da Educação, foi publicada a respectiva Resolução CNE/CP nº 2, de 5 de agosto de 2021.

Ademais, ao longo do ano, o CNE realizou reuniões temáticas com especialistas que trouxeram para debate dados e questões relativos ao desafio imposto à educação pela pandemia da Covid-19, conforme indicado no item “Temáticas tratadas nas reuniões do CP”.

## ATIVIDADES DO CNE EM 2021

A competência atribuída ao CNE, no que tange à deliberação sobre diretrizes curriculares tanto para a educação básica quanto para a educação superior, prevista na Lei nº 9.131, de 1995, e no Regimento Interno do Conselho, relaciona-se diretamente com os Objetivos Estratégicos de Resultados Institucionais do Planejamento Estratégico Institucional do Ministério da Educação, uma vez que a discussão e o estabelecimento de diretrizes educacionais orientam as políticas públicas educacionais visando à qualidade e à excelência da educação ofertada em todos os níveis e todas as modalidades educacionais.

Nesse sentido, ressalta-se, abaixo, as diretrizes curriculares ou operacionais, e afins, aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação durante 2021:



CP	<a href="#">Parecer CNE/CP nº 4/2021</a> , aprovado em 11 de maio de 2021 – Base Nacional Comum de Competências do Diretor Escolar (BNC-Diretor Escolar).
	<a href="#">Parecer CNE/CP nº 6/2021</a> , aprovado em 6 de julho de 2021 – Diretrizes Nacionais orientadoras para a implementação de medidas no retorno à presencialidade das atividades de ensino e aprendizagem e para a regularização do calendário escolar.
	<a href="#">Parecer CNE/CP nº 10/2021</a> , aprovado em 5 de agosto de 2021 – Alteração do prazo previsto no art. 27 da Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).
CEB	<a href="#">Parecer CNE/CEB nº 1/2021</a> , aprovado em 18 de março de 2021 – Reexame do Parecer CNE/CEB nº 6, de 10 de dezembro de 2020, que tratou do alinhamento das Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) apresentadas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e outras legislações relativas à modalidade.
	<a href="#">Parecer CNE/CEB nº 3/2021</a> , aprovado em 13 de maio de 2021 – Reexame do Parecer CNE/CEB nº 8, de 10 de dezembro de 2020, que tratou das Diretrizes Nacionais Operacionais para a garantia da Qualidade das Escolas Quilombolas.
CES	<a href="#">Parecer CNE/CES nº 86/2021</a> , aprovado em 28 de janeiro de 2021 – Propõe a alteração do art. 11 da Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018, que estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação lato sensu, denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior.
	<a href="#">Parecer CNE/CES nº 87/2021</a> , aprovado em 28 de janeiro de 2021 – Propostas de alterações no Exame de Desempenho dos Estudantes (Enade).
	<a href="#">Parecer CNE/CES nº 337/2021</a> , aprovado em 9 de junho de 2021 – Reanálise do Parecer CNE/CES nº 339, de 8 de maio de 2019, referente ao reexame do Parecer CNE/CES nº 583/2018, que tratou da alteração da Resolução CNE/CES nº 3/2016, que dispõe sobre normas referentes à revalidação de diplomas de cursos de graduação e ao reconhecimento de diplomas de pós-graduação stricto sensu (Mestrado e Doutorado), expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior.

1. Parecer em processo de revisão técnica, será disponibilizado na internet tão logo a súmula seja publicada no Diário Oficial da União.

Em decorrência da homologação de pareceres normativos, foram exaradas as seguintes Resoluções.

## CONSELHO PLENO

- Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021 – Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.
- Resolução CNE/CP nº 2, de 5 de agosto de 2021 – Institui Diretrizes Nacionais orientadoras para a implementação de medidas no retorno à presencialidade das atividades de ensino e aprendizagem e para a regularização do calendário escolar.

## CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

- Resolução CNE/CEB nº 1, de 28 de maio de 2021 – Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) nos aspectos relativos ao seu alinhamento à Política Nacional de Alfabetização (PNA) e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e à Educação de Jovens e Adultos a Distância.

- Resolução CNE/CEB nº 2, de 16 de agosto de 2021 – Dispõe sobre Diretrizes Operacionais para implementação do Arranjo de Desenvolvimento da Educação (ADE) como instrumento de gestão pública para a melhoria da qualidade social da educação.

## CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

- Resolução CNE/CES nº 1, de 26 de março de 2021 – Altera o art. 9º, § 1º, da Resolução CNE/CES nº 2/2019 e o art. 6º, § 1º, da Resolução CNE/CES nº 2/2010, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação de Engenharia, Arquitetura e Urbanismo.
- Resolução CNE/CES nº 2, de 19 de abril de 2021 – Altera o art. 5º da Resolução CNE/CES nº 5/2018, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Direito.
- Resolução CNE/CES nº 3, de 21 de junho de 2021 – Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Odontologia e dá outras providências.
- Resolução CNE/CES nº 4, de 16 de julho de 2021 – Altera o art. 11 da Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018, que estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de

pós-graduação *lato sensu* denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior, conforme prevê o art. 39, § 3º, da Lei nº 9.394, de 1996, e dá outras providências.

- Resolução CNE/CES nº 5, de 14 de outubro de 2021 – Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração.

#### CNE em números (2021)



Apresenta-se, a seguir, uma síntese das ações realizadas durante 2021, no âmbito do Conselho Pleno, da Câmara de Educação Básica e da Câmara de Educação Superior.

## CONSELHO PLENO

Além do parecer e da respectiva resolução que tratam das Diretrizes Nacionais orientadoras para a implementação de medidas no retorno à presencialidade das atividades de ensino e aprendizagem e para a regularização do calendário escolar, mencionados anteriormente, destaca-se, no âmbito do Conselho Pleno, a aprovação do [Parecer CNE/CP nº 4](#), de 11 de maio de 2021, que estabeleceu a Base Nacional Comum de Competências do Diretor Escolar (BNC-Diretor Escolar).

Ademais, o [Parecer CNE/CP nº 10](#), de 5 de agosto de 2021, alterou o prazo previsto no art. 27 da [Resolução CNE/CP nº 2](#), de 20 de dezembro de 2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).

Ainda no exercício de suas competências, o CP aprovou 24 pareceres que trataram de recursos contra decisões de pareceres da Câmara de Educação Superior do CNE.

Registrou-se também que, no âmbito do Conselho Pleno, quanto à temática da comissão bicameral que trata da Formação Inicial e Continuada de Professores, das 95 consultas recebidas pelo CNE, foram respondidas 65 por meio de ofícios, e 30 aguardam orientação dos conselheiros sobre o encaminhamento apropriado.

## TEMÁTICAS TRATADAS NAS REUNIÕES DO CP

Durante 2021, o Conselho Pleno realizou reuniões e convidou entidades da área educacional e especialistas para apresentação e debate de diversos temas, principalmente aqueles que tangenciam os desafios educacionais encontrados diante dos efeitos da pandemia de Covid-19.

---

Pesquisa que compara indicadores de educação básica nos últimos dez anos, além da análise de cenários sobre impactos da Covid nas escolas.

---

Apresentação a respeito de Resoluções do CEE/SC e do CEE/SP que tratam da volta às aulas.

---

Apresentação de estudo relativo a fatores associados a desigualdades educacionais.

---

Implementação do Novo Ensino Médio e do Ensino Técnico Integrado.

---

Desafios da educação em 2021 no contexto da pandemia.

---

BNCC e o Novo Ensino Médio: desafios do Saeb e do Enem.

---

Apresentação sobre os itinerários do Novo Ensino Médio paulista.

---

Pesquisa sobre o impacto da Covid nas aprendizagens.

---



---

Ciclo de debate sobre ciência, tecnologia e educação.

---

Panorama da educação superior no mundo durante a pandemia da Covid-19.

---

Debate sobre a regulamentação do Fundeb (70% dos recursos para profissionais da educação).

---

Continuum Curricular e Gestão da Aprendizagem.

---

## COMISSÕES DO CONSELHO PLENO

Por meio de Comissões, o Conselho Nacional de Educação realiza discussões e estudos com especialistas, a fim de elaborar e apresentar pareceres orientativos e normativos acerca de diversos assuntos relacionados à educação básica e à educação superior.

Relacionam-se a seguir as temáticas das comissões ativas no âmbito do Conselho Pleno em 2021:

---

Formação Inicial e Continuada de Professores e Gestores da Educação.

---

Sistema Nacional de Educação.

---

Novas Diretrizes Operacionais sobre a oferta de atividades de estágio supervisionado.

---

Monitoramento Contínuo e Avaliações Periódicas do Plano Nacional de Educação.

---

Integração e Relações Internacionais.

---

Base Nacional Comum Curricular.

---

Temas fundamentados nos direitos humanos e sua expressão no cotidiano da escola brasileira.

Educação especial.

Reorganização do calendário escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da pandemia da Covid-19.

Revisão do Regimento Interno do Conselho Nacional de Educação.

Desenvolvimento de redes de cooperações para políticas públicas educacionais.

Processos avaliativos dos cursos de formação de professores.

Diretrizes Nacionais para a Avaliação da Educação Básica.

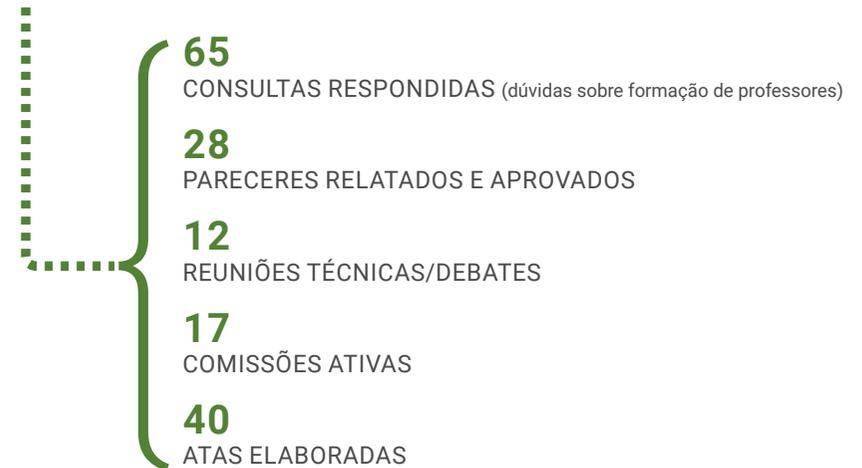
Diretrizes Nacionais sobre a Educação Híbrida.

Formação de Professores para a Educação Profissional e Tecnológica.

Diretrizes Nacionais da Educação Bilíngue de Surdos.

Planejamento estratégico do Conselho Nacional de Educação.

## Produção do Conselho Pleno em 2021



## CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA (CEB)

À Câmara de Educação Básica cabe atuar nas questões relativas à educação básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio), em suas distintas modalidades. A CEB promove análises e discussões que resultam na construção de pareceres e resoluções demandados pela sociedade civil organizada, indicados por conselheiros, solicitados pelo MEC ou outras instituições ou poderes da República. Entre as produções da CEB, distinguem-se as diretrizes curriculares e operacionais nacionais para orientação dos sistemas



e das redes de ensino; promoção de intercâmbio com os sistemas estaduais e municipais de ensino bem como acompanhamento da formulação, execução e avaliação dos planos de educação, tendo em vista o regime de colaboração assegurado pela Constituição Federal.

No exercício de suas competências, a CEB aprovou os seguintes pareceres, além dos já mencionados no item que tratou das atividades do CNE relacionadas ao PEI/MEC:

- [Parecer CNE/CEB nº 2/2021](#), aprovado em 18 de março de 2021 – Reexame do Parecer CNE/CEB nº 3, de 3 de setembro de 2020, que tratou da homologação da Escola e Creche Mirai com sede na cidade de Kikugawa, no Japão, para a oferta de educação infantil e 1º ano do ensino fundamental e emissão de certificados educacionais válidos no Brasil.
- [Parecer CNE/CEB nº 4/2021](#), aprovado em 10 de novembro de 2021 – Homologação do Colégio Sonho de Criança, com sede na cidade de Ogaki, na província de Gifu, no Japão, para a oferta de educação infantil, ensino fundamental e emissão de certificados educacionais válidos no Brasil.

Ademais, a CEB recebeu cento e uma consultas a respeito de variados assuntos relacionados à educação básica, das quais 78 foram respondidas por meio de ofícios.

## TEMÁTICAS TRATADAS NA CEB

Em 2021, a CEB promoveu reuniões de trabalho e debates, como pauta das reuniões ordinárias do Colegiado, para amadurecer as discussões acerca de diversas temáticas das comissões em andamento, estabelecendo diálogo com a sociedade civil organizada, autoridades, instituições e comunidade acadêmica e científica. Os encontros foram realizados por meio de videoconferências, na plataforma Microsoft Teams, em razão das restrições às reuniões presenciais impostas pelas medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19).

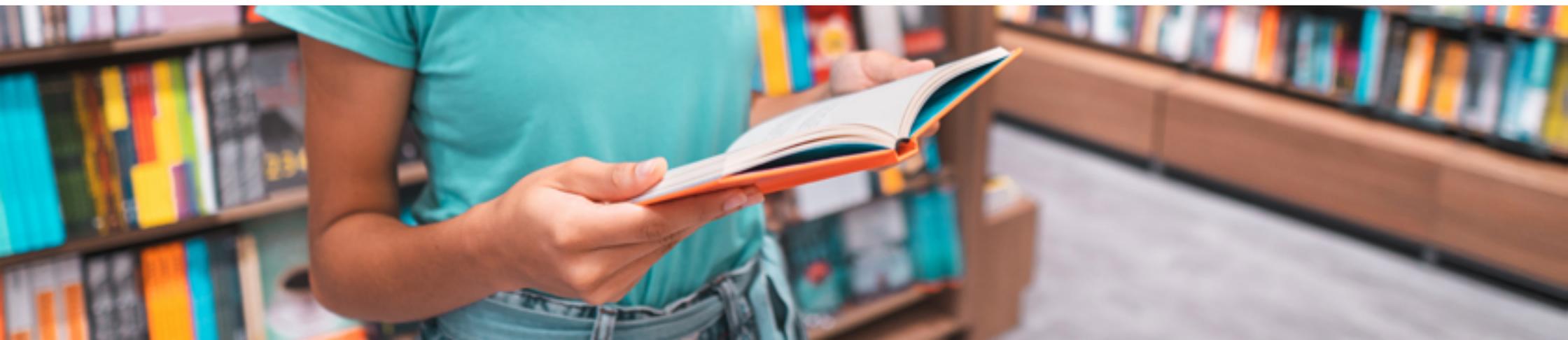
Estão destacados abaixo os assuntos tratados nas referidas reuniões:

Reunião Técnica: estudo sobre o Novo Ensino Médio e a Avaliação da Educação Técnica Profissional.
Fórum de Entidades Privadas.
Discussão da expansão do ensino médio integrado ao técnico.
Estudos sobre os itinerários do Novo Ensino Médio – 9/6/2021.
Discussão sobre os Arranjos de Desenvolvimento da Educação (ADEs).
Itinerários do Novo Ensino Médio que vão ser implantados em 2022.
Itinerários formativos dos currículos do Novo Ensino Médio de 11 estados – 1º/9/2021.
Discussão sobre a necessidade de estimar a nível municipal o número de estudantes fora da escola ou com trajetórias irregulares.
Inteligência artificial numa plataforma de escrita.
Estudos sobre o Saeb.
Discussão sobre o documento Base da Conferência Nacional de Educação (Conae) para 2022.
Estudos sobre os itinerários do ensino médio pelo Colégio Progresso da região de Campinas.
Discussão sobre as ações de formação para educação básica e avaliação formativa e escolas inovadoras.

## COMISSÕES DA CEB

Estão relacionadas a seguir as temáticas das comissões ativas na CEB em 2021:

Educação das relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana e Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008.
Acompanhamento e monitoramento da implementação do Novo Ensino Médio.
Acompanhamento e monitoramento da implementação dos Arranjos de Desenvolvimento da Educação.
Normas específicas sobre computação (de acordo com a BNCC).
Ciência para educação.
Alfabetização.
Educação domiciliar.
Diretrizes operacionais de qualidade de educação infantil.
Revisão da Resolução CNE/CEB nº 1/2013 que “Define normas para declaração de validade de documentos escolares emitidos por escolas de educação básica que atendem a cidadãos brasileiros residentes no exterior”.



## Produção da CEB em 2021



## CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

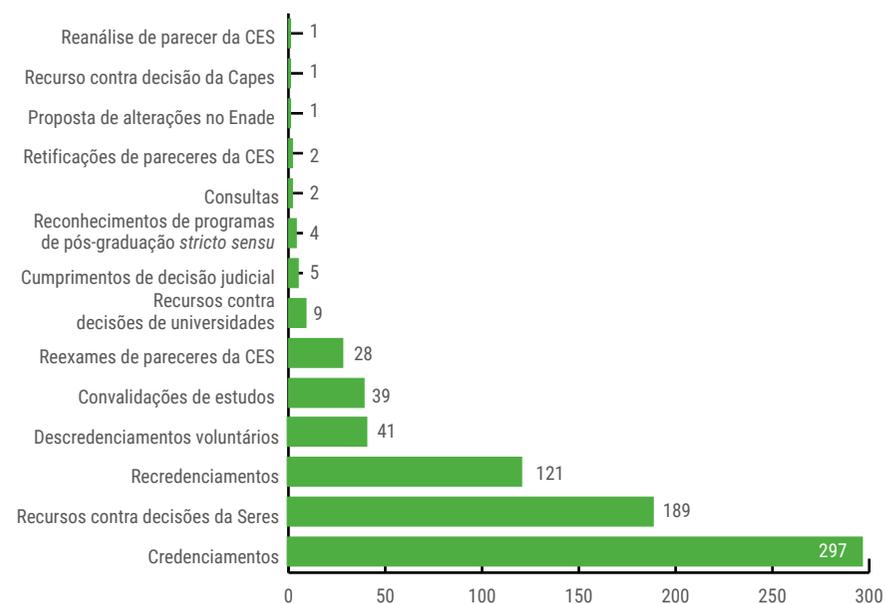
As funções regulatória e de supervisão da educação superior, pertinentes ao sistema federal de ensino, executadas no conjunto de prerrogativas precípua da Câmara de Educação Superior (art. 6º, Decreto nº 9.235, de 2017), foi pauta constante do Conselho Nacional de Educação no exercício de 2021. Assim, foram aprovados vários pareceres

que trataram do credenciamento, reconhecimentos, recursos administrativos relacionados à regulação e supervisão da educação superior.

Ao todo, foram relatados e aprovados 740 pareceres na CES, em 2021.

Ademais, foram elaborados 324 ofícios que responderam a consultas de assuntos variados sobre a aplicabilidade da legislação e dúvidas em geral relativas à educação superior.

### Pareceres relatados e aprovados na CES em 2021



## TEMÁTICAS TRATADAS NA CES

A Câmara de Educação Superior promoveu o ciclo de palestras e debates sobre questões relacionadas à educação superior, ao longo de 2021, como pauta das reuniões ordinárias do Colegiado. Essa iniciativa representou aproximação entre a comunidade acadêmica e o CNE.

Os temas tratados foram os seguintes:

Instituições Profissionais e Ensino Superior no Brasil: desafios e perspectivas.
Apresentação do Instituto Militar de Engenharia (IME) e do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) – principais projetos.
Ensino a Distância e Tecnologia.
Os desafios das universidades brasileiras.
Internacionalização do conhecimento: diálogos com universidades espanhola, italiana e portuguesa.
Graduação e Pós-Graduação em Direito no Brasil.
Desafios e possíveis consequências do ensino remoto de Educação Física na escola e para formação profissional.
A relação da universidade com o setor produtivo.
Inclusão digital na educação superior.
O Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd) e as Avaliações das Redes Estaduais de Ensino.
Integração da universidade e dos centros tecnológicos com a comunidade regional e setor produtivo.

## COMISSÕES DA CES

Relaciona-se abaixo as temáticas das comissões ativas na CES em 2021:

Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Enfermagem.
Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Arquitetura e Urbanismo.
Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Geografia.
Atualização da legislação referente à regulação, supervisão e avaliação da educação superior.
Alteração da legislação que trata do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).
Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Moda.
Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação em Fisioterapia e Terapia Ocupacional.
Revisão do Parecer CNE/CES nº 282/2002, que trata dos estatutos de universidades e de regimentos internos de IES não universitárias.
Aspectos regulatórios, avaliativos e de expansão de cursos de Medicina no Brasil.
Aprofundamento dos estudos sobre extensão universitária.
Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Fonoaudiologia.
Reexame do Parecer CNE/CES nº 228/2019, que trata de consulta à Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CNE/CES) acerca da operacionalização do art. 2º, incisos IV e V, da Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018.

Comissão para reanálise do Parecer CNE/CES nº 339/2019, que trata do reexame do Parecer CNE/CES nº 583/2018, referente à alteração da Resolução CNE/CES nº 3/2016, que dispõe sobre normas referentes à revalidação de diplomas de cursos de graduação e ao reconhecimento de diplomas de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado), expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior.

Revisão da redação do art. 13 da Resolução CNE/CES nº 5/2011, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia, estabelecendo normas para o projeto pedagógico complementar para a Formação de Professores de Psicologia.

Comissão para dirimir dúvidas quanto ao cumprimento dos artigos 3º e 4º da Resolução CNE/CES nº 1/2017, que trata do encerramento da oferta dos cursos sequenciais de formação específica, em resposta à consulta da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres).

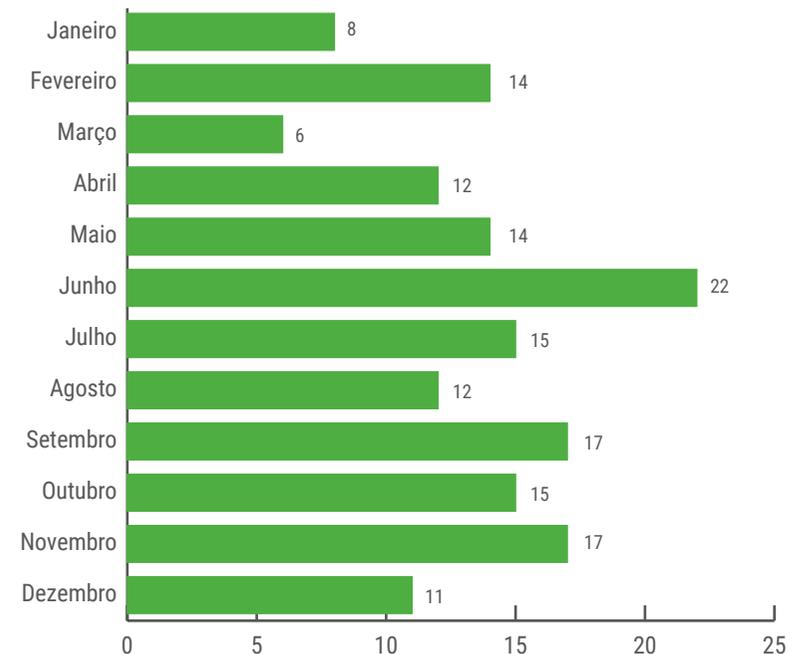
Comissão para verificar a necessidade de atualização da Resolução CNE/CES nº 7/2017, que estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação *stricto sensu*.

## ATENDIMENTO À SOCIEDADE

Os conselheiros do CNE atendem ao público em geral e interessados com processo em trâmite no Órgão, por solicitação prévia na aba “Agendamentos de Reuniões com os Conselheiros”, na página do Conselho na internet.

Em 2021, foram realizados 163 atendimentos, conforme relacionado abaixo. Ressalta-se que os atendimentos ocorreram virtualmente, por meio da plataforma Microsoft Teams, pelas razões expostas anteriormente.

### Atendimento aos interessados



### Produção da CES em 2021

**324**

CONSULTAS RESPONDIDAS  
(ofícios/respostas administrativas)

**740**

PARECERES RELATADOS E APROVADOS

**11**

REUNIÕES DO CICLO DE DEBATES

**16**

COMISSÕES ATIVAS

**58**

ATAS ELABORADAS



## **2. RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS**

## RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

O MEC tem envidado esforços significativos para melhorar o gerenciamento dos seus riscos e está atento às oportunidades que possam potencializar os resultados organizacionais. Além disso, tem buscado aplicar, em todos os seus processos, as boas práticas de gestão de riscos, controles internos e integridade, com intuito de aumentar a sua capacidade administrativa para lidar com incertezas, identificar eventos em potencial, com segurança razoável, visando ao alcance da sua missão institucional bem como dos objetivos estratégicos, estimulando o gerenciamento dos riscos, o fortalecimento dos controles internos, a cultura da integridade, a ética e a transparência.

## REVISÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS, CONTROLES INTERNOS E INTEGRIDADE DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – PGRCI/MEC

No exercício de 2021, foi dada continuidade aos trabalhos para implantação da nova Política de Gestão de Riscos, Controles Internos e Integridade contando com a ajuda dos servidores de todas as secretarias e subsecretarias do MEC que representam o Subcomitê Assessor do CGIRC. Entre os trabalhos realizados, encontram-se:

- Levantamento de riscos, ameaças e/ou oportunidades;
- Sugestão de medidas para mitigação dos riscos identificados; e
- Sugestão de aplicação de controles internos para mitigação dos riscos.

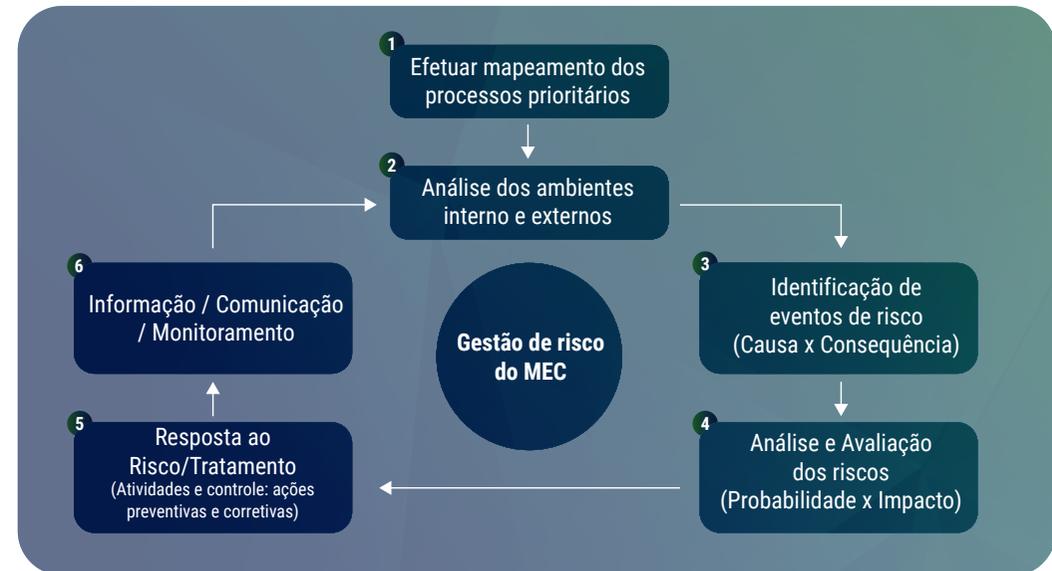


Para auxiliar nesses trabalhos, foram elaboradas três cartilhas contendo informações quanto à forma de identificação e quanto ao mapeamento dos processos. Em adendo a essa iniciativa, foram sugeridas e realizadas capacitações para os servidores do MEC envolvidos na gestão de riscos.

Destaca-se que, no momento da escolha do projeto prioritário de cada uma das áreas para a realização da avaliação de riscos, foi sugerido, aos representantes do Subcomitê Assessor do CGIRC, que o projeto ou o processo prioritário para o trabalho fossem, preferencialmente, aqueles já inseridos no Planejamento Estratégico Institucional e que tivessem, se possível, relação direta ou indireta com as metas do PNE, visando a atender ao Acórdão TCU nº 1048/2020-Plenário.

Em 2021, o Ministério da Educação deu continuidade aos trabalhos, e foram realizadas com cada secretaria finalística e com as subsecretarias mais de 25 oficinas para auxiliar no preenchimento das matrizes de riscos.

## A METODOLOGIA ADOTADA PELO MEC PARA O GERENCIAMENTO DE RISCOS



Fonte: Manual de gestão de riscos do MEC (pág 11).



Até o momento, foram mapeados os seguintes processos prioritários pelas secretarias e subsecretarias do Ministério:

SECRETARIA RESPONSÁVEL	PROCESSOS MAPEADOS	METAS DO PNE
<b>Secretaria de Educação Básica</b>	Painel de Monitoramento da Educação Básica no Contexto da Pandemia	7
<b>Secretaria de Educação Básica</b>	Programa de Fomento à Implantação das Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral e Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio	3, 6, 7 e 11
<b>Secretaria de Educação Básica</b>	Educação de Jovens e Adultos (EJA) Integrada	8 e 10
<b>Secretaria de Educação Básica</b>	Laboratório de Criatividade e Inovação para Educação Básica	16
<b>Secretaria de Educação Básica</b>	Programa de Inovação Educação Conectada	5 e 7
<b>Secretaria de Educação Básica</b>	Implantação das Escolas Cívico-Militares	2, 3 e 7
<b>Secretaria-Executiva</b>	Gestão dos instrumentos contratuais pactuados com Organizações Sociais	---
<b>Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica</b>	Fortalecimento da Governança da Rede Federal	11

SECRETARIA RESPONSÁVEL	PROCESSOS MAPEADOS	METAS DO PNE
<b>Secretaria de Educação Superior</b>	Fundo de Financiamento Estudantil (Fies)	12
<b>Secretaria de Alfabetização</b>	Programa Tempo de Aprender	5
<b>Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação</b>	Implantação das Salas de Recursos Multifuncionais	4
<b>Subsecretaria de Assuntos Administrativos</b>	Aquisições Públicas – Planejamento da Contratação	---
<b>Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação</b>	Execução de Contratos de TI	---
<b>Subsecretaria de Planejamento e Orçamento</b>	Elaboração da Proposta de Lei Orçamentária Anual – PLOA fase qualitativa	---

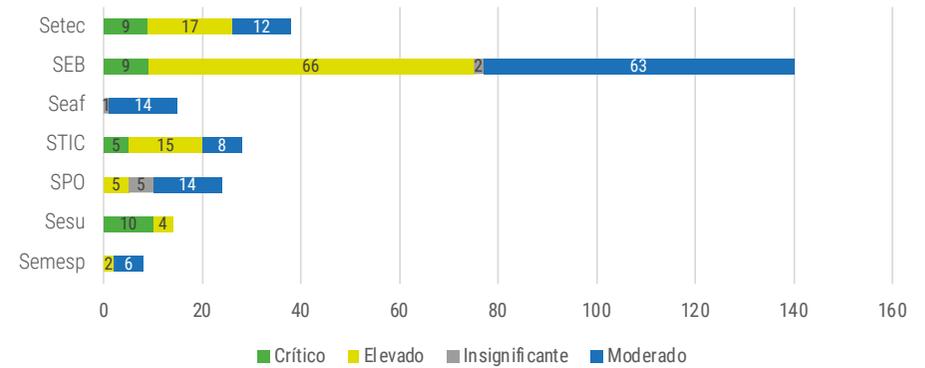
Entre as matrizes de riscos já apresentadas foram levantados 267 riscos.

Em 06 de dezembro de 2021, foi aprovado o [Manual de Gestão de Riscos do MEC](#), conforme a Portaria MEC nº 993, publicada no Boletim de Serviços nº 48 – Suplemento B, de dezembro de 2021, cujo objetivo é incentivar e disponibilizar de forma padronizada, fácil, simples e rápida todas as informações pertinentes para proceder à gestão de riscos no âmbito do MEC.

A gestão de riscos, os controles internos e a integridade constituem mecanismos que geram valor às organizações e aos seus processos ao atuarem de forma coordenada e buscando tratar as incertezas que podem impedir ou dificultar o alcance dos objetivos organizacionais. Nesse sentido, a adoção de medidas que visam a mitigar riscos à integridade está sendo tratada como um dos pilares do Programa de Integridade do MEC assim como o seu monitoramento contínuo.

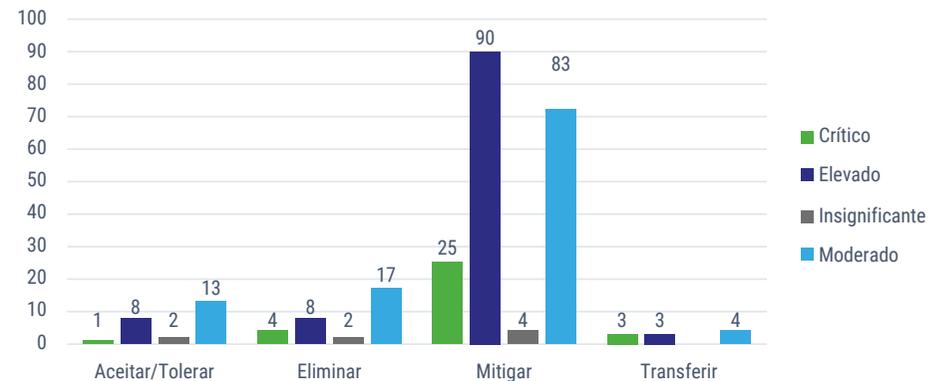
Considerando que uma das tipologias dos riscos constantes do Manual acima citado refere-se aos riscos à integridade, cita-se o disposto no item 7.1 do [Plano de Integridade](#), que trata dos riscos imediatos à integridade do MEC previamente identificados e que em sua grande maioria foram eliminados ou estão sendo mitigados por meio de ações preventivas e corretivas.

### Nº de Riscos Levantados



Elaborado por AECI em 21/12/2021.

### Contagem de Respostas aos Riscos



Elaborado por AECI em 21/12/2021.



### **3. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO**

A governança do MEC é um mecanismo de liderança, decisão, estratégia e controle que contribui para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, visando à condução de políticas públicas e à boa prestação de serviços de interesse da sociedade. Nesse contexto, destaca-se o compromisso do Ministério da Educação em divulgar informações de forma tempestiva e fidedigna à sociedade, estimulando a participação social na proposição e no monitoramento das políticas públicas.

Nesse sentido, no exercício de 2021, foram adotadas as seguintes práticas.

## AÇÕES PREVENTIVAS PARA MELHORIA DA GOVERNANÇA

No início de 2021, foi divulgado internamente no MEC o levantamento efetuado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), realizado em 2018, para medir a capacidade de governança e a gestão das organizações públicas federais visando a aferir o nível de implementação de boas práticas de liderança, estratégia e *accountability*, bem como práticas de governança e gestão de TI, de pessoas e de contratações, conforme o Acórdão TCU nº 2699/2018 – Plenário.

Diante disso, considerando que o TCU em 2021 iria efetuar novamente essa avaliação para medir o grau de maturidade da governança e da gestão do MEC, solicitou-se a todas as unidades que observassem atentamente os itens avaliados, a fim de adotar ações e medidas para melhoria das ações de governança em suas respectivas áreas, e tomando como ponto de partida as questões levantadas pelo TCU.

## GESTÃO DE INTEGRIDADE

Para promoção da integridade, observam-se as ações da Unidade de Gestão de Integridade previstas no art. 6º do Decreto nº 10.756, de 27 de julho de 2021, que trata do Sistema de Integridade Pública do Poder Executivo Federal, cujo objetivo é coordenar e articular as atividades relativas à integridade e estabelecer padrões para as práticas e medidas de integridade.

No âmbito do MEC, foi designada a Assessoria Especial de Controle Interno para atuar como Unidade de Gestão de Integridade, conforme previsto no art. 9º da Portaria MEC nº 563, de junho de 2020, e coordenar a estruturação, a execução e o monitoramento do Programa de Integridade, com vistas à prevenção e mitigação de vulnerabilidades eventualmente identificadas. Destaca-se que a UGI atua de forma complementar e integrada

aos demais sistemas estruturadores existentes, principalmente aqueles que coordenam as atividades de instâncias que prestam apoio ao sistema de integridade, quais sejam: Corregedoria, Ouvidoria, Gestão de Pessoas e Comissão de Ética, de forma a evitar a sobreposição de esforços, racionalizar os custos e melhorar o desempenho e a qualidade dos resultados.

No início de 2021, o [Programa de Integridade do MEC](#) foi atualizado, trazendo melhorias no âmbito das mais diversas áreas. Ainda em 2021, a Comissão de Ética foi recomposta, conforme a Portaria MEC nº 1.026, de 16 de dezembro de 2021, o que trará mais efetividade nas ações relacionadas à ética e conduta dos servidores. Houve reforço nas campanhas de fomento à cultura da integridade por meio da divulgação de materiais com os mais variados temas, tais como: conflito de interesses; nepotismo; ética, código de conduta; brindes e presentes; integridade pública; valores públicos; assédio moral e sexual; entre outros. Os materiais foram divulgados por e-mail aos servidores, disponibilizados na intranet do MEC e no [Portal do MEC](#).

Sobre esse assunto, destaca-se que o MEC deu início à formalização do Protocolo de Intenção com a Secretaria de Controle Interno da Secretaria-Geral da Presidência da República, visando a firmar parceria para promover ações integradas, apoio mútuo e intercâmbio de experiências, informações e tecnologias, com vistas à capacitação técnica de recursos humanos, ao desenvolvimento institucional e à

melhoria da gestão no âmbito das atribuições inerentes ao Controle Interno, relacionadas às atividades de Governança, Integridade, Gestão de Riscos, Auditoria e Ouvidoria.

## MONITORAMENTO DO ALCANCE DOS RESULTADOS ORGANIZACIONAIS

O Comitê de Governança, Integridade, Gestão de Riscos e Controles do Ministério da Educação é a instância máxima de governança, responsável pelo estabelecimento e pela condução e avaliação das políticas de governança, gestão de riscos, controles internos e do programa de integridade, em conformidade com os ditames do Decreto nº 9.203, de 2017. Entre suas competências, destacam-se a orientação do desenvolvimento de estratégias que visem à efetiva implementação da política nacional de governança da Administração Pública Federal Direta, autárquica e fundacional, instituída pelo Governo Federal no MEC, e o oferecimento de diretrizes para o desenvolvimento e a implantação do planejamento estratégico do MEC.

Tendo em vista a prioridade que o MEC vem dando à gestão estratégica, torna-se essencial a melhoria da governança e do monitoramento dos resultados institucionais, alinhando o planejamento, a avaliação

e o controle, para que seja possível incrementar a eficiência, eficácia e o *accountability* da gestão pública do MEC.

## FOCO ESTRATÉGICO

A pandemia do coronavírus representou um marco na educação do Brasil. A partir de 2021, passou-se a pensar em como um País de dimensões continentais e realidades tão díspares pode mitigar o lapso de aprendizagem que a necessidade de ficar em casa impôs.

Esse escopo apenas reforçou a diretriz estratégica do Ministério da Educação, baseada em políticas perenes e com foco não apenas no curto e médio prazos, mas também na certeza de que as políticas públicas em educação demandam maturação e planejamento. O MEC gere as ações para que perpassem no tempo, não restringindo os programas ao tempo atual, mas para que sejam possíveis resultados imediatos e a longo prazo.

Nesse sentido, o que o Ministério já vinha realizando antes da pandemia, como o investimento em tecnologia e conectividade e na criação de programas educacionais que tragam resultados e efetividade, foi robustecido na atual gestão e pode ser exemplificado com o Programa de Inovação Educação Conectada (que apoia a universalização

do acesso à internet em alta velocidade e fomenta o uso pedagógico de tecnologias digitais na educação básica), o acordo com o Banco Mundial (que objetiva, principalmente, apoiar a implantação do Novo Ensino Médio e é composto pelo aporte financeiro a partir do cumprimento de metas preestabelecidas), ou a disponibilização gratuita do GraphoGame (aplicativo que auxilia na alfabetização das crianças – o Brasil é o maior usuário do programa, em número de *downloads*).

Assim, o Ministério da Educação atua na linha de frente com os estados e municípios para coordenar, fomentar e investir em educação de qualidade, sempre buscando nortear políticas com base em assertividade, racionalidade com o gasto público e resultados que permitam aos estudantes mais efetividade na busca por um emprego e mais propriedade na vida que os aguarda.

A direção estratégica da organização está pautada nos instrumentos de gestão, como o Planejamento Estratégico Institucional e a Política de Riscos instituídos, os quais visam a influenciar e monitorar a direção estratégica do MEC no cumprimento de sua missão, na realização de sua visão e na promoção dos seus valores institucionais, bem como constituir mecanismos que geram valor às instituições e a seus processos quando atuam de forma coordenada, buscando tratar as incertezas que podem impedir ou dificultar o alcance dos objetivos,

contribuindo para o comportamento íntegro nas organizações. Esses mecanismos visam a aumentar a qualidade das decisões dos gestores públicos para o alcance do interesse público. O PEI está disponível no Portal do MEC: <https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/plano-estrategico>.

A Política de Riscos está disponível no [Portal do MEC](#).



## ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E O RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

### OUVIDORIA E ACESSO À INFORMAÇÃO (FALA.BR)

A Ouvidoria do Ministério da Educação é integrante da Rede Nacional de Ouvidorias e tem, entre as suas atribuições, a competência para acolher e dar tratamento, nos termos do art. 12 da Portaria da Controladoria-Geral da União (CGU) nº 581, de 9 de março de 2021, reclamações, denúncias, sugestões, elogios e demais pronunciamentos de usuários que tenham como objeto a prestação de serviços públicos e a conduta de agentes públicos na prestação e fiscalização de tais serviços.

Pelo exercício de suas atividades, foi construída uma relação muito estreita entre a sociedade e a Ouvidoria, que tem na Plataforma de Ouvidoria e Acesso à Informação (Fala.BR) o principal canal de comunicação, gerido com vistas a facilitar a adoção das medidas necessárias ao exercício dos direitos dos usuários de serviços públicos.

## Normativos de Ouvidoria e LAI

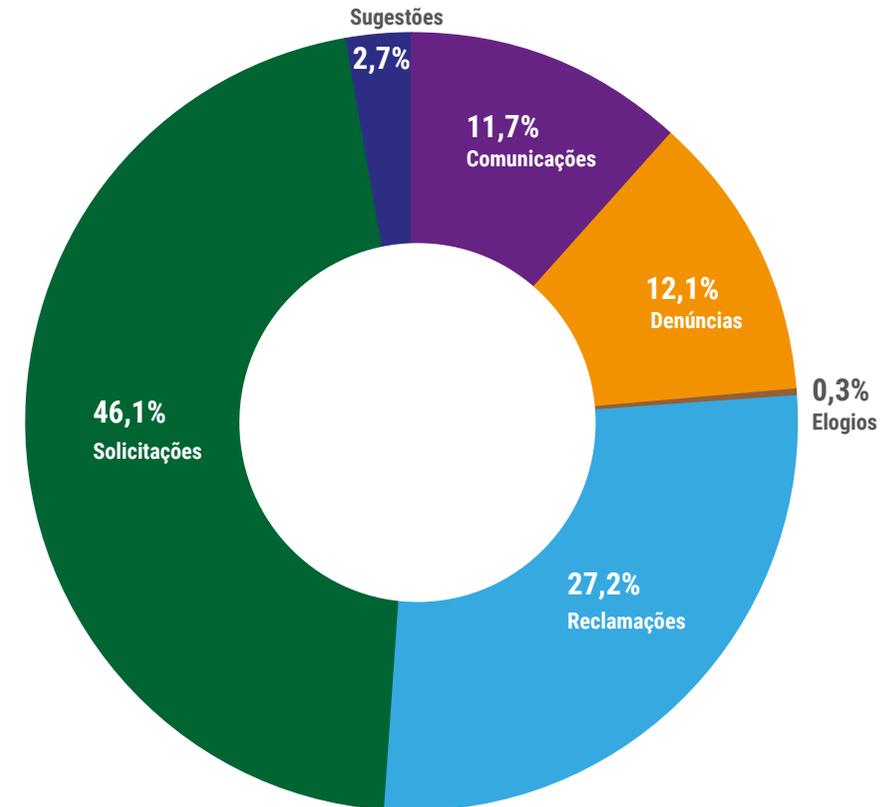
Decreto nº 9.492, de 5 de setembro de 2018	participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos
Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017	direitos de acesso gratuito e desimpedido aos canais de atendimento de ouvidoria
Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018	proteção de dados pessoais coletados pela ouvidoria
Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011	acesso a informações claras, corretas e atualizadas, necessárias ao acesso a serviços públicos e ao exercício de direitos

O MEC está comprometido com o fortalecimento da transparência, a integridade de informações disponibilizadas para a sociedade e com a promoção do diálogo com o cidadão, usuário dos serviços da Pasta.

Em 2021, o MEC recebeu 9.028 manifestações de Ouvidoria por meio do Fala.BR, destas 8.184 foram tratadas e respondidas no âmbito do MEC, enquanto as demais foram encaminhadas para órgãos externos ao MEC.

As manifestações de Ouvidoria são organizadas por tipologia, conforme especificado no inciso V do art. 2º da Lei nº 13.460, de 2017. A seguir, estão apresentados os dados quantitativos das manifestações de Ouvidoria.

## Tipologia das Manifestações Recebidas – Fala.BR



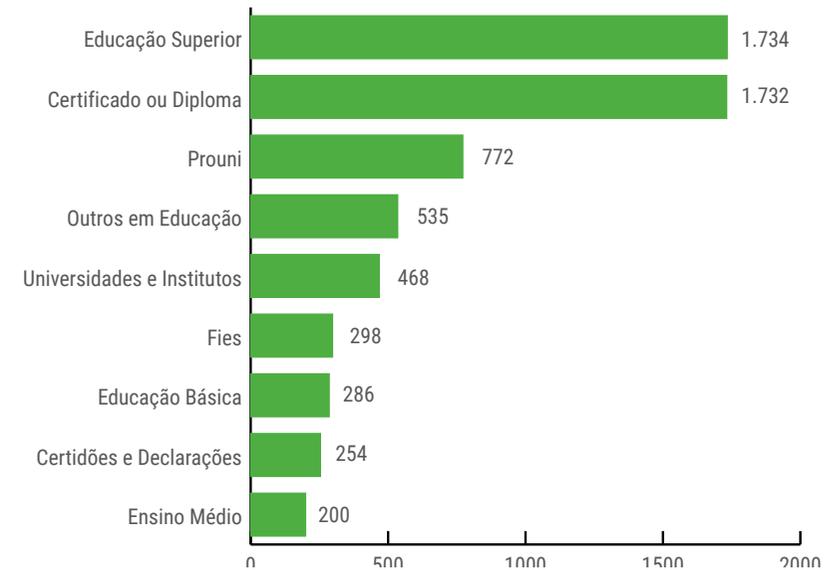
MANIFESTAÇÕES DE OUVIDORIA POR TIPOLOGIA <sup>1</sup> 2016 – 2021							
Manifestações	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
Comunicações	0	0	390	2.282	2.070	955	5.697
Denúncias	677	986	684	1.039	807	990	4.253
Elogios	28	167	717	106	95	23	1.136
Reclamações	1.329	1.762	3.202	3.423	3.150	2.228	15.146
Solicitações	1.278	1.098	2.091	2.526	5.443	3.770	16.206
Sugestões	205	148	98	798	835	218	2.302
<b>TOTAL/ANO</b>	<b>3.517</b>	<b>4.161</b>	<b>7.182</b>	<b>10.174</b>	<b>12.400</b>	<b>8.184</b>	<b>*****</b>

Fonte: Painel de Controle Resolveu?, da CGU – <http://paineis.cgu.gov.br/resolveu/index.htm>

Em 2021, foi identificada a média mensal de 682 manifestações, apontando uma redução de aproximadamente 34% no volume mensal de manifestações em relação a 2020. Fonte: 'Painel Resolveu?', da Controladoria Geral da União – CGU.

Entre os assuntos mais cadastrados nas manifestações de ouvidoria recebidas, o tema “Educação Superior” é o mais demandado, seguido de temas relacionados a esse nível de ensino:

Os dez assuntos mais cadastrados – Fala.BR



Fonte: Painel Resolveu CGU e Relatório de Gestão do MEC, exercício 2021.

## LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO (LAI)

Pela Plataforma Fala.BR, com fundamento na [Lei de Acesso à Informação \(LAI\)](#), também é possível apresentar pedido de acesso à informação pública disponível ou custodiada pelo Ministério da Educação ([Portaria MEC nº 992, de 2021](#)). Em 2021, foram recebidos 3.427 pedidos de acesso à informação, segundo dados do [Painel de Controle LAI da CGU](#).

1. As manifestações de Ouvidoria são organizadas por tipologia, conforme especificado no inciso V do art. 2º da Lei nº 13.460, de 2017 – [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13460.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13460.htm).

PEDIDOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO – 2016 A 2021							
Ano	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
Total de Pedidos	2.527	2.712	3.234	3.656	3.420	3.427	18.976
Tempo Médio de Resposta (dias)	20,13	19,55	13,54	13,33	13,68	13,49	*****

Fonte: Painel LAI da CGU.

Em 2021, não houve omissão de resposta em atendimento aos pedidos de acesso à informação, alcançando o índice de tratamento com deferimento ou indeferimento em 100% dos pedidos direcionados ao MEC.

Os dez assuntos mais cadastrados – Pedidos de acesso à informação



TEMAS MAIS DEMANDADOS – LAI		
CLASSIFICAÇÃO	TEMAS	ATENDIMENTOS
1º	Educação Superior	1.393
2º	Educação Básica	516
3º	Condução Docente	299
4º	Acesso à Informação	273
5º	Outros em Educação	221
6º	Educação Profissionalizante	208
7º	Certificado ou diploma	66
8º	Exame Nacional do Ensino Médio	62
9º	Universidades e Institutos	51
10º	Prouni – Programa Universidade Para Todos	45

Fonte: Painel LAI da CGU.

Considerando o total de 3.427 pedidos de acesso à informação respondidos, a taxa de conversão em recursos ficou abaixo dos 10% conforme especificado:



Fonte: Painel CGU LAI.

Os recursos de 1ª instância são apreciados pelo superior hierárquico ao que deu causa ao recurso, e os recursos de 2ª instância são apreciados pelo Gabinete do Ministro de Estado da Educação. Os recursos de 3ª instância são apreciados pela Controladoria-Geral da União e, finalmente, os recursos da 4ª instância são apreciados pela Comissão Mista de Reavaliação de Informações (CMRI).

## CENTRAL DE ATENDIMENTO – 0800 61 61 61

O Ministério da Educação mantém a Central de Atendimentos ao Cidadão para prestar esclarecimentos e informações sobre os programas de governo e assuntos pertinentes à educação, o atendimento é realizado por meio do telefone 0800 61 61 61.

A Central de Atendimentos recebe e trata demandas direcionadas tanto ao MEC quanto a suas autarquias. Os dados do atendimento são organizados em categorias e, em 2021, somadas as categorias, a Central de Atendimento realizou 2.411.143, entre entrantes<sup>2</sup>, atendidas<sup>3</sup> e abandonadas<sup>4</sup>. Destacam-se os temas mais demandados, organizados por secretarias:

CLASSIFICAÇÃO	SECRETARIA	ASSUNTO	QUANT.
1º	SEB	Telefones das Secretarias de Educação Estaduais	10.030
2º	SERES	Atendimento Telefônico do Núcleo de Apoio e Atendimento Integrado (NAAI)	4.627
3º	SERES	Como verificar a regularidade de uma instituição de ensino superior?	1.975
4º	SERES	Como realizar uma denúncia contra uma Instituição de Ensino Superior (IES)?	1.746
5º	SESU	Quais são as condições para se candidatar ao Prouni?	1.592
6º	SESU	Como saber o andamento da minha bolsa Prouni?	1.526
7º	SESU	Transferência da bolsa do Prouni. Regras para solicitar.	1.523
8º	SERES	Como saber se um curso superior é autorizado e reconhecido pelo Ministério da Educação?	1.480
9º	SESU	Quais são as condições para participar do processo seletivo do Fies?	1.349
10º	SESU	Como saber o resultado e/ou minha classificação na Lista de Espera do SISU?	1.135

Fonte: Cube *Business Intelligence* – Registros Detalhados 0800 e WEB.

2. Entrantes – Número de chamadas atendidas mais abandonadas.

3. Atendidas – Quantidade de chamadas atendidas.

4. Abandonadas – Quantidade de chamadas que foram abandonadas pelo usuário.

## AÇÕES DE SUPERVISÃO, CONTROLE E CORREIÇÃO

### PRINCIPAIS AÇÕES DE CORREIÇÃO

Em 2021, a Corregedoria do Ministério da Educação atuou fortemente no tratamento de denúncias e representações recebidas relacionadas a agentes públicos submetidos ao seu poder correcional, bem como no assessoramento ao Ministro de Estado da Educação nas decisões sobre a constituição de comissões de sindicância ou de processo administrativo disciplinar destinadas à apuração de irregularidades atribuídas às autoridades de que trata o Decreto nº 3.669, de 23 de novembro de 2000.

Principais ações de correição adotadas no âmbito do Ministério da Educação

Autuação, instrução e avaliação de processos de denúncia e representação que envolvem os agentes públicos submetidos ao seu poder correcional.
Instauração de procedimentos de responsabilização de pessoa jurídica e investigações preliminares para fins de apuração de infrações.
Assessoramento do Ministro de Estado da Educação nas decisões sobre a constituição de comissões de sindicância ou de processo administrativo disciplinar destinadas à apuração de irregularidades atribuídas às autoridades.
Fomento à utilização do Termo de Ajustamento de Conduta para adequação de condutas tidas como irregulares pela legislação ou contrárias ao interesse público, quando cabível, nos termos da legislação vigente.
Promoção de ações com o objetivo de verificar a regularidade, eficiência e eficácia dos serviços/atividades e propor melhorias ao seu funcionamento, de modo a prevenir a ocorrência de ilícitos funcionais no Ministério da Educação.

Registra-se que no exercício de 2021 foram concluídas as análises de aproximadamente 130 denúncias/representações oriundas de unidades do próprio MEC, de manifestações de ouvidoria, da Corregedoria-Geral da União (CGU) e de outros órgãos públicos. Destaca-se ainda que, durante o mesmo período, foram julgados 15 Processos Administrativos Disciplinares (PAD) e foram instaurados outros 7 procedimentos disciplinares.



**130** Denúncias/representações concluídas



**15** Pads julgados



**7** procedimentos disciplinares instaurados

Em 2021, houve a efetiva adoção do [Sistema ePAD](#) pela Corregedoria do Ministério da Educação como ferramenta de auxílio na condução dos juízos de admissibilidade e Investigações Preliminares Sumárias (IPS). Ressalta-se que todas as análises são realizadas no âmbito do Sistema ePAD, bem como a totalidade dos procedimentos correccionais estão cadastrados e atualizados no sistema CGU-PAD/CGU-PJ, os quais são mantidos pela Corregedoria-Geral da União.

Visando a conferir maior efetividade e segurança às apurações correccionais, foram editadas 3 instruções normativas:

<b>Instrução Normativa nº 1/2021</b>	Orienta as áreas internas do Ministério da Educação sobre a forma de comunicação de notícias de irregularidades que são enviadas à Corregedoria e dá outras providências.
<b>Instrução Normativa nº 2/2021</b>	Institui os critérios de priorização de análise de demandas correccionais no âmbito da Corregedoria do Ministério da Educação.
<b>Instrução Normativa nº 3/2021</b>	Estabelece medidas para resguardar dados dos envolvidos em procedimentos investigativos e processos correccionais acusatórios.

Ademais, foi publicada ainda a Portaria MEC nº 150, de 16 de março de 2021, que delegou competência de julgamento de PAD no âmbito do MEC ao Corregedor.

Finalmente, destacam-se a utilização de videoconferência e outras ferramentas tecnológicas na condução de processos disciplinares, o que resultou em mais eficiência às comissões e na redução dos custos com diárias e passagens.

## CONCLUSÕES DE AUDITORIAS INDEPENDENTES E/OU DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE PÚBLICO E MEDIDAS ADOTADAS EM RELAÇÃO A CONCLUSÕES OU EVENTUAIS APONTAMENTOS

No âmbito deste Ministério da Educação, a Portaria nº 1.624, de 19 de setembro de 2019, alterada pela Portaria nº 842, de 25 de outubro de 2021, estabelece procedimentos para o tratamento de demandas oriundas de órgãos de controle, órgãos de defesa do Estado, órgãos de defesa do consumidor, órgãos do Poder Judiciário e órgãos essenciais à função jurisdicional do Estado.

As demandas de controle oriundas do Tribunal de Contas da União, Tribunais de Contas dos Estados, Tribunais de Contas dos Municípios, Controladoria-Geral da União e órgãos de controle interno dos Poderes da União, estados, Distrito Federal e municípios, cujo destinatário seja o Ministro de Estado da Educação ou o Secretário-Executivo, são encaminhadas à Assessoria Especial de Controle Interno para acompanhamento junto à unidade finalística da manifestação e do atendimento das determinações nelas contidas.

No exercício de 2021, com relação às conclusões de auditorias dos órgãos de controle público e as medidas adotadas, no que tange às conclusões ou eventuais apontamentos, especialmente entre os acórdãos recebidos pelo Ministério da Educação destacam-se os seguintes:

IDENTIFICADOR	DESCRIÇÃO	MEDIDAS ADOTADAS
<b>TC 037.397/2020-6</b> <b>Acórdão</b> <b>1637/2021-TCU-Plenário</b>	Auditoria sobre o Plano Anual de Contratações e o Sistema PGC.	Divulgação do relatório de feedback individualizado, com a finalidade de contribuir para melhoria das práticas de planejamento anual das contratações nas organizações. Foram identificadas as principais fragilidades de governança dos órgãos que impactam a elaboração e gestão do PAC, remetido pela Subsecretaria de Assuntos Administrativos às unidades responsáveis no âmbito do Ministério para aprimorar o planejamento das contratações.
<b>TC 002.922/2004-9</b> <b>Acórdão</b> <b>3092/2021-TCU-Plenário</b>	Averiguar a conformidade dos registros100 – Documentos e processos relativos à atividade fim do TCU.	A Subsecretaria de Assuntos Administrativos emitiu Ofício-Circular para todas as entidades vinculadas a esta Pasta, bem como para os Institutos Federais e Universidades citados no Acórdão, a fim de dar conhecimento e reforçar a necessidade de cumprimento das determinações proferidas pelo Tribunal de Contas da União, para sanear as irregularidades relacionadas a servidores, os quais, alguns deles, vinculam-se às Instituições Federais de Ensino.
<b>TC 028.228/2017-0</b> <b>Acórdão</b> <b>3874/2021-TCU-Primeira Câmara</b>	Prestação de Contas Ordinária de Universidade Federal do Paraná relativa ao Exercício Financeiro de 2016.	A Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas informou que a referida orientação por meio de Ofício-Circular quanto “a controvérsia referente ao pagamento do auxílio-alimentação para Professor das IFEs submetido ao regime de 20 horas semanais de trabalho (art. 20, inciso II, da Lei nº 12.772, de 2012)” estava disponível no portal Sigepe, destacando-se que as unidades de gestão de pessoas das Instituições Federais de Ensino, na condição de órgãos seccionais do Sipep, devem seguir as diretrizes do órgão central (atualmente, a Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia), bem como informa “Caso haja alguma informação complementar sobre a matéria, a CGGP/MEC providenciará a emissão de Ofício-Circular, direcionado às Instituições Federais de Ensino para ciência.”.

IDENTIFICADOR	DESCRIÇÃO	MEDIDAS ADOTADAS
<b>TC 012.379/2021-2</b> <b>Acórdão</b> <b>1039/2021-TCU-Plenário</b>	Representação, com pedido de medida cautelar, acerca da correta destinação de recursos provenientes de precatórios do extinto Fundef, em especial do previsto no art. 7º, parágrafo único, da Lei nº 14.057, de 2020, que garante pelo menos 60% do seu montante para os profissionais do magistério ativos, inativos e pensionistas do ente público credor, na forma de abono.	<p>A Secretaria-Executiva informou que, com relação a difundir as informações do Acórdão, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação publicou a íntegra do Acórdão na página principal do Portal eletrônico do FNDE: <a href="https://www.gov.br/fnde/pt-br">hps://www.gov.br/fnde/pt-br</a> (Ações e Programas – Mais ações e programas – Financiamento – Fundeb – Avisos – Informes do TCU). <a href="https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/financiamento/fundeb/avisos-informes-do-tcu/acordao-1039-2021">https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/financiamento/fundeb/avisos-informes-do-tcu/acordao-1039-2021</a></p> <p>Encontram-se em andamento as tratativas do FNDE com o MEC, com a participação do ME e da Casa Civil, para a regulamentação do disposto no art. 7º da Lei nº 14.057, de 2020.</p>
<b>TC 033.445/2020-6</b> <b>Acórdão</b> <b>1567/2021-TCU-Plenário</b>	Auditoria integrada, financeira e de conformidade, para compor a prestação de contas do Ministério da Economia referente ao exercício de 2020.	Foram realizadas tratativas entre o Ministério da Economia, Caixa Econômica Federal, Ministério do Desenvolvimento Regional, Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento para definir se haveria a necessidade de instituir normativo ou estabelecer outra forma de atendimento para a recomendação do Acórdão, de maneira que foi revisto o fluxo de informações e ajustados os prazos de envio dos dados tempestivamente na STN, relativo aos recursos do Fundeb, antigo Fundef.
<b>TC 014.922/2021-5</b> <b>Acórdão</b> <b>1515/2021-TCU-Plenário</b>	Contas do Governo – Presidência da República.	<p>A Subsecretaria de Planejamento e Orçamento/SE/MEC atuou ostensivamente no exercício de 2021 no mapeamento e alinhamento dos órgãos vinculados para que suas unidades orçamentárias se abstivessem de executar, como manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE - Identificador de Uso 8), despesa relacionada ao pagamento de proventos de aposentadoria e pensões por meio do acompanhamento de sua execução da despesa ao nível de elemento da natureza de despesa, realizou ações como órgão setorial, expedindo orientações e informações por meio de mensagens Comunicação no Siafi, ligações telefônicas e mensagens eletrônicas.</p> <p>Também foi instituído Grupo de Trabalho (GT) para análise das ações orçamentárias que compõem as despesas com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) na União.</p>
<b>TC 021.172/2020-0</b> <b>Acórdão</b> <b>2999/2021-TCU-Plenário</b>	Monitoramento das determinações (itens 9.2.1 e 9.2.2) contidas no Acórdão 159/2020-TCU-Plenário (que deu nova redação ao subitem 9.2 do Acórdão 2.353/2018-TCU-Plenário), proferido nos autos do TC 034.984/2017-8, que tratou do 3º Acompanhamento do Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024.	A determinação contida no item 9.2.1 foi cumprida; foram apresentados pela Secretaria de Alfabetização as ponderações e o estudo sobre a inviabilidade acerca da criação de benefício adicional de que trata a estratégia 9.4 do Plano Nacional de Educação. Quanto ao item 9.2.2, o Tribunal deixou de expedir novo monitoramento, considerando que a determinação anteriormente expedida não se enquadrava no novo formato estabelecido pelo Tribunal.

IDENTIFICADOR	DESCRIÇÃO	MEDIDAS ADOTADAS
<b>TC 040.033/2020-1</b> <b>Acórdão</b> <b>2620/2021-TCU-Plenário</b>	Acompanhamento do Plano Nacional de Educação (PNE) – 2020.	A Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Educação protocolou no TCU pedido de reexame, tendo em vista os apontamentos contidos no Relatório.
<b>TC 024.329/2015-0</b> <b>Acórdão</b> <b>1198/2021-TCU-Plenário</b>	FOC Pronatec – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego Monitoramento de determinações e recomendações, decorrentes de relatório de auditoria, constantes do Acórdão 1.006/2018-TCU-Plenário, Relatora Ministra Ana Arraes, proferido ao apreciar a Fiscalização de Orientação Centralizada (FOC), realizada com o objetivo de verificar a regularidade da aplicação de recursos financeiros transferidos pela União na Bolsa Formação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec Bolsa Formação).	Foi identificado pela Setec e informado ao FNDE que não proceda ao pleito de ressarcimento do montante, tendo em vista que o valor referente às matrículas glosadas, convertidas em horas-aluno, já foi descontado na apuração dos valores devidos para a instituição pela execução completa ao longo dos anos de 2011 e 2018.
<b>TC C 038.129/2019-1</b> <b>Acórdão 612/2021-TCU-Plenário</b>	Levantamento e proposição de novo modelo de Indicadores de Gestão das Instituições Federais de Ensino Superior, em especial, as que integram a Rede Federal.	Setec/MEC elaborou cronograma detalhado, com descrição das etapas e da definição de responsabilidades no que diz respeito ao novo modelo de Indicadores de Gestão das Instituições Federais de Ensino Superior, em especial, as que integram a Rede Federal.
<b>TC 024.097/2020-9</b> <b>Acórdão</b> <b>2610/2021-TCU-Plenário</b>	Acompanhamento relativo à Rede Federal de Educação Tecnológica (Institutos Federais, Centros Federais de Educação Tecnológica e Colégio Pedro II), tendo como objeto as 'Tomadas de Contas Especiais na fase interna' (biênio 2019/2020), conforme autorização contida em Despacho do Min. Rel. WAR (peça 4, TC 019.064/2020-9).	A Setec enviou aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets) e ao Colégio Pedro II (CPII) toda a documentação contida no Ofício do TCU para ciência das informações e adoção de medidas saneadoras visando ao atendimento das determinações elencadas no Acórdão.

IDENTIFICADOR	DESCRIÇÃO	MEDIDAS ADOTADAS
<b>TC 037.081/2020-9</b> <b>Acórdão</b> <b>1299/2021-TCU-Plenário</b>	Levantamento do TCU sobre o planejamento e a oferta de cursos pelas Instituições Federais de Ensino, ante as necessidades decorrentes do processo de transformação digital no setor produtivo bem como as ações do Ministério da Educação relativas ao tema.	O MEC apresentou as diversas iniciativas com o viés de aproximar o setor acadêmico e o setor produtivo para o desenvolvimento de projetos de inovação, bem como de capacitação (Programa Novos Caminhos, Polo Embrapii, Educação no Mundo 4.0, Programa Qualifica Mais – Emprega Mais). Foram considerados cumpridos os objetivos do levantamento.
<b>TC 039.733/2019-0</b> <b>Acórdão 959/2021-TCU-Plenário</b>	Monitoramento do Acórdão 2901/2018 - Plenário - FOC Inclusão Produtiva.	Sobre a Recomendação 1.6.4, a Setec/MEC, com o intuito de colaborar com a Casa Civil na articulação com o Grupo Gestor do Plano Progredir, informou que foram elaborados instrumentos de orientação para a definição da oferta de educação profissional e tecnológica, todos disponíveis no hotsite da Agenda Novos Caminhos ( <a href="http://portal.mec.gov.br/novoscaminhos/?pagina=painel-demandas">http://portal.mec.gov.br/novoscaminhos/?pagina=painel-demandas</a> ), os quais contêm: a elaboração e disponibilização de Mapas de Demanda por educação profissional e tecnológica por unidades da federação; a disponibilização dos dados de forma interativa por meio do Painel de Demandas por Qualificação Profissional; e a elaboração e divulgação da Cartilha de Orientações às Redes Ofertantes de Educação Profissional e Tecnológica. Ademais, realizaram-se durante o primeiro semestre de 2021, encontros virtuais com os representantes dos entes da federação para dar maior publicidade às ferramentas e abrir caminhos de escuta com os usuários para auxiliar as equipes técnicas que atuam no processo de aprimoramento da solução, tendo em vista que a Setec trabalha para que o projeto possua evolução contínua e com esse objetivo está celebrando um Acordo de Cooperação Técnica com a Sedese/MG, que prevê a avaliação e revisão da metodologia aplicada, bem como atualizações periódicas no Painel de Demandas por Qualificação Profissional, inclusive com a aproximação da equipe desenvolvedora da Sedese/MG com parceiros da academia.  Já sobre a Recomendação 1.6.3, a Setec reforçou que está em curso uma agenda de redesenho do Programa que utiliza fontes diversas para a definição de ofertas, buscando sempre o alinhamento com os objetivos pretendidos. As ferramentas de qualificação de demandas e o alinhamento com ofertas envolvem os citados Mapas de Demanda, a Cartilha, as oficinas e reuniões com os parceiros demandantes e ofertantes para recolher contribuições de melhoria.
<b>TC 025.684/2020-5</b> <b>Acórdão</b> <b>2890/2021-TCU-Plenário</b>	Acompanhamento relativo à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica tendo como objeto o tema 'Transparência' (biênio 2019/2020).	O Controle Interno realizou em conjunto com a Unamec o evento "Transparência nas Instituições Federais de Ensino" para a Rede de Instituições Federais de Educação Superior, com a apresentação de informações do Acórdão e boas práticas nas IFEs, bem como orientações para o próximo ciclo de acompanhamento do tema.

IDENTIFICADOR	DESCRIÇÃO	MEDIDAS ADOTADAS
<b>TC 024.765/2020-1</b> <b>Acórdão</b> <b>2299/2021-TCU-Plenário</b>	Acompanhamento relativo às Universidades Federais tendo como objeto o tema “Transparência” (biênio 2019/2020).	O Controle Interno realizou em conjunto com a Unamec o evento “Transparência nas Instituições Federais de Ensino” para a Rede de Instituições Federais de Educação Superior, com a apresentação de informações do Acórdão e boas práticas nas IFEs, bem como orientações para o próximo ciclo de acompanhamento do tema.
<b>TC 012.749/2021-4</b> <b>Acórdão</b> <b>8373/2021-TCU-1ª</b> <b>Câmara</b>	Monitoramento do atendimento do Acórdão 8435/2020-Primeira Câmara (TC 021.745/2019-6), que trata de determinação ao Ministério da Educação para desenvolver e implementar medidas que visem à melhoria da eficiência energética das Instituições Federais de Ensino.	Ofício-Circular encaminhado para os Dirigentes das Instituições Federais de Educação Superior (IFEs), contendo Formulário de Pesquisa elaborado com a finalidade de coletar informações na rede de IFEs sobre o tema e também identificar potenciais iniciativas em eficiência energética já implantadas. Ademais, encontra-se em elaboração a Minuta de Portaria que pretende incluir as universidades federais no “Programa para Desenvolvimento em Energias Renováveis e Eficiência Energética na Rede Federal - EnergIF”, iniciativa que se encontra em operação na rede de educação profissional e tecnológica. A proposta de inclusão das IFEs é fruto das tratativas entre as Secretarias de Educação Superior (Sesu) e Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) e tem como objetivo ampliar a oferta de cursos e de formação profissional nas áreas de energia renovável e de eficiência energética por meio de ações de pesquisa, desenvolvimento, inovação e empreendedorismo nos institutos e universidades federais.
<b>TCU 037.034/2019-7</b> <b>Acórdão</b> <b>2477/2021-TCU-Plenário</b>	Monitoramento do Acórdão 1243/2019-TCU-Plenário (TC 041.083/2018-0) levantamento das condições de segurança do patrimônio nos museus federais.	O Grupo de Trabalho Interministerial no âmbito deste Ministério apresentou o Plano de Ação à Casa Civil, com a previsão de execução de 7 metas voltadas à implementação de mecanismos de supervisão. Tendo em vista os ajustes e a publicação da Portaria de instituição da Comissão Permanente sobre museus federais, houve a necessidade de atualização do cronograma inicial das metas estipuladas no Plano de Ação MEC, sendo a última meta com prazo proposto para julho de 2022.
<b>TC 013.512/2019-6</b> <b>Acórdão</b> <b>8830/2021-TCU-Plenário</b>	Monitoramento do cumprimento do Acórdão 7438/2015-TCU-1ª Câmara (TC 000.461/2014-8, PC da Sesu/MEC de 2013), relativamente à análise de prestação de contas de convênios.	A Sesu solicitou à Instituição, reiteradamente, a inclusão dos documentos complementares na Plataforma + Brasil para continuidade da análise da Prestação de Contas e não obteve resposta. Devido à ausência de atendimento às solicitações, foi emitido um Parecer contendo apontamento de várias irregularidades e a não aprovação da Prestação de Contas do convênio e que, ante a presença dos comprovantes de ciência das solicitações enviadas àquela Instituição, os responsáveis pelas irregularidades seriam notificados da instauração da Tomada de Contas Especial, após emissão do Parecer Conclusivo acerca da Prestação de Contas.

IDENTIFICADOR	DESCRIÇÃO	MEDIDAS ADOTADAS
<b>TC 015.677/2019-2</b> <b>Acórdão 676/2021-TCU-Plenário</b>	Monitoramento dos itens 9.5 e 9.6 do Acórdão 2194/2018-TCU-Plenário (TC MON 016.008/2016-2), relacionado com a implantação do Campus do Cérebro em Macaíba/RN, projeto conjunto do Ministério da Educação (MEC), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e Instituto de Ensino e Pesquisa Alberto Santos Dumont (ISD).	A redação do novo Acórdão considera que as recomendações não foram totalmente adotadas, tendo em vista a complexidade da questão e a atual situação de pandemia pela Covid-19, bem como determina o sobrestamento do processo pelo prazo de um ano.
<b>TC 037.410/2021-0</b> <b>Acórdão</b> <b>9461/2021-TCU-1ª</b> <b>Câmara</b>	Monitoramento das determinações e/ ou recomendações do Ministério da Educação, por meio do Acórdão 9461/2021-Primeira Câmara, no âmbito do Processo 011.583/2021-5.	A Secretaria de Alfabetização informou da solicitação à UNESCO para que a regra da pontuação mínima de 70% passe a constar, de forma explícita, em todos os futuros editais e termos de referência que venham a ser elaborados em parceria com a Secretaria, bem como ressaltou que solicitará que os procedimentos referentes ao número mínimo de candidatos que devem, para continuidade da seleção, alcançar pontuação classificatória mínima sejam publicizados em todos os futuros editais e termos de referência que venham a ser elaborados em parceria com a Secretaria. Ademais, foram reiterados argumentos no sentido de que se procurou demonstrar que os editais de 1 a 11/2021, publicados pela Secretaria de Alfabetização, atendem aos princípios e às boas práticas da Administração Pública. Demonstrou que não há conflitos ou sobreposições de competências entre Inep e Sealf, bem como que atenderam aos princípios da Administração Pública, mormente o da legalidade e o da economicidade, e pediu a manutenção do edital, de forma a garantir a continuidade da política pública referente às avaliações educacionais, em atendimento ao interesse público e em benefício da sociedade civil interessada na melhoria da alfabetização, em especial de gestores, professores, crianças e suas famílias.

Cabe informar ainda, que foi recebido um total de 72 determinações, recomendações e cientificações do Tribunal de Contas da União – fonte Sistema Conecta – e monitorado via Sistema E-aud um total de 69 recomendações da Controladoria-Geral da União.

Foram encaminhados, por meio de Pronunciamento Ministerial para julgamento do TCU, 441 processos de Tomada de Contas Especial, que somam o montante de R\$ 354.103.006,30. Fonte: Sistema E-tce.



## **4. RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO**

## RESULTADOS ALCANÇADOS ANTE OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E AS PRIORIDADES DA GESTÃO

### PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL

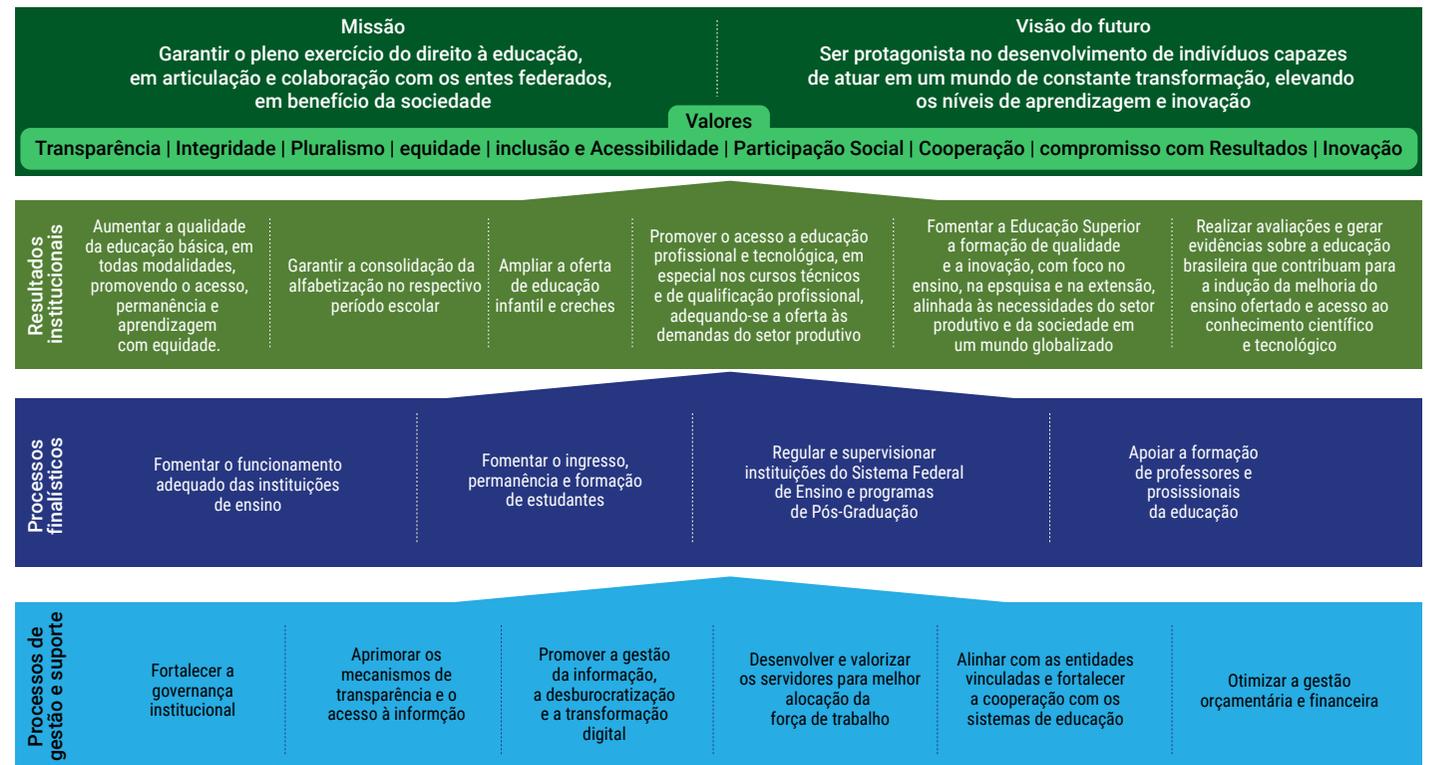
O Planejamento Estratégico do Ministério da Educação, para o período de 2020 a 2023, foi publicado em abril de 2020 e revisado no exercício de 2021.

No processo de revisão, o Ministério manteve a preocupação em manter o alinhamento dos diversos instrumentos de planejamento governamental. A revisão do Mapa Estratégico consistiu na análise das diretrizes estratégicas de governo, principalmente diante das novas orientações trazidas pela alteração na direção da Pasta, possibilitando

uma melhor elaboração da proposta dos Objetivos Estratégicos. O documento contendo os [Objetivos Estratégicos](#) está disponível no *site* do MEC.

Os Objetivos Estratégicos estão elencados a seguir, com a indicação das respectivas metas do PNE e dos programas do PPA aos quais estão relacionados:

#### Mapa Estratégico Ministério da Educação 2020-2030 Revisado



## RESULTADOS INSTITUCIONAIS

Os Resultados Institucionais referem-se aos Objetivos Estratégicos cujo alcance depende da realização dos objetivos dos Processos de Gestão e Suporte e dos Processos Finalísticos. Estão diretamente relacionados aos objetivos e programas do Plano Plurianual.

Os principais resultados da gestão serão apresentados no item “Resultados e Desempenho da Gestão” deste Relatório de Gestão.

### OBJETIVO ESTRATÉGICO 1:

**Aumentar a qualidade da educação básica, em todas as modalidades, promovendo o acesso, a permanência e a aprendizagem com equidade.**

Promover, considerando as especificidades dos públicos e as modalidades da educação básica, projetos e programas para a ampliação de vagas na educação infantil, a permanência e melhoria das aprendizagens no ensino fundamental, a ampliação da carga horária no ensino médio, a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a ampliação da oferta de educação de jovens e adultos, a melhoria das práticas de alfabetização baseadas

em evidências científicas, a qualificação de professores e demais profissionais da educação, a universalização do acesso à internet e o uso pedagógico de tecnologias digitais, entre outros. Fortalecer programas suplementares de alimentação, transporte e material didático.

**Metas do PNE:** 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 15, 16, 17, 20  
**Programa PPA:** 5011, 6015, 6016

### OBJETIVO ESTRATÉGICO 2:

**Garantir a consolidação da alfabetização no respectivo período.**

Garantir resultados significativos de aprendizagem no 2º ano do ensino fundamental quanto à literacia, em relação à leitura e à escrita e à numeracia; em relação aos conhecimentos básicos de matemática. No âmbito da alfabetização, importa que o estudante domine com segurança os componentes essenciais para a alfabetização, quais sejam: a consciência fonológica, em especial a consciência fonêmica, o conhecimento alfabético, a fluência em leitura oral, a compreensão de textos, a escrita de letras, palavras e textos simples.

**Metas do PNE:** 5  
**Programa PPA:** 5011

**OBJETIVO ESTRATÉGICO 3:****Ampliar a oferta de educação infantil em creches.**

Garantir assistência técnica e financeira para a melhoria da infraestrutura física da rede de educação infantil, incluindo obras e equipamentos, e a ampliação da oferta de vagas em articulação com as redes pública e privada de ensino, de modo a oferecer condições de atendimento igualitário.

**Metas do PNE:** 1

**Programa PPA:** 6015

**OBJETIVO ESTRATÉGICO 4:****Promover o acesso à educação profissional e tecnológica em especial nos cursos técnicos e de qualificação profissional, adequando a oferta às demandas do setor produtivo.**

Apoiar e supervisionar as instituições que ofertam educação profissional e tecnológica, promovendo a sua articulação com o setor produtivo de modo a ampliar o acesso à formação em diversas áreas do conhecimento e em diferentes modalidades de ensino alinhadas às necessidades do mundo do trabalho, possibilitando a inclusão produtiva dos egressos da educação profissional e tecnológica e a elevação da competitividade do setor produtivo brasileiro.

**Metas do PNE:** 3, 8, 9, 10, 11, 20

**Programa PPA:** 5012

**OBJETIVO ESTRATÉGICO 5:****Fomentar a educação superior, a formação de qualidade e a inovação, com foco no ensino, na pesquisa e na extensão, alinhada às necessidades do setor produtivo e da sociedade em um mundo globalizado.**

Promover o aumento de matrículas e a melhoria da qualidade do ensino e da gestão acadêmica por meio do fomento de política para a educação superior, inclusive a de bolsas e de financiamento estudantil em cursos de graduação e de pós-graduação; e a regulação e a supervisão da educação superior. Fomentar ações de inovação e empreendedorismo que ampliem a autonomia financeira das instituições federais e programas de pós-graduação para formar pesquisadores em áreas de interesse estratégico.

**Metas do PNE:** 8, 12, 13, 14

**Programa PPA:** 5013

**OBJETIVO ESTRATÉGICO 6:****Realizar avaliações e gerar evidências sobre a educação brasileira que contribuam para a indução da melhoria do ensino ofertado e acesso ao conhecimento científico e tecnológico.**

Realizar o levantamento e a análise de dados e informações educacionais do desempenho dos estudantes e das instituições de

ensino, reunir informações e dados estratégicos para avaliação de programas e projetos educacionais com a finalidade de fortalecer a tomada de decisões em políticas educacionais. Realizar avaliações e exames em larga escala para obter diagnóstico da educação brasileira. Fomentar a realização e divulgação de estudos relativos a inovações pedagógicas, pesquisas educacionais e institucionais e promover o acesso a conteúdo científico e tecnológico.

**Metas do PNE:** 7

**Programa PPA:** 5014

## PROCESSOS FINALÍSTICOS

Os objetivos dos Processos Finalísticos estão relacionados aos macroprocessos dos resultados institucionais da Cadeia de Valor, com a contribuição direta às unidades finalísticas do Ministério. Os Processos Finalísticos referem-se aos Objetivos Estratégicos que se relacionam tanto com aqueles situados na perspectiva dos Resultados Institucionais quanto com os de Processo de Gestão e Suporte.

### OBJETIVO ESTRATÉGICO 7:

**Fomentar o funcionamento adequado das instituições de ensino.**

Prestar apoio técnico e financeiro para a manutenção e melhoria da infraestrutura (incluindo mobiliário e equipamentos) e para a adoção de novas tecnologias de ensino, aprendizagem, ferramentas de gestão e orientação de ações voltadas à equidade no atendimento.

**Metas do PNE:** 1, 2, 3, 6, 7, 11, 12, 19, 20

**Programa PPA:** 5011, 5012, 5013, 6015, 6016

### OBJETIVO ESTRATÉGICO 8:

**Fomentar ingresso, permanência e formação de estudantes.**

Formular e viabilizar políticas e programas destinados a garantir o acesso e a permanência dos estudantes bem como a conclusão dos cursos em todos os níveis; a redução da evasão e da repetência escolar e o pleno desenvolvimento dos estudantes, levando em consideração suas especificidades.

**Metas do PNE:** 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14

**Programa PPA:** 5011, 5012, 5013, 6015, 6016

**OBJETIVO ESTRATÉGICO 9:**

Regular e supervisionar instituições do Sistema Federal de Ensino e programas de pós-graduação.

Regular, supervisionar e avaliar a oferta da educação superior no País; normatizar e instituir diretrizes para o funcionamento adequado das instituições de ensino e dos programas de pós-graduação, com foco na qualidade, eficiência e transparência.

**Metas do PNE:** 12, 13, 14, 19

**Programa PPA:** 5013

**OBJETIVO ESTRATÉGICO 10:**

Apoiar a formação de professores e profissionais da educação.

Elevar a oferta e a qualidade da formação inicial e continuada de professores e profissionais da educação, com foco em docência e gestão voltadas a resultados, em todos os níveis e modalidades, alinhadas aos marcos regulatórios e às especificidades existentes, de modo a garantir a formação de indivíduos e profissionais capazes de lidar com um mundo em constante transformação e com as novas tecnologias e ferramentas digitais disponíveis no mercado.

**Metas do PNE:** 15, 16, 17, 18, 19

**Programa PPA:** 5011, 5012, 5013, 6015, 6016

## PROCESSO DE GESTÃO E SUPORTE

Os objetivos constantes no Processo de Gestão e Suporte estão diretamente relacionados às unidades de gestão de pessoas, tecnologia da informação e comunicação e orçamento. Esses Objetivos Estratégicos dão sustentação aos Processos Finalísticos e de Governança, e os principais resultados estão apresentados no item “Resultados das Principais Áreas de Atuação” deste Relatório de Gestão.

**OBJETIVO ESTRATÉGICO 11:**

Fortalecer a governança institucional.

Implementar e disciplinar mecanismos de liderança, estratégias e controles que assegurem o adequado monitoramento da execução dos processos finalísticos e de suporte pelos respectivos gestores, avaliando os resultados obtidos frente aos objetivos propostos com vistas à correção de eventuais desvios por meio da identificação de melhorias e do gerenciamento dos riscos inerentes a esses processos.

**OBJETIVO ESTRATÉGICO 12:**

Aprimorar os mecanismos de transparência e o acesso à informação.

Fomentar programas e ações voltados ao fortalecimento do exercício do direito fundamental de acesso à informação, ao controle social e ao princípio da transparência nas ações públicas, com uso de linguagem clara, objetiva e acessível em canais apropriados, consideradas as características da população a que se dirige.

**OBJETIVO ESTRATÉGICO 13:**

Promover a gestão da informação, a desburocratização e a transformação digital.

Desenvolver e implementar ações, serviços e soluções para a adequação da atuação governamental aos desafios impostos pelas transformações na economia e na sociedade, demandadas pelo ambiente digital, com foco no papel do governo em ser habilitador e facilitador dessa transformação digital no setor produtivo do País e na atuação do Estado como prestador de serviços e garantidor de direitos. Estreitar a comunicação e estabelecer parcerias com o setor público e com o setor privado de forma a impactar positivamente os serviços ofertados pelo MEC.

**OBJETIVO ESTRATÉGICO 14:**

Desenvolver e valorizar os servidores para melhor alocação da força de trabalho.

Realizar ações e programas visando ao desenvolvimento, à valorização e ao engajamento dos servidores em exercício no Ministério da Educação com alocação adequada da força de trabalho, melhoria dos serviços prestados e busca da excelência na gestão pública.

**OBJETIVO ESTRATÉGICO 15:**

Alinhar com as entidades vinculadas e fortalecer a cooperação com os sistemas de educação.

Fomentar ações para o fortalecimento das políticas e dos sistemas de educação, zelando pela cooperação entre os atores e exercendo a coordenação nacional das políticas de educação.

**OBJETIVO ESTRATÉGICO 16:**

Otimizar a gestão orçamentária e financeira.

Realizar a gestão orçamentária e financeira do Ministério da Educação e a supervisão de suas unidades orçamentárias vinculadas, oferecendo apoio técnico para o planejamento, a execução e a análise dos custos, bem como levantar informações atualizadas sobre a ges-

tão orçamentária e financeira, proporcionando subsídios para que os gestores realizem a implementação de políticas públicas educacionais alinhadas às estratégias institucionais.

## PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

O Plano Nacional de Educação, aprovado por meio da Lei nº 13.005, de 2014, é um importante e norteador marco para as políticas educacionais do Brasil no período de 2014 a 2024. Assim, o Ministério da Educação mobilizou-se a fim de referenciar o seu Plano Estratégico Institucional e os Programas Finalísticos constantes no Plano Plurianual às metas do PNE, visando à convergência entre os atributos desses instrumentos de planejamento governamental.

O Ministério da Educação, na sua função de coordenação federativa, estimula a colaboração entre os sistemas de ensino. Nesse contexto, suas ações contribuem para o alcance das metas do Plano Nacional de Educação, assim como dos Planos Subnacionais de Educação, quando propõe políticas e programas a todos os níveis e modalidades de ensino.

É possível acessar os programas do MEC, organizados por metas e temáticas propostas pelo PNE, por meio do link: <http://pne.mec.gov.br/assistencia-tecnica/programas-do-mec-metas> .

O monitoramento da execução e do cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação está previsto no art. 5º da Lei nº 13.005, de 2014, que distribuiu a realização do monitoramento por cinco diferentes instâncias: Ministério da Educação; Comissão de Educação da Câmara dos Deputados; Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal; Conselho Nacional de Educação; e Fórum Nacional de Educação. Ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, foi destinada a competência de realizar e publicar, a cada dois anos, estudos para aferir a evolução do cumprimento das 20 metas que conformam o texto do PNE.

O Relatório do 4º Ciclo de Monitoramento das Metas do PNE, com a evolução das 20 metas educacionais, está em elaboração e será publicado no segundo semestre de 2022. O Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do PNE, publicado em 2020, pode ser acessado no [Portal do Inep](#).

## PLANO PLURIANUAL

O Plano Plurianual, previsto no art. 165 da Constituição Federal, estabelece diretrizes, objetivos e metas para o quadriênio 2020-2023. Instituído por meio da Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019, o PPA 2020-2023 contém programas e ações que orientam a elabora-

ção das Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Leis Orçamentária Anual (LOA).

De acordo com o Manual Técnico do PPA 2020-2023, a metodologia aplicada ao presente PPA está pautada em quatro pilares: simplificação metodológica, realismo fiscal, integração entre planejamento e avaliação e visão estratégica com foco em resultados.

Em 2019, ano da elaboração do atual PPA, as equipes técnicas e gestoras do MEC se envolveram para propor quatro programas finalísticos para o PPA, que, após algumas alterações por meio de emendas parlamentares, resultaram nos Programas 5011 (educação básica), 5012 (educação profissional e tecnológica), 5013 (educação superior) e 5014 (estatísticas e avaliações educacionais). Além disso, os congressistas incluíram mais dois programas finalísticos destinados ao MEC: um voltado para a educação infantil (Programa 6015) e outro para a educação especial (Programa 6016), ambos com início a partir de 2021.

Ressalta-se que, apesar de haver um programa próprio para a educação infantil (6015) e outro voltado à educação especial (6016), ambos com ações orçamentárias específicas (remanejadas ou criadas) a fim de atender diretamente a seus respectivos escopos, diversas ações e políticas educacionais do MEC desenvolvidas no âmbito do Programa 5011 também contribuem para o aprimoramento dessas etapas e modalidades educacionais, demonstrando que as políticas

no âmbito da educação básica são sistêmicas e integradas.

Ainda, referente aos dois novos programas incluídos pelos congressistas destinados à educação infantil e à educação especial, verificou-se a existência de limitações e/ou omissões significativas na descrição de seus escopos (objetivos e metas) e indefinições de atributos relevantes como o indicador e a respectiva linha de base. Além da inserção desses novos programas, a proposta inicial para o Plano Plurianual PPA 2020-2023 foi alterada substancialmente por emendas parlamentares durante sua tramitação no Congresso Nacional. As modificações mais significativas referiam-se, principalmente, ao aumento dos quantitativos de alcance das metas e indicadores bem como complementações na descrição/redação dos atributos.

Nesse contexto, o MEC formalizou, em novembro de 2020, com o Ministério da Economia, por meio do Ofício nº 556/2020/GAB/SPO/SPO-MEC e da Nota Técnica nº 99/2020/GAB/SPO/SPO, solicitação de alterações e ajustes nos atributos legais e gerenciais dos programas finalísticos do PPA 2020-2023 sob responsabilidade do MEC com as devidas justificativas. As referidas propostas foram reiteradas pelo MEC no processo de Revisão Ordinária do Plano Plurianual 2020-2023, ano base 2021, concluído com a publicação da Portaria nº 5.806, de 14 de maio de 2021, do Ministério da Economia. O Plano Plurianual vigente e seus anexos estão disponíveis no *site* do Ministério da Economia, conforme este [link](#).

Programas do Plano Plurianual – 2020 - 2023 (Anexo I – Portaria ME nº 5.806, de 14 de maio de 2021)

PROGRAMA	OBJETIVO	META	RESULTADO ALCANÇADO
<b>5011</b> – Educação Básica de Qualidade	Elevar a qualidade de educação básica, promovendo o acesso, a permanência e a aprendizagem com equidade.	Atingir a meta de 5,59 no Ideb Sintético.	<b>5,03</b> <b>(2019)</b>
<b>5012</b> – Educação Profissional e Tecnológica	Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica, em especial nos cursos técnicos e de qualificação profissional, adequando a oferta às demandas do setor produtivo.	Elevar para 3 milhões o total de matrículas em cursos técnicos e em cursos de qualificação profissional, em 2023.	<b>2.557.903</b> <b>(2019)*</b>
<b>5013</b> – Educação Superior – Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	Fomentar a formação de pessoal qualificado, fortalecendo a assistência estudantil, e a inovação de forma conectada às demandas do setor produtivo e às necessidades da sociedade em um mundo globalizado.	Elevar a taxa bruta de matrícula na graduação em 5 pontos percentuais, em consonância com o disposto na Meta 12 do Plano Nacional de Educação.	<b>40,7%</b> <b>(2020)</b>
<b>5014</b> – Estatísticas e Avaliações Educacionais	Realizar estudos, levantamentos estatísticos, exames e avaliações educacionais, buscando o aprimoramento contínuo e a adequação às demandas, à complexidade da oferta educacional e à diversidade e amplitude do território nacional, de forma a oferecer evidências abrangentes e fidedignas sobre a educação brasileira que contribuam para a indução da melhoria do ensino ofertado.	Realizar 100% dos estudos, levantamentos estatísticos, exames e avaliações educacionais, conforme planejamento anual.	<b>88,8%</b> <b>(2021)</b>
<b>6015</b> – Educação Infantil crianças de até 3 anos	Ampliar a oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até o final da vigência deste PNE.	Ampliar a oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos.	<b>37,0%</b> <b>(2019)</b>
<b>6016</b> – Educação Especial	Elevar a qualidade de educação especial, promovendo o acesso, a permanência e a aprendizagem com equidade.	Ampliar para 1,14 milhão o número de matrículas de pessoas de 4 a 17 anos com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades ou superdotação, em conformidade com a meta 4 do Plano Nacional de Educação.	<b>1.063.496</b> <b>(2020)</b>

\*Dado em processo de retificação no Ministério da Economia, conforme publicação do Anuário da Educação Profissional e Tecnológica (Inep/MEC).

Ressalta-se que os programas 5011, 5012 e 5013 possuem previsão de investimentos prioritários na lei do PPA (Seção II, do Anexo III à Lei). No entanto, tais investimentos são condicionados ao espaço fiscal nos exercícios financeiros de referência:

INVESTIMENTOS PRIORITÁRIOS PROGRAMA 5011	INVESTIMENTOS PRIORITÁRIOS PROGRAMA 5012	INVESTIMENTOS PRIORITÁRIOS PROGRAMA 5013
Apoio à implantação de escolas para educação infantil.	Construção, Reforma e Modernização de Campi das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no estado de Goiás;  Construção, Reforma e Modernização dos Campi do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes);  Construção, Reforma e Modernização dos Campi do Instituto Federal do Tocantins (IFTO).	Apoio a entidades de ensino superior não federais;  Construção do Campus Governador Valadares da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF);  Construção do Campus Universitário da Faculdade de Medicina de Marília (Famema);  Construção do Novo Pronto-Socorro do Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia (UFU);  Construção e Equipamento do Hospital Universitário do Sertão (UFCG);  Implantação do Hospital Universitário da Universidade Federal do Acre (Afac);  Implantação da Reitoria da Universidade Federal do Norte do Tocantins.

\* Seção II do Anexo III à Lei nº 13.971, de 2019 – Investimentos Prioritários Condicionados.

Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/planejamento-e-orcamento/plano-plurianual-ppa/arquivos/anexo-iii-lei.pdf>.

## PROJETOS ESTRATÉGICOS EM 2021

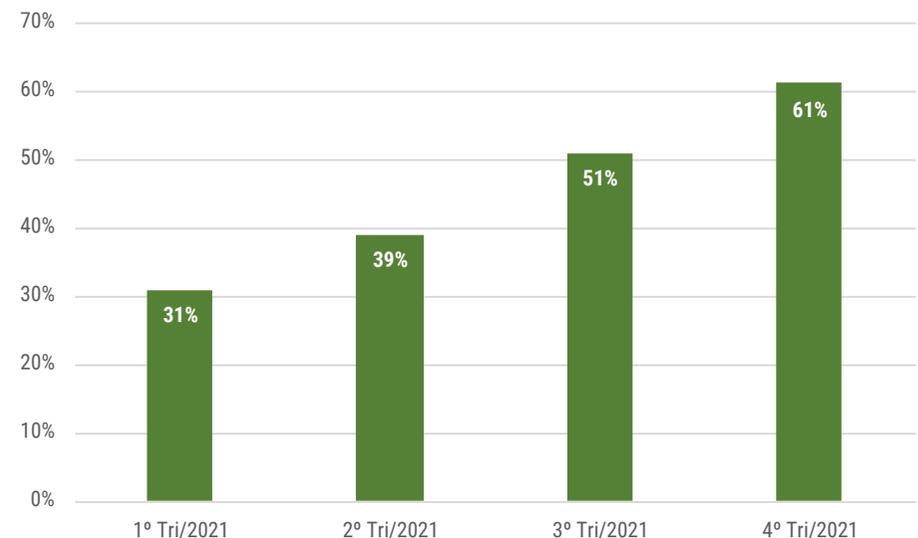
O ano de 2021 também foi marcado pelo avanço da Gestão Estratégica para as etapas de monitoramento e avaliação. Foram reimplementados os processos de monitoramento mensal do Portfólio de Projetos (abril a dezembro) bem como realizados três ciclos de avaliação da estratégia.

O processo de monitoramento trouxe significativos pontos positivos para amadurecimento da gestão estratégica do MEC. Durante o período de acompanhamento, foi possível aprimorar os instrumentos de monitoramento, melhorar a qualidade das informações trocadas entre os líderes dos projetos, aumentar o nível de participação dos envolvidos no planejamento e, por fim, ampliar a capacidade técnica de todos os atores que participam do PEI.

Os ciclos de avaliação da estratégia também foram determinantes para o aperfeiçoamento e evolução do PEI. Por meio das Reuniões de Avaliação da Estratégia (RAEs), foi possível exercitar o pensamento estratégico e entender a realidade da organização, subsidiando a alta administração com as informações e os resultados do planejamento para a tomada de melhores decisões para a Organização.

Referente à execução física do Portfólio de Projetos, conforme demonstrado no gráfico a seguir, no exercício de 2021, obteve-se uma evolução de 30 pontos percentuais. Esse é um dado consideravelmente positivo, posto que os projetos têm uma estimativa de evolução para quatro anos (2020 – 2023). Dos 28 projetos que constituem o Portfólio, 5 foram encerrados em 2021.

Evolução do Portfólio de Projetos



## INDICADORES

Após a revisão, o Plano Estratégico do MEC evidenciou um conjunto de 57 indicadores de desempenho com a função de testar o progresso do esforço institucional em direção aos Objetivos Estratégicos, seus processos internos e finalísticos, de suporte e de gestão. Para cada indicador, foram estabelecidas metas com caráter de motivação para o alcance e a superação dos resultados esperados. Os últimos resultados alcançados, bem como as metas estabelecidas até 2023, estão disponíveis no [site do MEC](#).

O PPA apresentou, como inovação para este quadriênio, a instituição do atributo gerencial “Resultado Intermediário”, que corresponde a um produto (bem ou serviço) ou um resultado da ação governamental, que contribui de forma relevante para o alcance do objetivo e da meta dos Programas Finalísticos. Cada resultado intermediário é representado por um indicador, que possui linha de base, apuração e metas.

Demonstrando o alinhamento entre os instrumentos PEI/MEC e PPA, diversos indicadores fazem parte de ambos os planos, assim como alguns deles também fazem parte do rol de indicadores selecionados para o monitoramento do PNE. Apresenta-se a seguir os principais indicadores educacionais constantes desses instrumentos.

INDICADORES SELECIONADOS	LINHA DE BASE	META 2021	VALOR APURADO
Acesso escolar da população de 4 a 5 anos	93,80% (2018)	94,86%	94,10% (2019)
Acesso escolar da população de 6 a 14 anos	98,1% (2019)	98,5%	98,0% (2020)
Acesso escolar da população de 15 a 17 anos no ensino médio (taxa líquida de matrícula)	73,1% (2019)	74%	77,2% (2020)
Estudantes no ensino médio matriculados em tempo integral no Programa EMTI	223.608 (2019)	339.100	398.791 (2021)
Matrículas de pessoas de 4 a 17 anos com deficiência, transtorno do espectro autista, altas habilidades e superdotação que frequentam a escola	1.009.917 (2019)	1.096.643	1.063.496 (2020)
Matrículas de estudantes de 4 a 17 anos com deficiência, transtorno do espectro autista, altas habilidades e superdotação no atendimento educacional especializado	42,60% (2019)	39%	44% (2020)
Matrículas – cursos técnicos de nível médio	1.868.917 (2018)	2.138.910	1.901.477 (2020)
Percentual de estudantes nos níveis de proficiência adequados em Língua Portuguesa	----	100%	54,74% (2019)
Percentual de estudantes nos níveis de proficiência adequados em Matemática	----	100%	49,83% (2019)
Creches e pré-escolas implantadas	325 (2019)	358	201 (2021)
Apoio à implantação de Escolas Cívico-Militares – Ecim (escolas implantadas)	“zero” (2019)	108	127 (2021)
Implantação do Novo Ensino Médio	“zero” (2019)	15%	20,5% (2021)
Acesso à banda larga nas escolas	53,91% (2019)	80%	60,3% (2020)

INDICADORES SELECIONADOS	LINHA DE BASE	META 2021	VALOR APURADO
Acesso à conectividade nas escolas	76,76% (2019)	90%	74,84% (2020)
Infraestrutura mínima das escolas ICQ (escolas sem infraestrutura mínima)	68,18% (2018)	52,4%	58,42% (2020)
Número de escolas com salas de recursos multifuncionais para atendimento educacional especializado	31.626 (2019)	35.781	32.386 (2020)
Apoio à implementação da Base Nacional Comum Curricular (ProBNCC) – etapa ensino médio (UFs)	“zero” (2019)	04	23 (2021)
Entidades Executoras atendidas no Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE)	95,64% (2019)	88%	92,64% (2021)
Escolas atendidas no Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)	84,72% (2019)	84,85%	87,5% (2021)
Estudantes atendidos pelo PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar)	38.000.000 (2019)	38.000.000	39.532.400 (2021)
Acesso ao material didático e ao material literário (PNLD)	31.000.000 (2019)	31.238.820	31.270.059 (2021)
Vagas em cursos de Formação Continuada de Professores em Educação Bilíngue de Surdos	---	1.000	4.100 (2021)
Formação dos Professores da Educação Básica – educação infantil	54,80% (2019)	57,01%	58,6% (2020)
Formação dos Professores da Educação Básica – anos iniciais do ensino fundamental	66,10% (2019)	68,77%	69,60% (2020)
Formação dos Professores da Educação Básica – anos finais do ensino fundamental	53,20% (2019)	55,35%	56,70% (2020)

INDICADORES SELECIONADOS	LINHA DE BASE	META 2021	VALOR APURADO
Formação dos Professores da Educação Básica – ensino médio	63,30% (2019)	65,86%	65,20% (2020)
Formação dos Professores da Educação Básica – educação do campo	76,89% (2019)	85,00%	78,18% (2020)
Formação Continuada em Educação Especial de Professores que atuam no Atendimento Educacional Especializado	42,30% (2019)	50%	43,1% (2020)
Escolarização líquida na educação superior	25,2% (2018)	27,2%	28,0% (2020)
Docentes na educação superior com mestrado ou doutorado	81,3% (2018)	87,1%	82,5% (2019)
Títulos de mestrado concedidos por ano	64.432 (2018)	75.469	60.039 (2020)
Títulos de doutorado concedidos por ano	22.901 (2018)	26.540	20.075 (2020)
Regulação e supervisão de instituições do Sistema Federal de Ensino	89,73% (2019)	91,34%	99,06% (2021)

\*Até a data de consolidação deste Relatório de Gestão, alguns dados do Censo da Educação Básica 2021 e Censo da Educação Superior 2020 ainda se encontravam em processamento e seus microdados ainda não haviam sido publicados.



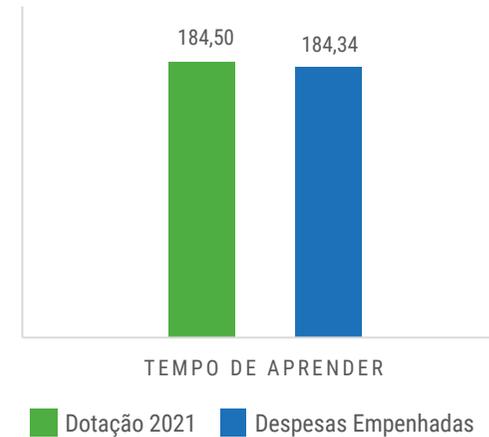
## ESTRATÉGIA E ALOCAÇÃO DE RECURSOS

Considerando a estratégia fiscal e orçamentária implementada desde a Emenda Constitucional nº 95, de 2015, o Ministério da Educação tem adequado seu planejamento em consonância aos referenciais monetários estabelecidos.

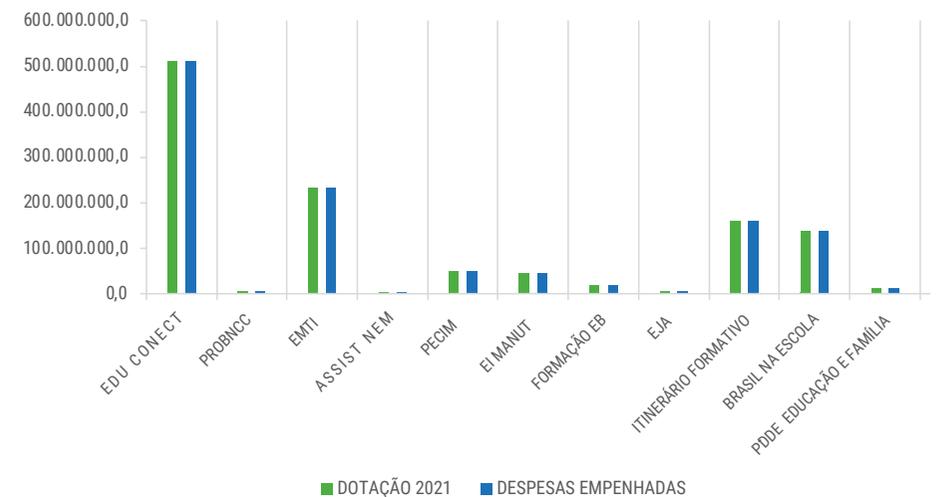
No exercício de 2021, foram efetuados diversos remanejamentos na tentativa de assegurar a continuidade de políticas públicas que são estratégicas para o alcance dos principais objetivos do MEC.

A alocação de recursos e os remanejamentos são discutidos e decididos pela alta gestão do MEC no âmbito do CGIRC, visando à melhor execução dos recursos orçamentários disponíveis a fim de alcançar os melhores resultados institucionais. A seguir, está apresentada a execução orçamentária no âmbito das secretarias finalísticas e autarquias do Ministério, demonstrando as principais ações governamentais financiadas.

### Políticas de alfabetização (dotação X empenho) (em milhões)



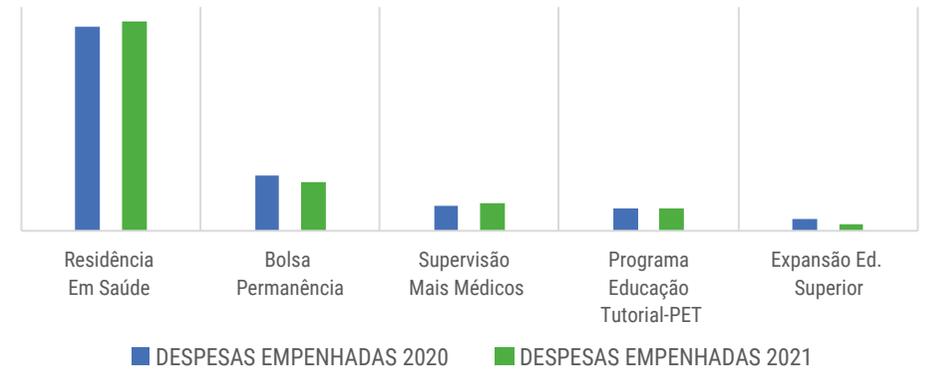
### Educação básica (dotação x empenho) (em milhões)



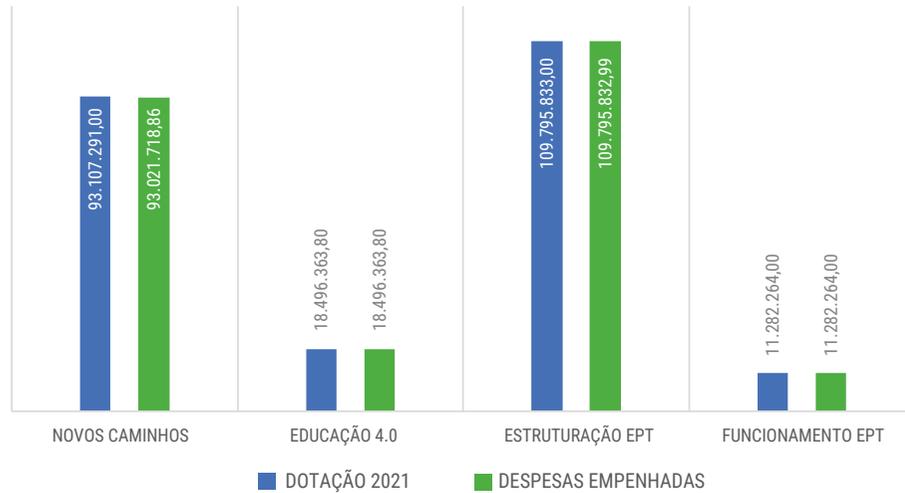
Políticas de diversidade (dotação x empenho) (em milhões)



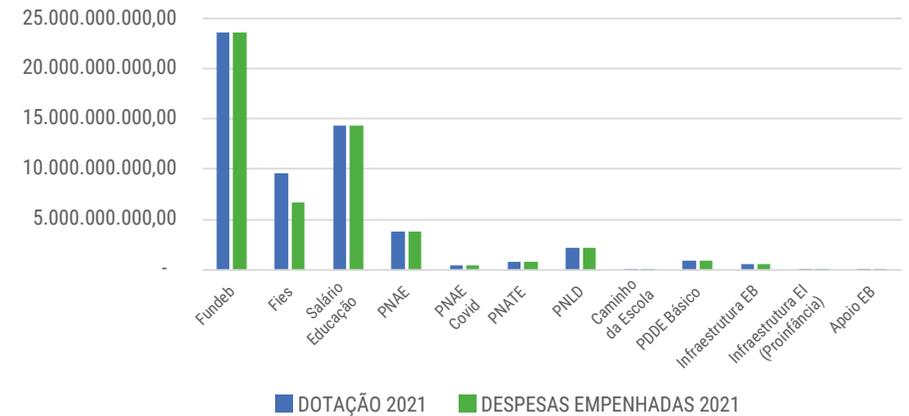
Empenhos Políticas de Educação Superior (em milhões)



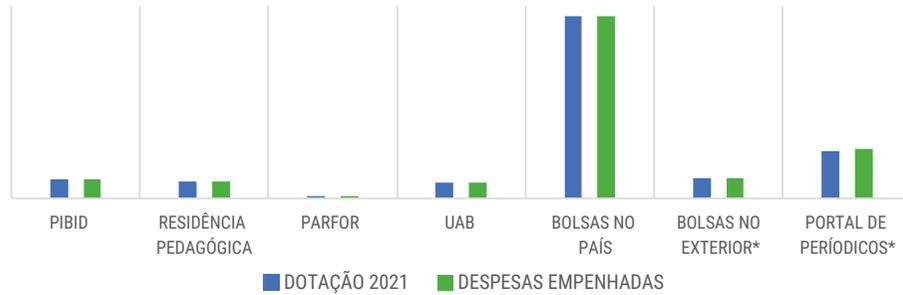
Empenhos políticas de EPT 2021 (em milhões)



Execução FNDE 2021

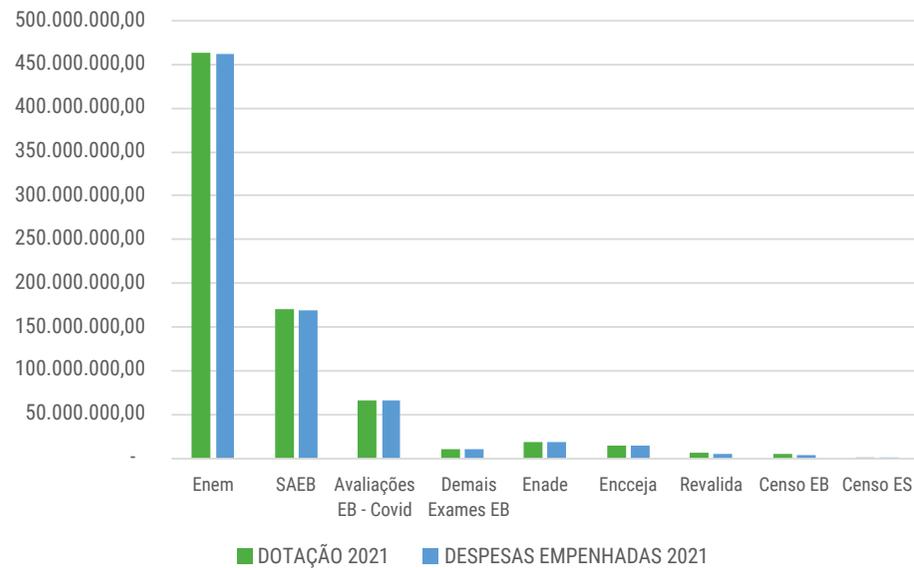


### Dotação x empenho 2021 – pós-graduação (em milhões)



\*Distorções em valores e percentuais de execução em função do câmbio.

### Empenho exames educacionais 2021 (em milhões)





## **4.1 PRINCIPAIS RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO**

## PRINCIPAIS RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO

As ações desenvolvidas pelo Ministério da Educação estão alinhadas e integradas com o Plano Plurianual 2020-2023 e com o Plano Estratégico do MEC para o mesmo período. O alinhamento entre esses instrumentos de planejamento demonstra o compromisso da gestão governamental no desenvolvimento de políticas públicas que visam à elevação da qualidade em todos os níveis, etapas e modalidades da educação brasileira. A seguir, são apresentados os principais resultados e desempenho da gestão em 2021, a partir dos Objetivos Estratégicos do PEI/MEC referentes aos Resultados Institucionais e aos Processos Finalísticos.

Ressalta-se que os objetivos estratégicos 7 (Fomentar o funcionamento adequado das instituições de ensino) e 8 (Fomentar ingresso, permanência e formação de estudantes), ambos referentes aos Processos Finalísticos do PEI/MEC, são transversais e seus resultados também contribuem para os demais objetivos, demonstrando que as políticas no âmbito da educação são sistêmicas e integradas.

### OBJETIVO ESTRATÉGICO 1:

**Aumentar a qualidade da EDUCAÇÃO BÁSICA, em todas as modalidades, promovendo o acesso, a permanência e a aprendizagem com equidade**

Em consonância com o Plano Nacional de Educação, o MEC busca, em articulação com as demais unidades vinculadas e em regime de colaboração com os entes subnacionais, implementar políticas públicas que visam a garantir o pleno exercício do direito à educação, compreendendo a universalização do acesso e a melhoria da qualidade da educação básica em todas as suas dimensões. As ações estratégicas do MEC são desenvolvidas por meio da prestação de apoio técnico e financeiro, em caráter suplementar, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, promovendo a equidade, a qualidade das aprendizagens escolares, a valorização e a qualificação dos profissionais que atuam na educação básica.

Os dados do Ideb 2019 evidenciam que o desempenho da educação básica pública no Brasil segue tendência de elevação. Todavia, o ritmo de crescimento precisa ser acelerado, especialmente em determinadas etapas e momentos do percurso escolar. Sabe-se que houve avanços quanto ao acesso, à universalização e à melhoria no

desempenho educacional na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, cuja meta do Ideb foi superada. No entanto, nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio, o crescimento do desempenho segue em ritmo mais lento. Até o final de 2022, serão disponibilizados os índices alcançados em cada etapa a partir dos resultados do Saeb 2021.

As consequências da suspensão das aulas presenciais devido à pandemia da Covid-19 durante um longo período podem resultar em perda substancial de aprendizagem e maiores taxas de abandono e evasão escolar. Tendo em vista esse cenário, o MEC desenvolveu estratégias voltadas ao enfrentamento da evasão e do abandono escolar, principalmente no âmbito do ensino fundamental e do ensino médio, sobretudo nas estratégias de busca ativa e sistema de alerta preventivo. Quanto à promoção da aprendizagem, destacam-se as ações de Recuperação das Aprendizagens e Avaliações Diagnósticas e Formativas. Além disso, em 2021, para coordenar esse esforço do retorno às aulas presenciais, foram implementadas as Câmaras Técnicas da Educação, com vistas a compartilhar informações e propor ações que mitigassem os impactos da pandemia com a volta às aulas nas escolas públicas.

A seguir estão listados os resultados e o desempenho das ações desenvolvidas, em 2021, que consolidam o compromisso do MEC com a elevação da qualidade de toda educação básica.

## PROGRAMAS SUPLEMENTARES À EDUCAÇÃO

Em relação aos programas suplementares à educação, com vistas a garantir o acesso e a permanência, bem como a qualidade do ensino e da aprendizagem, o MEC apoiou os estudantes de todas as etapas da educação básica, por meio de programas de alimentação, transporte escolar e de materiais pedagógicos, didáticos e paradidáticos, periódicos e obras de referência, além de transferência de recursos às escolas.

O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), também conhecido como PDDE Básico, consiste na destinação de recursos financeiros, em caráter suplementar, às escolas públicas estaduais, municipais e distritais de educação básica e às escolas de educação especial qualificadas como beneficentes de assistência social ou de atendimento direto e gratuito ao público, com o propósito de contribuir para o provimento das necessidades prioritárias dos estabelecimentos educacionais que concorram para a garantia de seu funcionamento e para a promoção de

melhorias em sua infraestrutura física e pedagógica bem como incentivar a autogestão escolar e o exercício da cidadania com a participação da comunidade no controle social. Em 2021, o PDDE Básico contou com recursos empenhados que totalizaram R\$ 941,5 milhões.

Além do PDDE Básico, existem também as Ações Integradas que são programas educacionais geridos pelo MEC, que seguem os mesmos moldes operacionais do PDDE Básico quanto às formas de transferências e quanto ao modo de gestão dos recursos. Em 2021, foram repassados recursos para nove ações integradas, totalizando o empenho de R\$ 990,6 milhões. Assim, no exercício 2021, foram investidos mais de R\$ 1,9 bilhão por meio do PDDE e suas ações integradas, atendendo em torno de 122 mil escolas de educação básica e beneficiando cerca de 35 milhões de estudantes.



### PDDE E SUAS AÇÕES INTEGRADAS – 2021

Garantia de melhorias na infraestrutura física e pedagógica das escolas.

Mais de **R\$ 1,9 bilhão** investidos.

Em torno de **122 mil** escolas de educação básica atendidas.

Cerca de **35 milhões** de estudantes beneficiados.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis dos estudantes, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo. Em 2021, foram atendidos 39,5 milhões de estudantes com recursos da ordem de R\$ 4,16 bilhões.

O Programa Caminho da Escola, voltado a estudantes residentes, prioritariamente, em áreas rurais e ribeirinhas, tem como objetivo renovar, padronizar e ampliar a frota de veículos escolares das redes de ensino de educação básica pública. Durante o exercício de 2021, o Programa repassou R\$ 479,17 milhões a 16 secretarias de estado de educação e mais o Distrito Federal e a 590 municípios, destes, R\$ 219 milhões referentes a emendas parlamentares e R\$ 260,2 milhões a recursos do orçamento do FNDE/MEC, totalizando cerca de 2 mil veículos, ao custo médio de R\$ 236,8 mil.

O Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate) consiste na transferência automática de recursos financeiros para custear despesas com manutenção dos mais diversos veículos utilizados para o transporte de estudantes da educação básica pública residentes

em área rural, além do pagamento de serviços contratados de terceiros para o transporte escolar. Em 2021, foram transferidos recursos na ordem de R\$ 772 milhões para o atendimento de 5.271 entidades executoras, beneficiando 4,4 milhões de estudantes.

O Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) é destinado a avaliar e a disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias, de forma sistemática, regular e gratuita, às escolas públicas de educação básica e às instituições de educação infantil comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas de todo o País. O PNLD também contempla jogos educativos, softwares entre outros, inclusive, voltados para a gestão escolar. Em 2021, foram adquiridos mais de 200 milhões de exemplares de livros didáticos e literários, beneficiando 31,27 milhões de estudantes matriculados em cerca de 120 mil escolas, o que representou investimentos de R\$ 1,77 bilhão na aquisição direta de livros e materiais didáticos (impresso, digital e em formato acessível) e R\$ 350,4 milhões para triagem e controle de qualidade, mixagem e distribuição.

Para 2022, estão sendo distribuídos 3,15 milhões de livros e materiais destinados aos professores da educação infantil, para apoiar no

desenvolvimento das crianças de até 5 anos de idade. Isso beneficiará 4,2 milhões de estudantes matriculados em cerca de 65 mil escolas, representando um investimento de R\$ 56,1 milhões. Ressalta-se que, pela primeira vez, o PNLD distribuirá livros para estudantes da pré-escola.

No âmbito do PNLD – Acessível, foram executadas ações voltadas para atender à acessibilidade dos materiais para estudantes cegos, com baixa visão e disléxicos. Os livros destinados aos anos iniciais e finais do ensino fundamental e do ensino médio foram adquiridos no formato de livro digital ePUB e estão disponíveis para todas as escolas que demandam esse tipo de atendimento a qualquer tempo. Além disso, todos os títulos do PNLD 2019 e PNLD 2020 foram produzidos no formato tinta-braille com caracteres ampliados para atender aos anos iniciais e finais do ensino fundamental. Em 2021, foram distribuídos mais de 13,7 mil livros no formato tinta-braille para atender a 2 mil estudantes cegos e surdocegos matriculados em 1,8 mil escolas. Esse formato traz, em cada página, a transcrição do conteúdo em braille sobre o texto impresso, proporcionando um melhor suporte à aprendizagem desse público específico.



### PNAE – 2021

ações de educação alimentar e nutricional.

**39,5 milhões** de estudantes atendidos, com recursos da ordem de **R\$ 4,16 bilhões**.



### Caminho da Escola – 2021

renova, padroniza e amplia a frota de veículos escolares das redes de ensino de educação básica pública.

**R\$ 479,17 milhões** repassados a 16 secretarias de estado de educação e mais o Distrito Federal e a **590 municípios**. Cerca de **2 mil veículos** no total.



### PNATE – 2021

custeia despesas com manutenção de veículos para o transporte de estudantes residentes em área rural.

Cerca de **R\$ 772 milhões** transferidos, **4,4 milhões** de estudantes beneficiados.



### PNLD – 2021

disponibiliza obras didáticas, pedagógicas e literárias, de forma sistemática, regular e gratuita.

Mais de **200 milhões** de exemplares de livros didáticos e literários adquiridos. **31,27 milhões** de estudantes beneficiados, matriculados em cerca de **120 mil escolas**.



### PNLD Acessível – 2021

atende à acessibilidade dos materiais para estudantes cegos, com baixa visão e disléxicos

Mais de **13,7 mil** livros no formato tinta-braille distribuídos. **2 mil** estudantes cegos e surdocegos atendidos, matriculados em **1,8 mil** escolas.

## APOIO À MELHORIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA

O Plano de Ações Articuladas (PAR) é um planejamento multidimensional da política de educação que os municípios, os estados e o Distrito Federal elaboram para o período de quatro anos e é estruturado em quatro dimensões: Gestão educacional; Formação de professores, dos profissionais de serviço e apoio escolar; Práticas pedagógicas e de avaliação; e Infraestrutura física e recursos pedagógicos. O MEC presta apoio técnico e financeiro, em caráter suplementar e voluntário, para as iniciativas aprovadas pelo Comitê Estratégico do PAR, para as quais são firmados Termos de Compromisso com os entes. Nesse contexto, para o exercício de 2021, ano de início do quarto ciclo do PAR (2021- 2024), a execução orçamentária realizada foi de R\$ 1,07 bilhão, relativos a mais de 4,7 mil projetos apoiados.

No início de 2021, os estados, os municípios e o DF foram orientados a fazer um novo diagnóstico e a elaborar um novo planejamento. Nesse novo ciclo, o ente, na etapa preparatória, teve a oportunidade de utilizar a Plataforma +PNE, que é a ferramenta de apoio ao monitoramento e avaliação dos Planos de Educação dos estados, dos municípios e do Distrito Federal. Em 2021, foram realizados 43 eventos formativos em todo o Brasil, para a prestação de assistência técnica

no âmbito do PAR e de outros programas geridos pelo FNDE; 5.165 municípios e 24 estados finalizaram a etapa preparatória do PAR +PNE; e 4.818 municípios e 23 estados concluíram o diagnóstico e iniciaram o planejamento do PAR.



Em outubro de 2021, o MEC lançou a ação transversal [Avaliações Diagnósticas e Formativas](#), que visa a disponibilizar, por meio de Plataforma, avaliações formativas estruturadas para acompanhar o desenvolvimento da aprendizagem ao longo de cada ano escolar do ensino fundamental, passando a atender também ao ensino médio em 2022. Nessa ocasião, com o objetivo de apoiar as redes de ensino na retomada das aulas presenciais e na recomposição das aprendizagens, foram disponibilizadas Avaliações de Português e Matemática para toda a etapa do ensino fundamental e ensino médio, Avaliações de Fluência do 2º ao 9º ano do ensino fundamental, Avaliações de Ciên-

cias para toda a etapa do ensino fundamental e Ciências da Natureza (Física, Química e Biologia) para o ensino médio, e Língua Inglesa para os anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano) e ensino médio (1º ao 3º ano). São avaliações especialmente calibradas para correções da aprendizagem ao longo do ano letivo, o que permitirá não apenas a identificação das dificuldades dos estudantes, possibilitando o diagnóstico quanto ao nível de aprendizagem, como também sua remediação tempestiva.

O Programa de Inovação Educação Conectada (Piec) é destinado a apoiar a universalização do acesso à internet de alta velocidade e o fomento do uso pedagógico de tecnologias digitais na educação básica, investiu, em 2021, mais de R\$ 340 milhões, maior valor investido desde a criação do Programa, em 2017. Desse valor, R\$ 276 milhões foram repassados via PDDE a mais de 91 mil escolas, com a finalidade de apoiar a contratação de conectividade e fomentar o uso de tecnologia na prática pedagógica.

O Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares tem como objetivo alcançar uma gestão de excelência que viabilize uma educação transformadora e promotora de qualidade e equidade no direito à educação escolar básica. Em 2021, houve a implantação de 74 escolas cívico-militares, destas 30 estaduais e 44 municipais, superando a

meta de 54 escolas para o ano, com investimento de R\$ 49 milhões em 2021, beneficiando 86 mil estudantes. O Programa possui, atualmente, 127 escolas cívico-militares implantadas.

Criado em 2021, o Programa Educação e Família tem a finalidade de implementar ações que fomentem e qualifiquem a participação da família na vida escolar do estudante e na construção do seu projeto de vida, com foco no processo de reflexão sobre o que cada estudante quer ser no futuro e no seu planejamento de ações. Em 2021, foram repassados, via PDDE Educação e Família, R\$ 12,7 milhões, beneficiando 4,5 mil escolas da educação básica.

Além disso, o MEC intensificou as ações de monitoramento da implementação da Base Nacional Comum Curricular e tem acompanhado os estados e municípios no alinhamento de seus currículos à Base por meio do Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular (ProBNCC). Foi colocada à disposição dos entes a Plataforma de monitoramento da BNCC, que possibilita acompanhar a implementação, realizar consulta aos novos documentos curriculares da educação infantil e do ensino fundamental elaborados e às boas práticas utilizadas pelas secretarias de educação durante a implementação da BNCC. Os estados trabalham atualmente na construção e implementação dos novos currículos de referência para o ensino médio,

que serão formados pela BNCC e pelos Itinerários Formativos. Em 2021, foram 23 referenciais curriculares estaduais, relativos ao ensino médio, aprovados e homologados pelos conselhos estaduais de educação. A meta foi superada pelo apoio do Consed e apoio técnico e financeiro intensificado nas Secretarias Estaduais de Educação (SEDUCs). Por meio do ProBNCC, o MEC viabilizou assistência técnica e financeira às SEDUCs, para atuarem em regime de colaboração com os municípios de suas respectivas unidades federativas, concedendo R\$ 28 milhões em bolsas, durante o período de maio de 2019 a maio de 2021, além de repasses, via PAR, para a formação de professores.



#### Piec – 2021

apoio à universalização do acesso à internet de alta velocidade e o fomento do uso pedagógico de tecnologias digitais na educação básica.

Mais de **R\$ 340 milhões** investidos. **R\$ 276 milhões** repassados, via **PDDE**, a mais de **91 mil escolas**.



#### Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares – 2021

Garantia de melhorias na infraestrutura física e pedagógica das escolas.

**74** escolas cívico-militares implantadas. **R\$ 49 milhões** investidos. **86 mil** estudantes beneficiados.



## ENSINO FUNDAMENTAL

O MEC tem apoiado ações de busca ativa dos estudantes, de modo a trazê-los de volta para o sistema de ensino. Nesse contexto, pode-se destacar o Programa Brasil na Escola, instituído em março de 2021, que busca desenvolver ações que proporcionem a elevação na qualidade do ensino e maximização do atingimento das metas do PNE, sobretudo das Metas 2 e 7, as quais tratam, respectivamente, da permanência e das aprendizagens para o ensino fundamental.

O Programa visa a apoiar as redes e unidades escolares no fomento de estratégias e inovações para assegurar a permanência, as aprendizagens e a progressão escolar com equidade e na idade adequada dos estudantes matriculados nos anos finais do ensino fundamental, podendo beneficiar cerca de 47 mil escolas e 10 milhões de estudantes. Em 2021, foram investidos cerca de R\$ 138,6 milhões no Programa, dos quais R\$ 111,1 milhões via PDDE, para 6,5 mil escolas.



## ENSINO MÉDIO

Além das ações direcionadas ao ensino fundamental, que contribuem de maneira significativa e determinante no fluxo adequado dos estudantes ao longo do percurso da educação básica, o MEC tem apoiado as UFs nas ações de busca ativa dos estudantes, de modo a trazê-los de volta para o sistema de ensino. Também merecem destaque, em 2021, as ações relativas à implementação da reforma do ensino médio, que teve como um de seus objetivos garantir a permanência dos estudantes nessa etapa da educação básica.

O Programa Itinerários Formativos, instituído em 2021, por meio da Portaria MEC nº 733, de 16 de setembro de 2021, tem a finalidade de coordenar a implementação do Novo Ensino Médio e promover o apoio técnico e financeiro às escolas de ensino médio e a integração entre as instituições de ensino superior, setor produtivo, escolas e Secretarias de Educação, de modo a contribuir com o desenvolvimento

do projeto de vida do jovem, a sua formação integral e a inserção no mundo do trabalho. Em 2021, foram transferidos para unidades escolares, via PDDE, R\$ 161,3 milhões a fim de apoiar as escolas na oferta de Itinerários Formativos.

O Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio tem o objetivo de apoiar as Secretarias de Educação estaduais e do DF na implementação do Novo Ensino Médio, aprovado pela Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, por meio de apoio técnico e financeiro para a elaboração e execução do Plano de Implementação do Novo Ensino Médio, a implantação de escolas-piloto do Novo Ensino Médio e a oferta de formação continuada. Em relação à ação de implementação das escolas-piloto, iniciada em 2018 e finalizada em 2021, das 4.117 escolas-piloto habilitadas, 4.033 (98%) receberam ao menos uma parcela para a implementação da flexibilização curricular. Desde 2018, o Programa empenhou, repassando às escolas por meio do PDDE, mais de R\$ 383,8 milhões para implementação do Novo Ensino Médio. Ressalta-se que essa implementação ocorrerá de forma gradativa, iniciando em 2022 com as turmas das 1ª séries conforme previsto na Portaria nº 521, de 13 de julho de 2021.

O Programa de Fomento às escolas de Ensino Médio em Tempo Integral – EMTI visa a apoiar a ampliação da oferta de educação em tempo integral no ensino médio por meio da transferência de recur-

sos para as Secretarias de Educação estaduais e distrital. No âmbito do Programa, já foram repassados, de 2017 a 2021, o valor de R\$ 2,1 bilhões. Em 2021, o repasse foi de R\$ 232,8 milhões, contemplando,



### Programa Itinerários Formativos – 2021

desenvolvimento do projeto de vida do jovem, a sua formação integral e a inserção no mundo do trabalho.

Transferência, via **PDDE**, de **R\$ 161,3 milhões**.



### Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio – 2021

apoio técnico e financeiro às Secretarias de Educação estaduais e do DF na implementação do Novo Ensino Médio.

Desde 2018, empenho, com repasse às escolas por meio do **PDDE**, de mais de **R\$ 383,8 milhões**.



### Programa de Fomento às escolas de Ensino Médio em Tempo Integral – 2021

Repasse de **R\$ 232,8 milhões**. **1.425 escolas** contempladas.

aproximadamente, 1.425 escolas e 312.513 matrículas, baseando-se nos dados do Censo Escolar de 2020.

## EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Na educação de jovens e adultos, o MEC lançou o Programa EJA Integrada para apoiar o cumprimento da Meta 10 do PNE, que em 2020/2021 disponibilizou R\$ 5,5 milhões para a oferta de vagas em cursos para estudantes, em cursos profissionalizantes, e professores, em cursos de formação continuada da modalidade. O Programa teve início como projeto-piloto em 2019 e alcançou, desde então, o total de 11.251 ofertas de vagas.

Nessa direção, em 2021, houve a celebração de dois novos TEDs: um com o Instituto Federal Sul Rio Grandense – IFSUL, no valor de R\$ 799 mil, para a oferta de 340 vagas, sendo destas, 250 vagas para os cursos de EJA integrados a uma qualificação profissional e 90 vagas de formação continuada de profissionais que atuarão nos cursos de EJA integrada; e outro TED com o Instituto Federal do Mato Grosso – IFMT, no valor de R\$ 620 mil, para a oferta de 350 vagas de curso de aperfeiçoamento destinadas à formação de professores para atuarem na Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional,

totalizando 690 vagas ofertadas no âmbito do Programa no ano de 2021. Em dezembro de 2021, o Programa da EJA Integrada foi institucionalizado por meio da Portaria nº 962, de 1 de dezembro 2021. Com essa ação será possível realizar uma chamada pública para a celebração de novos TEDs, de acordo com a disponibilidade orçamentária a partir de 2022.

Além disso, foi publicada a Resolução nº 13, de 10 de setembro de 2021, que estabeleceu normas e procedimentos para a utilização, pelos estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios, dos saldos financeiros do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem, nas modalidades Urbano e Campo – Saberes da Terra, nas ações da edição 2021. Após o período de adesão, houve a repactuação de R\$ 163 milhões, valor que possibilitará atender cerca de 27 mil novos estudantes no Programa.

## EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA, QUILOMBOLA E DO CAMPO

O MEC também busca planejar e coordenar a formulação e a implementação de ações e políticas educacionais que promovam o direito à educação das populações do campo, dos povos indígenas, dos rema-

nescentes de quilombolas, das populações em situação de itinerância e dos povos e das comunidades tradicionais, em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, promovendo o apoio às ações de melhoria da gestão e infraestrutura escolar, formação de professores e de desenvolvimento de materiais didáticos e pedagógicos específicos para suas modalidades e públicos. Todas as prioridades são postas a partir dos indicadores educacionais monitorados por meio do Censo Escolar do Inep.

O MEC implementou o Programa Formação Inicial e Continuada para os Profissionais do Magistério da Educação Básica das Modalidades de Educação do Campo, Indígena e Quilombola – PROFMESP, que visa fomentar e monitorar a oferta de cursos de formação para atender professores que atuam na educação básica do campo, indígenas e quilombolas.

A Ação Escola da Terra consiste na formação continuada para professores do campo e de comunidades quilombolas das redes estaduais e municipais que atuam nos anos iniciais do ensino fundamental, em turmas multisseriadas ou seriadas do campo. Em 2021, foram destinados aproximadamente R\$ 3,6 milhões (custeio e bolsas) para o financiamento dos projetos-pilotos dos cursos de especialização, com média de 360 horas, beneficiando 1.160 professores cursistas em 16

universidades federais.

O Prolind oferta cursos de licenciaturas interculturais para a habilitação de professores indígenas para a docência nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio. Em 2021, a descentralização de aproximadamente R\$ 1,9 milhão fomentou a oferta de 184 vagas.

A Ação Saberes Indígenas na Escola, que oferta curso de formação continuada a professores indígenas da rede pública de ensino, totalizou oito meses de formação (nov/2020 a jul/2021), com 180 horas aulas para professores alfabetizadores e 200 horas aulas para orientadores de estudos e contou com a participação de 22 IES. Em 2021, houve investimentos de aproximadamente R\$ 6,8 milhões para o pagamento de bolsas, e foram ofertadas, nessa edição, mais de 3 mil vagas para cursistas: destas, 2.842 para professores alfabetizadores e 280 para orientadores de estudos. Foram pagas, ainda, bolsas a 327 formadores.

O PDDE Água tem como meta atender a escolas públicas do campo e quilombolas, garantindo as adequações necessárias ao abastecimento de água em condições apropriadas para consumo e ao esgotamento sanitário. Em 2021, o valor investido foi de aproximadamente R\$ 56,6 milhões para atender a 2.111 escolas e beneficiar 141.614 estudantes.

O PDDE Campo consiste na destinação de recursos financeiros de custeio e de capital às escolas públicas localizadas no campo, a fim de propiciar adequação e benfeitoria na infraestrutura física dessas unidades, necessárias à realização de atividades educativas e pedagógicas voltadas para a melhoria da qualidade do ensino (realização de reparos ou pequenas ampliações e cobertura de outras despesas que favoreçam a manutenção, conservação e melhoria de suas instalações bem como aquisição de mobiliário escolar e concretização de outras ações que concorram para a elevação do desempenho escolar). Em 2021, foram investidos aproximadamente R\$ 88,5 milhões para atender a 5.369 escolas e beneficiar 1.442.230 estudantes.



### Ação Escola da Terra – 2021

formação continuada para professores do campo e de comunidades quilombolas.

Aproximadamente **R\$ 3,6 milhões** (custeio e bolsas) para o financiamento dos projetos-pilotos dos cursos de especialização. **1.160 professores** cursistas em **16 universidades** federais beneficiados.



### Prolind – 2021

oferta de cursos de licenciaturas interculturais para a habilitação de professores indígenas para a docência.

Descentralização de aproximadamente **R\$ 1,9 milhão**. Fomento para oferta de **184 vagas**.



### Ação Saberes Indígenas na Escola – 2021

oferta de curso de formação continuada a professores indígenas.

Cerca de **R\$ 6,8 milhões** investidos para o pagamento de bolsas. Mais de **3 mil** vagas para cursistas, sendo **2.842** para professores alfabetizadores e **280** para orientadores de estudos.



### PDDE Água – 2021

garantia de adequações necessárias ao abastecimento de água em condições apropriadas para consumo e o esgotamento sanitário.

Investimento de cerca de **R\$ 56,6 milhões**. **141.614 estudantes** beneficiados.



### PDDE Campo – 2021

adequação e benfeitoria na infraestrutura física das escolas do campo.

Cerca de **R\$ 88,5** milhões investidos. **1.442.230** estudantes beneficiados.

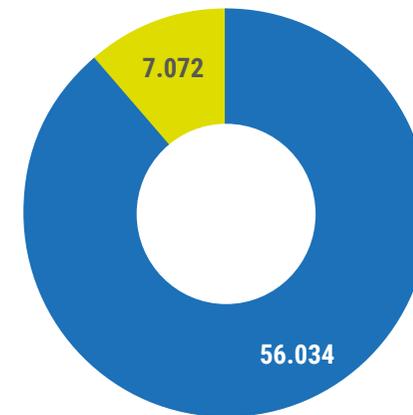
## EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS

No mês de agosto de 2021, foi sancionada a Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021, que insere a educação bilíngue de surdos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394, de 1996) como uma modalidade de ensino independente. Essa é uma conquista histórica para a comunidade surda, que vem lutando por reconhecimento de uma educação bilíngue de surdos em todos os níveis, etapas e modalidades, estendendo-se ao longo da vida.

Conforme dados do Censo Escolar 2020, o total de matrículas de surdos, deficientes auditivos e surdocegos em toda a educação básica é de 63.106 estudantes. Desse total, 56.034 estão matriculados em classes comuns e 7.072 em classes exclusivas conforme mostra o gráfico a seguir:



Matrículas de estudantes com surdez, com deficiência auditiva e com surdocegueira na educação básica, por tipo de classe



■ Matrículas em classes comuns ■ Matrículas em classes exclusivas

Fonte: Microdados do Censo Escolar da educação básica de 2020. Inep, MEC.

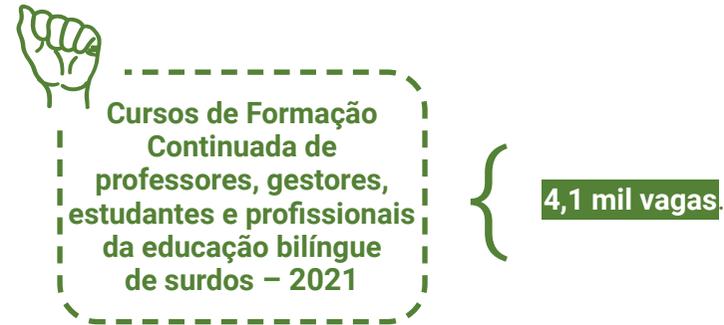
O MEC tem articulado e envidado esforços para fomentar projetos para a criação, a estruturação e o fortalecimento das Escolas Bilíngues de Surdos – EBS, de forma a atender às especificidades das pessoas/estudantes surdos, surdocegos, surdos com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades/superdotação e/ou surdos com deficiências associadas, que considerem a Língua Brasileira de Sinais

– Libras como primeira língua de ensino, instrução, comunicação e interação, e a Língua Portuguesa na modalidade escrita como segunda língua, caracterizando seu bilinguismo. Em 2021, o MEC, em articulação com as Secretarias de Educação, firmou parcerias para implementação de seis escolas especializadas de surdos, sendo quatro reformas e duas construções, com um investimento de R\$ 13 milhões nos seguintes municípios: Porto Alegre (RS), Esteio (RS), Laguna (SC), Florianópolis (SC), Juazeiro do Norte (CE) e Imperatriz (MA).

Além disso, o MEC firmou parcerias com Instituições Federais de Ensino Superior (IFEs), para a oferta de Cursos de Formação Continuada de professores, gestores, estudantes e profissionais da educação bilíngue de surdos. Em 2021, em parceria com cinco IFEs foram ofertadas 4,1 mil vagas em seis Cursos de Formação Continuada com carga horária de 90 a 360 horas, com recursos no valor de R\$ 2 milhões.

## EDUCAÇÃO ESPECIAL

O direito à educação escolar das pessoas com deficiência, Transtorno do Espectro Autista – TEA e com altas habilidades ou superdotação, público da educação especial, é um direito inscrito em vários normativos que se inicia na educação infantil, em que se desenvolvem



as bases necessárias para a construção do conhecimento e o desenvolvimento global da criança e prossegue até a formação superior. A educação básica tem demonstrado um decréscimo de matrícula em razão do novo perfil demográfico brasileiro, caracterizado pelo envelhecimento da população. A despeito dessa realidade, as matrículas na educação especial vêm crescendo, embora já se observe uma desaceleração nos percentuais positivos, dados demonstrados no Censo Escolar.

Em consonância com o disposto na Meta 4 do PNE, o MEC atua no sentido de garantir o direito à educação inclusiva e o atendimento educacional especializado aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, entre 4 e 17 anos.

Conforme o Censo Escolar 2020, o número de matrículas de estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, na faixa etária de 4 a 17 anos, atin-

giu o total de 1.063.496 matrículas, 991.522 em classes comuns, perfazendo um percentual de 93,2% das matrículas, o que representa aumento de 4,9 pontos percentuais em relação ao cenário de 2015. Atribui-se esse crescimento, em classes comuns, ao desenvolvimento de programas e ações para universalizar o acesso desse público, preferencialmente, na classe comum, ao garantir a matrícula, a participação e a aprendizagem desses estudantes, público da educação especial.

O Serviço de Atendimento Educacional Especializado – AEE tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação e aprendizagem dos educandos. Ademais, consiste na mediação pedagógica que visa possibilitar o acesso ao currículo pelo atendimento às necessidades educacionais específicas dos educandos público da educação especial em todas as etapas e modalidades da educação básica. As atividades desenvolvidas no AEE diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos educandos com vistas à autonomia e à independência na escola e fora dela. As atividades visam ao desenvolvimento de habilidades cognitivas, socioafetivas, psicomotoras, comunicacionais, linguísticas, iden-

titárias e culturais dos educandos, considerando suas singularidades. As ações pedagógicas são realizadas por professor especializado, no contraturno de escolarização, visando apoiar as atividades realizadas pelo professor na classe comum e a inclusão educacional do educando.

Nesse contexto, a política pública para a área segue buscando alcançar as metas estabelecidas no PNE e, para isso, o MEC desenvolve programas e ações com o objetivo de apoiar técnica e financeiramente os sistemas de ensino na implementação da educação especial.

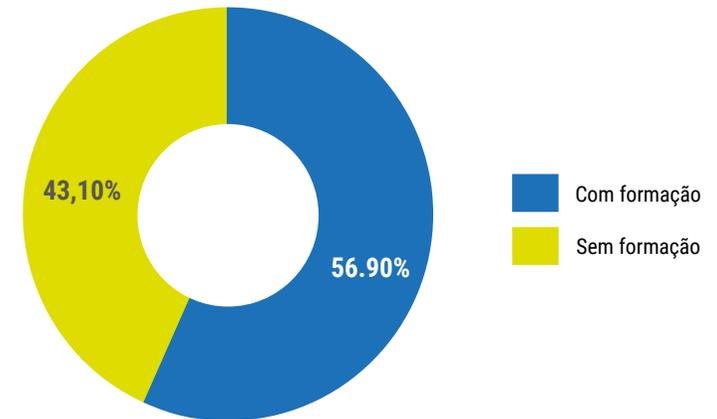
Com vistas a elevar a qualidade de educação especial, em 2021, o MEC deu continuidade às suas ações, acompanhando os sistemas de ensino, em especial para monitorar o desenvolvimento da educação especial em face aos efeitos da pandemia, revitalizou programas com o objetivo de garantir a oferta dos serviços de educação especial, principalmente a oferta do atendimento educacional especializado. Também foram fomentadas ações voltadas à melhoria do ensino e à qualificação dos profissionais que atuam na área da educação especial.

Para melhorar o índice de cobertura do AEE, o MEC revitalizou o Programa Sala de Recursos Multifuncionais e Bilíngues de Surdos, com o aporte de aproximadamente R\$ 354 milhões nos anos de 2020 e 2021. Em 2021, atendeu a 4,6 mil escolas, beneficiando cerca de 113,8 mil estudantes, com investimentos de aproximadamente R\$ 100 milhões

por meio do PDDE. Esses recursos destinaram-se a montagem de novas salas ou reequipagem das salas já existentes.

O Programa de Formação de Profissionais da Educação Básica em Educação Especial tem a finalidade promover a formação continuada em educação especial de professores do AEE e de profissionais da educação básica. Em 2021, foram descentralizados, por meio de TEDs junto a 13 Instituições de ensino superior, o valor de R\$ 3,4 milhões para a oferta de 14.825 vagas, em 23 cursos. Além disso, o MEC contratou consultoria especializada para elaboração de 15 cursos com 90 horas cada, com temáticas do AEE, para assegurar a oferta desse serviço. Os cursos serão ofertados em 2022, em plataforma aberta própria do MEC (Ambiente Virtual de Aprendizagem – Avamec), que é um sistema on-line que permite a concepção e a administração de cursos a distância.

Percentual de docentes que atuaram em turmas de AEE que possuem curso de formação



Fonte: Microdados do Censo Escolar da educação básica de 2020. Inep, MEC.

O MEC realizou ainda, durante o ano de 2021, reuniões individuais com todos os dirigentes de educação especial dos estados e do Distrito Federal para monitorar os efeitos da pandemia, conhecer as soluções encontradas, acompanhar o desenvolvimento dos programas e ações e ressaltar pontos de atenção quanto ao desenvolvimento da educação especial em cada unidade da federação. Os resultados alcançados com essa ação estão sendo sintetizados para direcionamento das prioridades para 2022.



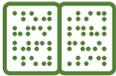
### Sala de Recursos Multifuncionais e Bilíngues de Surdos – 2021

recursos para montagem de novas salas ou reequipagem das salas já existentes.

**4,6 mil** escolas atendidas.

**113,8 mil** estudantes beneficiados.

Investimentos de aproximadamente **R\$ 100 milhões** por meio do PDDE.



### Formação de Profissionais da Educação Básica em Educação Especial – 2021

formação continuada em educação especial.

Oferta de **14.825 vagas**,

em **23 cursos**.

**R\$ 3,4 milhões** descentralizados.

## OBJETIVO ESTRATÉGICO 2:

### Garantir a consolidação da alfabetização no respectivo período escolar

A leitura e a escrita permitem ao estudante desenvolver importantes habilidades, impactando positivamente toda sua vida escolar, pessoal e profissional. A partir da Política Nacional de Alfabetização – PNA foram desenvolvidos os programas Tempo de Aprender, com o objetivo de melhorar a qualidade da alfabetização; e o Conta pra Mim, com vis-

tas a ampliar a promoção da literacia familiar. As estratégias empregadas convergem para aquelas que têm demonstrado êxito em diferentes experiências internacionais, tais como a disponibilização de recursos on-line para apoiar o processo de aprendizagem, o desenvolvimento de *websites* com conteúdo gratuito de amplo acesso, assim como o incentivo e a orientação para maior engajamento dos pais no processo de desenvolvimento intelectual de seus filhos.

No âmbito do Programa Conta pra Mim, a finalidade é orientar, estimular e promover práticas de literacia familiar, destaca-se que, em 2021, houve o incremento da Coleção Conta pra Mim com a disponibilização de quatro obras inéditas da Série Biografias, que contam as histórias de Anna Nery, Irmãos Rebouças, Padre Landell e Carlos Chagas. Além disso, no formato *podcast* “Era uma Vez...”, foram disponibilizadas 44 histórias infantis e mais um *podcast* que contém as canções da série “Canta pra Mim”.

Em 2021, no âmbito do Programa Tempo de Aprender, destacam-se os cursos ofertados por meio da plataforma Avamec: a) Alfabetização Baseada na Ciência – ABC, adaptado para uma versão on-line, será oferecido também para turmas presenciais. (Hoje, o curso conta com 232 mil inscritos. Em 2021, foram lançados dois Manuais do Curso ABC com informações teóricas sobre alfabetização e com programas

de intervenção para realidade prática em sala de aula); b) Formação Continuada em Práticas de Alfabetização, que possui mais de 427 mil inscrições e mais de 246 mil formados no curso; e c) Práticas de Produção de Texto, que conta com mais de 98 mil pessoas inscritas e 4 mil pessoas formadas. Outras iniciativas/ações que se destacaram no contexto do Programa foram:

- A disponibilização do aplicativo GraphoGame, alcançando mais de 841 mil *downloads*;
- A realização de três Fóruns Nacionais de Coordenadores Locais do Programa Tempo de Aprender;
- O lançamento do Sistema On-line de Recursos para a Alfabetização – Sora, que fornece apoio tecnológico aos professores da educação infantil e do 1º e 2º ano do ensino fundamental, para elaboração de planos de aula, além de ser um repositório de estratégias, atividades, avaliações e recursos pedagógicos. Atualmente, o Sora possui 33,7 mil professores cadastrados;
- O lançamento das publicações: Livro do Professor Alfabetizador e Livro de Atividades, que apresentam estratégias e atividades práticas para o ensino da leitura e da escrita baseadas nas

melhores evidências científicas;

- O lançamento do curso de Certificação Avançada para Gestores Educacionais da Alfabetização: destinado a diretores, vice-diretores e coordenadores pedagógicos com uma carga horária de 72h. A certificação possui 47.825 inscritos somados em seus seis módulos, com um total de 21.656 diplomas já emitidos;
- O Acordo de Cooperação Técnica com o Instituto Tecnológico da Aeronáutica para o desenvolvimento de *software* com uso de inteligência artificial para aferir a fluência em leitura – O MEC firmou uma parceria com o Instituto Tecnológico de Aeronáutica – ITA, que visa à criação de um projeto de pesquisa para desenvolver um sistema computadorizado para aferição de fluência em leitura oral com o emprego de inteligência artificial. Inicialmente, o projeto abrange os estudantes do 2º ano do ensino fundamental, o que representará um excelente indicador intermediário até a aplicação do Sistema de Avaliação da Educação Básica – Saeb 2º ano;

- O lançamento da Plataforma Avaliações Diagnósticas e Formativas, que disponibiliza cadernos de testes, devolutivas pedagógicas, recursos formativos e ferramentas que possibilitam a professores e gestores o acompanhamento personalizado das aprendizagens, colaborando para a consolidação efetiva da alfabetização no período correto e a preparação dos estudantes para o Saeb 2º ano e exames internacionais. A plataforma possui mais de 56 mil profissionais cadastrados.

Além disso, em 2021, foram repassados, por meio do PDDE Alfabetização, R\$ 182,8 milhões para as 31,1 mil escolas que aderiram ao Programa Tempo de Aprender. Os recursos são destinados à atuação de assistentes de alfabetização e à cobertura de outras despesas de custeio, como aquisição de materiais de consumo ou contratação de serviços com foco na alfabetização.



**4 obras** inéditas.



Mais de **841 mil downloads** do aplicativo **GraphoGame**  
**Lançamento do Sistema On-line de Recursos para a Alfabetização (Sora)**  
**Curso de Certificação Avançada para Gestores Educacionais da Alfabetização**  
**Plataforma Avaliações Diagnósticas e Formativas.**

Repasse de **R\$ 182,8 milhões** pelo do **PDDE Alfabetização**.  
**31,1 mil** escolas aderentes  
Entre outras ações.

### OBJETIVO ESTRATÉGICO 3:

#### Ampliar a oferta de educação infantil em creches

A educação infantil é a primeira etapa da educação básica e a atuação do MEC busca apoiar os entes federados na ampliação da oferta e na melhoria da qualidade do ensino ofertado, promovendo o acesso, a permanência e a aprendizagem com equidade, em cumprimento ao estabelecido na Meta 1 do PNE.

Conforme os dados mais recentes disponíveis (Pnad-c/IBGE), o percentual da população de 0 a 3 anos que frequenta a escola/creche chegou a 37% em 2019. Observa-se que a análise tendencial da cobertura de 0 a 3 anos sugere que, até 2024, o Brasil não deve ultrapassar o índice de 45% de cobertura de 0 a 3 anos, ficando aquém do que estabelece a Meta. Diante desse desafio, o MEC implementa importantes ações com vistas a garantir o acesso de crianças a creches e pré-escolas, bem como a melhoria da infraestrutura física da rede de educação infantil. Assim, destacam-se a seguir as iniciativas e políticas desenvolvidas pelo MEC, voltadas ao acesso e à melhoria da qualidade de atendimento nessa etapa específica da educação básica.

O Apoio à Manutenção da Educação Infantil se constitui como uma importante estratégia de auxílio do Governo Federal aos entes subnacionais na expansão da oferta da educação infantil, conforme previsto na Meta 1 do PNE, (Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014) compreendendo o regime de colaboração e o papel da União na função supletiva e redistributiva em relação às demais instâncias educacionais (art. 8º, § 1, da LDB).

Nesse sentido, o MEC implementou o Programa de Apoio à Manutenção da Educação Infantil, iniciativa que contribui para a expansão da

oferta de vagas na educação infantil pública e para o funcionamento regular das novas matrículas. O objetivo do Programa é prestar apoio financeiro aos municípios para atender a novas matrículas em novos estabelecimentos de educação infantil construídos com recursos federais (Proinfância – novos estabelecimentos), bem como para abertura de novas turmas de educação infantil (Brasil Carinhoso – novas turmas) em estabelecimentos educacionais públicos ou em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos conveniadas com o Poder Público.

Assim, os recursos desses programas visam prover o período em que essas novas vagas ainda não tenham sido contabilizadas no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb. Em 2021, foram transferidos R\$ 46,6 milhões: R\$ 37,8 milhões destinados para novas turmas (Brasil Carinhoso), beneficiando 7.141 novas matrículas de creche e 4.026 de pré-escola e para os novos estabelecimentos (Proinfância) foram transferidos R\$ 8,8 milhões, beneficiando 2.463 novas matrículas de creche e 826 de pré-escola.

O Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil – Proinfância é uma das estratégias que contribui para o alcance da Meta 1 do PNE,

mediante repasse de recursos do Governo Federal aos entes federados (municípios e o Distrito Federal) para a reestruturação e ampliação da rede física escolar pública. Durante o ano de 2021, cerca de 201 escolas de educação infantil foram concluídas, beneficiando 167 municípios em 23 estados da federação. Quanto aos valores totais investidos em infraestrutura educacional, objetivando a construção de creches e pré-escolas, foram empenhados R\$ 153,8 milhões em 2021.



#### OBJETIVO ESTRATÉGICO 4:

**Promover o acesso à educação profissional e tecnológica em especial nos cursos técnicos e de qualificação profissional, adequando a oferta às demandas do setor produtivo**

O MEC é responsável por formular, planejar, coordenar, implementar, monitorar e avaliar políticas públicas de Educação Profissional e Tecnológica desenvolvidas em regime de colaboração com os sistemas de ensino e os agentes sociais parceiros. Possui como prioridade fortalecer as ações que viabilizem a ampliação da oferta da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, assim como a oferta de qualificação profissional por meio de cursos de Formação Inicial e Continuada – FIC.

#### REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – Rede Federal EPCT é composta por 38 Institutos Federais, 2 Centros Federais de Educação Tecnológica – Cefet, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, 22 escolas técnicas vinculadas às universidades federais e o Colégio Pedro II. Cumpre informar que, no ano de

2021, houve a autorização de funcionamento de mais uma unidade, *Campus Itaboraí* vinculado ao Instituto Federal Fluminense.

O MEC apoia a gestão administrativa, financeira e técnica e o desenvolvimento de ações para o funcionamento e a qualidade dos cursos ofertados nas 670 unidades das 41 Instituições Federais da Rede EPCT, distribuídas entre as 27 unidades federativas do País. Em 2021, foram empenhados R\$ 1,4 bilhão para garantir o funcionamento, com qualidade, dos IFs. No âmbito das ações de fortalecimento da Rede Federal EPCT, o MEC disponibilizou o repasse de recursos para as instituições da Rede Federal, com a finalidade de concluir as obras em execução; adquirir equipamentos e mobiliário; e para as obras de acessibilidade. As instituições receberam R\$ 109,8 milhões destinados ao apoio de 148 ações, elencadas como prioritárias. Soma-se a esse apoio o recurso empenhado diretamente por cada Instituição Federal, que totalizou R\$ 101,6 milhões. Registra-se que, em 2021, foram iniciadas 219 obras e outras 239 foram concluídas.

Lançado em 2020 pelo MEC, o projeto Alunos Conectados permitiu a oferta de conectividade aos estudantes em condição de vulnerabilidade socioeconômica da Rede Federal de Educação. O investimento no projeto foi de R\$ 11,6 milhões, com atendimento de 160,2 mil estudantes, sendo 87,3 mil em Institutos Federais EPCT.

Após consulta de interesse às instituições da Rede Federal EPCT, o MEC doou 2,6 mil computadores para 11 Institutos Federais e para a Operação Acolhida, que presta atendimento humanitário aos refugiados e migrantes venezuelanos em Roraima. Esses computadores foram destinados ao atendimento de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica durante o período de suspensão das atividades presenciais. Além desses, o FNDE doou 178 equipamentos de informática diversos para o Instituto Federal de Brasília – IFB. As iniciativas visam suprir a falta de equipamentos e de conectividade dos estudantes no acesso e uso de tecnologias digitais.

## PUBLICAÇÕES NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

A fim de assegurar a qualidade da oferta de educação profissional técnica de nível médio, o MEC promoveu a atualização do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos – CNCT, referencial normativo que orienta a respeito dos perfis profissionais e de seus campos de atuação, aliando as necessidades de formação dos jovens e trabalhadores com as demandas do mercado de trabalho, propiciando maiores oportunidades de emprego e geração de renda. Ao todo, são apresen-

tados 215 cursos distribuídos em 13 diferentes eixos tecnológicos. A 4ª versão do CNCT, disponível em [cnct.mec.gov.br](http://cnct.mec.gov.br), foi aprovada por meio da Resolução nº 2 e entrou em vigor em janeiro de 2021.

Outra importante publicação que reúne estatísticas relacionadas à área foi lançada em 2021: o Anuário Estatístico da Educação Profissional e Tecnológica (ano-base 2019), instrumento oficial e público que apresenta dados sistematizados referentes a matrículas, estudantes, docentes, cursos e instituições de ensino da Educação Profissional e Tecnológica.

Relativamente à regulamentação da oferta de cursos técnicos por Instituições Privadas de Ensino Superior – Ipes, o MEC publicou a Portaria nº 1718, de 8 de outubro de 2019, viabilizando a oferta regular de cursos técnicos por essas instituições que, a despeito de já terem sido autorizadas a ofertarem cursos técnicos desde 2016, estavam impossibilitadas de registrar os diplomas dos concluintes, o que é requisito para a validade. Nesse sentido, a Portaria nº 1717, de 8 de outubro de 2019 permitiu a emissão de códigos autenticadores e, dessa forma, a validade dos diplomas aos concluintes das turmas iniciadas a partir de 11 de maio de 2016. O MEC realizou a autorização de 772 pedidos de oferta de cursos técnicos de nível médio por 124 Ipes, viabilizando cerca de 742 mil vagas. Em 2021, foram regularizados 1.069 diplomas;

de 2019 a 2021 foram beneficiados mais de 3,2 mil egressos de cursos técnicos, encontrando-se em análise 425 pedidos de IPEs para validação de registros de diplomas.

## PLATAFORMAS E PAINÉIS DE CONSULTA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA

Em 2021, foram disponibilizadas importantes ferramentas de consulta para gestores, educadores, representantes do setor produtivo, estudantes e público em geral, que desejam compreender o cenário da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil.

O [Painel de Fomento da Educação Profissional e Tecnológica](#) tem como objetivo dar transparência e mais efetividade às iniciativas de fomento do Bolsa-Formação, cuja finalidade é oferecer, gratuitamente, qualificação profissional e cursos técnicos. Esses cursos são ofertados por instituições de ensino públicas e privadas, com entidades do Sistema S e com entes da federação, por intermédio dos órgãos gestores da Educação Profissional e Tecnológica.

O [Monitor das Profissões – MONP](#) é uma plataforma que disponibiliza dados e informações sobre oportunidades de oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica e dados do mercado de

trabalho, facilitando a aproximação entre oferta e demanda de perfis profissionais.

A [Plataforma Nilo Peçanha – PNP](#) é um ambiente de coleta virtual, validação e disseminação das estatísticas oficiais da Rede Federal que tem como objetivo reunir dados relativos ao corpo docente, discente e técnico-administrativo e de gastos financeiros das unidades da Rede, para fins de cálculo dos indicadores de gestão monitorados pelo MEC. A PNP 2021 (ano-base 2020) já está disponível no link da plataforma.

O [Mapa de Demanda por Educação Profissional e Tecnológica](#) consiste em um conjunto de ferramentas que permite identificar as necessidades regionais por qualificação profissional. A partir do cruzamento de dados socioeconômicos e do mercado de trabalho, o painel orienta a oferta de Educação Profissional e Tecnológica apresentando famílias ocupacionais com maior potencial de empregabilidade em cada uma das mesorregiões do País. Em setembro de 2021, foi lançado o Mapa de Demandas 2.0, com nova metodologia que, além de apresentar a variação de admissões das famílias ocupacionais por mesorregião, incorporou também a variação de salários.

## QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Em virtude da identificação, pelo MEC, de saldos financeiros não utilizados nas contas correntes de alguns dos parceiros ofertantes de Educação Profissional e Tecnológica, no âmbito do Bolsa-Formação, foi publicada a Portaria MEC nº 1.720, de 08 de outubro de 2019, que disciplinou a repactuação dos saldos remanescentes de repasses efetivados em anos anteriores em conta e que estavam ociosos, trouxe como inovação o valor hora-aluno variável e a possibilidade de execução indireta pelos parceiros. A repactuação de saldos ocorreu de dezembro de 2019 a dezembro de 2020, e autorizou a oferta, entre 2020 e 2023, de 168.132 novas vagas (110 mil presenciais): 133.249 em cursos de qualificação profissional e 34.883 em cursos técnicos. Desse total, no ano de 2021, foram ofertadas 34,6 mil vagas: 25,1 mil de qualificação profissional e 9,5 mil de cursos técnicos.

O Qualifica Mais é um conjunto de linhas de fomento que atende a demandas específicas de cursos técnicos ou de qualificação profissional apresentadas no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec. O Qualifica Mais busca potencializar a inclusão produtiva e a entrada dos estudantes egressos no mercado de trabalho, por meio da qualificação profissional. Em 2021,

foram estruturadas e lançadas três linhas de fomento: Qualifica Mais – Emprega Mais, voltado para jovens de até 29 anos, com oferta de cursos de qualificação profissional na área de tecnologia da informação e comunicação – TIC; Qualifica Mais – Progredir, voltado ao atendimento e à inclusão produtiva dos beneficiários do Programa Auxílio Brasil, com oferta de cursos de qualificação profissional de Microempreendedor Individual – MEI; e Qualifica Mais – EnergIF, com oferta de cursos no segmento das energias renováveis por meio da qualificação profissional de eletricista de sistemas de energias renováveis. No âmbito do Programa Qualifica Mais, foram ofertadas, em 2021, mais de 128 mil vagas em cursos de qualificação profissional: 51,2 mil vagas (QM-Progredir); 61,4 mil vagas (QM-Emprega Mais) e 9,4 mil vagas (QM-Energif). Os cursos estão sendo realizados entre os anos de 2021 e 2022 com investimentos da ordem de R\$ 93,4 milhões.

O curso de Mentoria para a Educação Profissional e Tecnológica visa ofertar complementação pedagógica, atualização tecnológica e/ou especialização para o atendimento de professores do ensino fundamental II e do ensino médio para que possam atuar como orientadores dos estudantes nas suas escolhas de Itinerários Formativos, no contexto do Novo Ensino Médio. Em setembro de 2021, foi realizada

a pactuação para a oferta dos cinco módulos que serão realizados até 2022. Foram ofertados quatro cursos MOOC de 40 horas, totalizando 10.429 cursistas inscritos no Programa, com 2.669 concluintes e aprovados.

O curso de Pós-Graduação Lato Sensu DocentEPT destina-se à formação de professores para atuarem no Itinerário da Formação Técnica e Profissional do Novo Ensino Médio, tendo em vista as competências e habilidades específicas requeridas para atuação pedagógica nesses cursos. Em março de 2021, foi iniciada a 1ª turma com oferta de 8.220 vagas, 4.320 vagas ofertadas por meio do Instituto Federal do Espírito Santo – Ifes em parceria com o Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC e o restante pela Capes/MEC, todas preenchidas e com baixo índice de evasão. O recurso investido no âmbito da oferta nos institutos foi de R\$ 9 milhões.

Instituído por meio da Portaria MEC nº 24, de 19 de janeiro de 2021, o Re-Saber é uma rede de certificação profissional gratuita que atenderá os trabalhadores que reúnem saberes e competências desenvolvidas ao longo da vida, de maneira não formal e informal, mas que não possuem o reconhecimento formal. Em setembro de 2021, foi lançado o Edital nº 06/2021 de adesão das instituições ao Sistema Re-Saber.

## PROJETOS DE INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO

O Programa IF Mais Empreendedor tem a finalidade de incentivar o empreendedorismo, mobilizando estudantes, professores e técnicos em atividades práticas de assessoria à Microempreendedores Individuais – MEI e Micro e Pequenas Empresas – MPEs para remodelagem de negócios formais que sofreram efeitos negativos diante da pandemia de Covid-19. O Programa pretende atender cerca de 2,2 mil empreendimentos com recursos empenhados no valor de R\$ 10,4 milhões. Em março de 2021, foram selecionados 180 projetos de 40 Instituições da Rede Federal, resultando em mais de 1,4 mil empreendimentos atendidos.

O Programa para Desenvolvimento em Energias Renováveis e Eficiência Energética na Rede Federal – EnergIF, instituído por meio da Portaria nº 941, de 11 de novembro de 2020, tem o objetivo de ampliar a oferta de cursos e de profissionais nas áreas de energias renováveis e eficiência energética. Em 2021, foram criados nove Laboratórios de Referência em Energia Solar Fotovoltaica – LabSolar, na Rede Federal, ao custo de R\$ 2,7 milhões.

A Plataforma Aprenda Mais é uma ferramenta de cursos on-line (MOOC) da Rede Federal EPCT, na forma de ambiente virtual, para oferta de cursos on-line abertos e massivos, com emissão de certifi-

cados para os concluintes. O objetivo é ampliar a disponibilização de cursos massivos da Rede Federal para a sociedade em geral, possibilitando mais opções de qualificação para os brasileiros e de forma on-line e livre. A plataforma tem expectativa de atingir cerca de 821 mil matrículas até 2025. Em 2021, foram disponibilizados 90 cursos na plataforma, atingindo 115 mil matrículas e 26 mil concluintes.

O MEC também apoia o desenvolvimento de projetos de iniciação tecnológica, em ações de estímulo à formação de estudantes do ensino médio técnico, médio regular e dos anos finais do ensino fundamental em habilidades relacionadas às novas tecnologias digitais aplicáveis no contexto das transformações dos setores produtivos no âmbito da “Economia 4.0”, contribuindo assim para estímulo à iniciação e extensão tecnológica na Rede Federal. Em agosto de 2021, foi realizada a seleção de 60 projetos de 37 Instituições da Rede Federal EPCT, atingindo a meta dos 120 projetos.

Nessa linha, em outubro de 2021, foi lançada a 2ª chamada pública para a seleção de 110 projetos de inovação e empreendedorismo no âmbito das novas tecnologias digitais da “Economia 4.0”, resultando na seleção de 69 projetos.



### Alunos Conectados – 2021

oferta de conectividade aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica da Rede Federal de Educação.

**R\$ 11,6 milhões** investidos.

**160,2 mil** estudantes atendidos.

**Catálogo Nacional de Cursos Técnicos – CNCT** – orientações a respeito dos perfis profissionais e de seus campos de atuação.

**Doação de 2,6 mil computadores para 11 Institutos Federais e para a Operação Acolhida**, a fim de atender estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica durante o período de suspensão das atividades presenciais.

**Monitor das Profissões – MONP** – facilita a aproximação entre oferta e demanda de perfis profissionais.

**IF Mais Empreendedor** – incentivar o empreendedorismo, mobilizando estudantes, professores e técnicos.

**Plataforma Aprenda Mais** – oferta de cursos on-line abertos e massivos, com emissão de certificados para os concluintes.

## OBJETIVO ESTRATÉGICO 5:

**Fomentar a educação superior, a formação de qualidade e a inovação, com foco no ensino, na pesquisa e na extensão, alinhada às necessidades do setor produtivo e da sociedade em um mundo globalizado**

A educação superior no Brasil é ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização. O acesso a esse nível de ensino ocorre mediante processo seletivo. O Censo da Educação Superior de 2020 registrou 8,6 milhões de matrículas em cursos de graduação no Sistema Federal de Ensino da Educação Superior, que contempla instituições públicas e privadas.

A Rede Federal de Educação é formada por 69 Universidades (Rede Federal de Educação Superior) e 41 Institutos de Educação Profissional e Tecnológica. Essas 110 instituições federais amparam 6.669 cursos de graduação, com 1.254.080 estudantes matriculados e uma média de 335 mil novos ingressantes matrículas/ano (entre 2018 e 2020). Durante o período de 2018 a 2019, apenas na Rede Federal, foram 425.061 concluintes nos cursos de graduação.

Em acordo com as diretrizes da educação nacional e com o estabelecido no Plano Nacional de Educação, o MEC busca fomentar a formação de pessoal qualificado, fortalecendo a assistência estudantil e a inovação de forma conectada às demandas do setor produtivo e às necessidades da sociedade em um mundo globalizado.

A taxa bruta de matrícula no Brasil era de 34,6%, em 2017, e alcançou a marca de 40,7%, em 2020. Esse indicador representa, aproximadamente, a capacidade total de absorção do sistema educacional em relação ao tamanho da população na idade de referência (18 a 24 anos).

A seguir, serão apresentados os resultados e o desempenho das ações desenvolvidas em 2021, que consolidam o compromisso do MEC com a elevação da qualidade da educação superior e contemplam ações de apoio ao ingresso, à permanência, a projetos de pesquisa, ao desenvolvimento e inovação, à formação e à geração de conhecimentos. Além disso, com vistas ao cumprimento das normas gerais da educação superior, a fim de zelar pela regularidade e qualidade da oferta dos cursos de graduação e de pós-graduação ofertados, o MEC também exerce funções de regulação e supervisão, cujos resultados são apresentados no tópico que abordará o Objetivo Estratégico nº 9.

## PROGRAMAS DE ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR

Para a expansão com qualidade da educação superior em nível de graduação, finalidade da Meta 12 do Plano Nacional de Educação, investiu-se na manutenção e no aprimoramento dos programas de acesso, quais sejam: Sistema de Seleção Unificada – Sisu, Programa Universidade para Todos – Prouni, Programa Estudantes Convênio de Graduação – PEC-G, e Fundo de Financiamento Estudantil – Fies.

O Sisu é o sistema informatizado do Ministério da Educação, no qual instituições públicas de ensino superior oferecem vagas para candidatos participantes do Exame Nacional do Ensino Médio – Enem. No primeiro semestre de 2021, foram 2,4 milhões de inscritos para mais de 200 mil vagas ofertadas. Enquanto no segundo semestre foram 697 mil inscritos para as 62,3 mil vagas disponíveis.

O Prouni oferece bolsas de estudo, integrais (100%) e parciais (50%), em instituições de educação superior não gratuitas. Foram mais de 311 mil inscritos no Programa no primeiro semestre de 2021 para as 162.806 bolsas ofertadas. No segundo semestre, o Prouni recebeu mais de 287 mil inscritos para 134.853 bolsas. A edição da Medida Provisória nº 1.075, de 6 de dezembro de 2021, oportunizará a

participação de estudantes da rede pública e privada com baixa renda, uma vez que a regra de renda familiar per capita de até três salários mínimos permanece.

O PEC-G destina-se à formação e à qualificação de estudantes estrangeiros por meio de oferta de vagas gratuitas em cursos de graduação em Instituições de Ensino Superior – IES brasileiras. Entre os anos de 2012 e 2021, o MEC selecionou, pelo PEC-G, mais de 5 mil estudantes estrangeiros para estudarem em cursos de graduação no Brasil. Atualmente, o Programa conta com 1.663 estudantes estrangeiros matriculados em 88 IES em todo o País, 64 delas são universidades federais.

O Fies objetiva conceder financiamento a estudantes em cursos superiores de IES não gratuitas aderentes ao Programa. No ano de 2021, o Fies recebeu cerca de 480 mil inscrições para 93 mil vagas aprovadas, resultando em quase 46 mil contratos firmados. Uma ação importante do MEC foi a renegociação de débitos de contratos do Fies firmados até o segundo semestre de 2017. Como resultado dessa medida, 39,3 mil pessoas poderão ser beneficiadas com o parcelamento de suas dívidas, com a retirada da situação de inadimplência e, conseqüentemente, com a regularização de suas situações junto aos cadastros devedores, minimizando, assim, o impacto econômico da pandemia para eles.

## PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Além das ações para acesso ao ensino superior, o MEC também assegurou mais de R\$ 1 bilhão para atendimento aos programas de assistência estudantil em 2021.

O Programa de Bolsa Permanência é um auxílio financeiro que tem por finalidade minimizar as desigualdades sociais, étnico-raciais e contribuir para permanência e diplomação dos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica, em especial os indígenas e quilombolas (PBP-IFEs). O programa apresenta, ainda, uma política pública voltada à concessão de auxílio financeiro aos estudantes bolsistas do Prouni em situação de vulnerabilidade socioeconômica (PBP-Prouni). No total, em 2021, foram concedidas bolsas a 26.190 estudantes: 15.773 nas IFEs e 10.417 por meio do PBP-Prouni. Foram, ao todo, executados cerca de R\$ 152,4 milhões para atender ao Programa.

O Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES é o programa destinado a democratizar o acesso e a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das IFEs, com o objetivo de viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e a redução das taxas de evasão e retenção. Em 2021,

foram alocados R\$ 852 milhões para execução das ações do Programa. Os investimentos e a manutenção do Programa, durante o período da pandemia, foram fundamentais para garantir a permanência e o êxito dos estudantes em situação de vulnerabilidade nos cursos de graduação das universidades públicas.

## ESTRATÉGIAS PARA MELHORIA DA QUALIDADE, AMPLIAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO NA REDE FEDERAL

O MEC apoia a gestão administrativa, financeira e técnica e o desenvolvimento de ações para o funcionamento e a qualidade dos cursos ofertados nas 69 universidades federais do País. Em 2021, foram empenhados mais de 4,3 bilhões para garantir o funcionamento, com qualidade, das IFEs. Diversas ações são desenvolvidas visando à ampliação da qualidade da educação superior no País com recursos investidos nos diferentes eixos da educação, objetivando a inovação e a transparência. O Programa Educação Tutorial – PET destina-se a fomentar grupos de aprendizagem tutorial mediante a concessão de bolsas de iniciação científica a estudantes de graduação e bolsas de tutoria a professores tutores. Em 2021, o Programa concedeu 118,4 mil

bolsas a estudantes e professores da educação superior. Em síntese, foram 108,5 mil bolsas concedidas aos estudantes de graduação e 9,9 mil aos professores membros dos grupos PET. Foram empenhados R\$ 69,4 milhões para a manutenção das bolsas PET em 2021.

Além disso, durante a vigência das medidas de isolamento social, o projeto Alunos Conectados permitiu a oferta de conectividade aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica da Rede Federal de Educação. O investimento no Projeto foi de R\$ 11,6 milhões, com atendimento de 160,2 mil estudantes, sendo 72,9 mil em universidades federais.

No intuito de expandir, interiorizar e consolidar a Rede Federal de Ensino Superior no País, está em processo de discussão a proposta de Projeto de Lei para a criação de cinco novas universidades: Universidade Federal do Sudeste e do Sudoeste do Piauí – Unifesspi; Universidade Federal da Amazônia Maranhense – Ufama; Universidade Federal do Norte Matogrossense – UFNMT; Universidade Federal do Vale do Itapemirim – UFVI; e Universidade Federal do Alto Solimões – Ufas.

O projeto de reordenamento de unidades da Rede Federal tem como objetivo identificar melhores arranjos geográficos e institucionais para as unidades. Além disso, busca a otimização da gestão em benefício do fortalecimento e da consolidação dos arranjos produtivos, sociais e

culturais locais, bem como o equilíbrio no número de *campi* e de matrículas para uma gestão mais eficiente, menos onerosa e de melhor qualidade.

Ademais, no interesse de atender ao objetivo e à meta, entre 2020 e 2021, o MEC trabalhou na elaboração do Plano de Expansão da Educação a Distância nas Universidades Federais, visando novas vagas na educação superior pública na modalidade a distância (EaD). Por meio das portarias nº 433 e nº 434, de 22 de outubro de 2020, prorrogadas até março de 2022, foram instituídos, respectivamente, o Comitê de Orientação Estratégica e Grupo de Trabalho com a finalidade de subsidiar a discussão, a elaboração e a apresentação de estratégias para a ampliação da oferta dos cursos de nível superior, na modalidade EaD.

No que se refere à pesquisa e à inovação, destaca-se a parceria do MEC com a Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial – Embrapii, organização social que visa a contribuir para o desenvolvimento da inovação na indústria brasileira apoiando institutos de pesquisas e universidades. Em 2020, foi realizado o edital que permitiu o credenciamento de mais 11 unidades Embrapii, totalizando, assim, 17 universidades federais credenciadas. Além disso, em 2021 foi realizado outro edital, com recursos aportados pelo MEC (aproximadamente R\$ 12 milhões), o qual credenciou mais 8 unidades, tota-

lizando atualmente 23 universidades federais que contemplam 25 polos Embrapii.

As unidades Embrapii têm desenvolvido projetos relacionados com tecnologia aplicada, com produtos e processos inovadores, voltados para diversas áreas como Meio Ambiente, Saúde, Energia, Agroindústria e Engenharia Submarina, entre outros. Até o final de 2021, foram realizados mais de 500 pedidos de propriedade intelectual, dos quais cerca de 160 foram desenvolvidos na esfera das universidades federais.

Cabe ressaltar, ainda, que o ano de 2021 esteve atrelado aos riscos e impactos da pandemia do coronavírus e, para lidar com a situação, o MEC atuou no aprimoramento do Portal de Monitoramento das IFEs, a fim de acompanhar o retorno gradual das atividades acadêmicas nas universidades federais.

Ainda no âmbito da educação superior, foi lançada, em 2021, a Plataforma Universidade 360°. O Painel oferece a transparência de dados das universidades federais, disponibilizando indicadores acadêmicos, orçamentários, de gestão de pessoas, bem como indicadores de desempenho, atendendo a recomendações do TCU.

Por fim, é relevante destacar a ação do MEC na Gestão do Banco de Professor Equivalente, visando evitar a não oferta de disciplinas por

falta de docentes e preencher as vacâncias do quadro das universidades. A Portaria nº 213, de 14 de abril de 2021, possibilitou o provimento de 770 vagas de professores do Magistério Superior.

## GESTÃO DOS HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS FEDERAIS

No exercício de 2021, a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – Ebserh atuou na gestão dos Hospitais Universitários vinculados às universidades federais, por meio das ações fomentadas pelo Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais – Rehuf, pelos recursos destinados ao funcionamento da empresa e de seus hospitais filiados, além dos recursos destinados a ensino e pesquisa.

Diferentemente dos anos anteriores, quando o Rehuf contava com financiamento compartilhado pelos ministérios da Educação e da Saúde, em 2021 o programa passou a ser financiado exclusivamente pelo MEC. A Ebserh executou R\$ 508,1 milhões no âmbito do Rehuf, esses recursos foram destinados ao apoio das atividades assistenciais e de recuperação da capacidade de oferta de serviços de saúde pelos Hospitais Universitários Federais – HUFs, bem como à aquisição de

equipamentos médico-hospitalares, realização de reformas e obras de adequação e ampliação da infraestrutura física e renovação do parque tecnológico.

Em relação à área assistencial, em 2021, houve aumento no número de atendimentos prestados à população pelos HUs da Rede Ebserh quando comparado ao mesmo período de 2020 (janeiro a outubro). As consultas apresentaram crescimento de 19%, passando de 3,7 milhões para 4,4 milhões; os exames tiveram aumento de 12%, passando de 10,4 milhões para 11,6 milhões; as internações, em função da Covid-19, apresentaram uma discreta redução de 9%, passando de 278 mil para 252 mil; o mesmo ocorreu com as cirurgias, por conta da suspensão de cirurgias eletivas, saindo de cerca de 178 mil para 138 mil cirurgias realizadas em regime hospitalar. Importante mencionar que essas reduções refletem o impacto da Covid-19 no 1º semestre de 2021. Por outro lado, o 2º semestre desse ano sinalizou a retomada da oferta de serviços à população, com o arrefecimento da pandemia e a desmobilização dos leitos para o enfrentamento da doença.

## FORMAÇÃO E GERAÇÃO DE CONHECIMENTOS NA ÁREA DA SAÚDE

Relativamente à formação em saúde, o MEC fomentou a capacitação dos profissionais por meio de parceria realizada com a Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz. Foram viabilizadas 200 vagas para cursos de pós-graduação *lato sensu* na área de Gestão em Saúde e 200 vagas para o mestrado profissional em Saúde da Família para os profissionais da saúde em âmbito nacional. Para essa ação, com investimento previsto de R\$ 30 milhões até 2024, foram empenhados recursos da ordem de R\$ 282 mil em 2021.

Com a pandemia, o MEC implantou e padronizou, com abrangência nacional, a WebSupervisão no âmbito do Programa Mais Médicos para o Brasil – PMMB. Por meio de sistema informatizado, realizou as ações de Educação Permanente em Saúde com adesão de 57 instituições supervisoras, 143 tutores acadêmicos e 1.581 supervisores para um total de 16.116 médicos participantes do PMMB, com recursos da ordem de R\$ 84,7 milhões em 2021.

O Programa de Desenvolvimento da Preceptoría em Saúde – Prodeps oferta bolsas de preceptoría para os cursos de medicina das IFEs sem hospitais próprios, para fins de utilização como campo de

prática para internato. Em 2021, foram contemplados 42 cursos de medicina, com recursos empenhados da ordem de R\$ 10,4 milhões. Nessa linha, a ação de apoio às Instituições Federais de Ensino Superior sem Hospitais Universitários – IFEs sem HU visou ao apoio dos cursos de graduação em medicina das universidades federais que não possuem HUs próprios, para fins de utilização nos cenários de práticas para o internato, por meio de recursos de custeio. Assim, foram descentralizados R\$ 30 milhões, contemplando cursos de medicina em 40 IFEs.

Quanto à Residência Médica, modalidade de ensino de pós-graduação destinada a médicos, sob a forma de curso de especialização, os dados apurados de 2021 mostram que foram ofertadas 9,2 mil bolsas. Na Residência Multiprofissional, pós-graduação *lato sensu* destinada às profissões da saúde, caracterizada por ensino em serviço, foram ofertadas 4,4 mil bolsas. Os recursos empenhados nas ações de Residência em Saúde (médica e multiprofissional) totalizaram R\$ 654,6 milhões em 2021.

A Ebserh também atua na formação e na geração de conhecimentos na área da Saúde. Atualmente, a empresa oferece cerca de 8 mil vagas de residências médica e multiprofissional distribuídas em 1.046 programas, além de ser campo de prática para cerca de 51,5 mil estudantes, de graduação e ensino técnico, na área da saúde, em 32

universidades federais. Ademais, o número de preceptores voltados aos programas de residência cadastrados na Rede é de 13.748, sendo 9.893 de residência médica e 3.855 de residência multi/uniprofissional.

A Ebserh também promove o Exame Nacional de Residência Ebserh – Enare, processo seletivo unificado dos programas de residência médica e multiprofissional. A 2ª edição, realizada em 2021, ofereceu aproximadamente oito vezes mais vagas do que a edição anterior (2020): foram 2.336 vagas de residência médica e 862 vagas de residência uni/multiprofissional ofertadas, totalizando 3,2 mil vagas, contando com a participação de 77 instituições públicas e/ou sem fins lucrativos, sendo 20 Hospitais Universitários Ebserh. Foram homologadas 18,6 mil inscrições para residência médica e 12,8 mil para residência uni/multiprofissional.

Em outubro de 2021, foi assinada a Portaria Interministerial nº 9, de 13 de outubro de 2021, juntamente com o Ministério da Saúde, que reajusta o valor mínimo das bolsas de residência em saúde em 23,29%, elevando o valor de R\$ 3.300,00 para, no mínimo, R\$ 4.106,09, a partir de janeiro de 2022. Assim, o Governo Federal reafirma a importância de valorizar a formação continuada dos profissionais em saúde, essencial para a sustentabilidade e o aprimoramento do Sistema Único de Saúde – SUS.

## PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*

No campo da pós-graduação, em 2021, o Governo Federal, por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, concedeu cerca de 93,2 mil bolsas de estudo e pesquisa no País, sendo mais de 42 mil de mestrado, aproximadamente 47 mil de doutorado e 4 mil de pós-doutorado, entre outras, totalizando um investimento de mais de R\$ 2,1 bilhões, entre bolsas e custeio para a pós-graduação, o que beneficiou discentes, docentes e pesquisadores de mais de 3,7 mil programas de pós-graduação. Contabilizando também as 3,1 mil bolsas no exterior, alcança-se mais de 96 mil bolsas para formação em nível de pós-graduação.

Por meio dos programas estratégicos chamados de Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação – PDPG, a Capes promoveu ações voltadas para a formação de recursos humanos e para o desenvolvimento de pesquisas em áreas ainda incipientes no País, buscando a redução dessas assimetrias com o investimento de até R\$ 12,9 milhões. O PDPG – Apoio ao Desenvolvimento da Região Semiárida Brasileira, apoia 30 projetos voltados ao desenvolvimento social, econômico e tecnológico dessa região, que serão desenvolvidos ao longo do quadriênio 2021-2024. Em 2021, foram investidos R\$ 250,1 mil para o financiamento de 60 bolsas.

Destacam-se também duas parcerias com as quais a Capes colaborou na formulação dos editais e na seleção dos projetos, enquanto o apoio financeiro ficou totalmente a cargo dos parceiros. Para apoio à modalidade mestrado profissional, destacam-se o “PDPG Capes/ Cofen – Área de Enfermagem” e o “PDPG – Área de Nutrição”. Há ainda ações voltadas para a região Norte com o “PDPG – Amazônia Legal” e para os demais estados por meio do “PDPG – Parcerias Estratégicas nos Estados”. Esse conjunto de ações promove o fortalecimento e a expansão do sistema nacional de pós-graduação em áreas estratégicas que contribuirão para o desenvolvimento nacional, além da contribuição efetiva para a sociedade.

Houve continuidade do Programa Estratégico Emergencial de Prevenção e Combate a Surtos, Endemias, Epidemias e Pandemias. Lançado em 2020 e iniciado com a Ação Emergencial (1.189 bolsas e investimento de R\$ 83,1 milhões), teve três editais publicados naquele ano: Combate a Epidemias; Fármacos e Imunologia; e Telemedicina e Análise de Dados Médicos, os quais selecionaram 109 projetos com investimento de R\$ 94,1 milhões.

Importante mencionar a parceria entre a Capes e a Secretaria Nacional da Família – SNF, na qual há o financiamento de seis projetos de pesquisa por meio do Programa Família e Políticas Públicas no Brasil.

Em complemento, ressalta-se a parceria entre a Capes, a Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp e a Diretoria Técnico Científica da Polícia Federal – Ditec/PF a qual financiará 23 projetos de pesquisa por meio do Procad – Segurança Pública e Ciências Forenses.

No âmbito internacional, a Capes atuou em duas grandes linhas: uma delas é a internacionalização da pós-graduação brasileira, tendo como expoente o Programa Institucional de Internacionalização – PrInt, o qual se encontra em período de avaliação intermediária e renovação dos projetos das 36 instituições selecionadas por meio do Edital nº 41/2017. A outra frente de atuação refere-se às ações de mobilidade acadêmica em programas oriundos de acordos de cooperação internacional. Cabe destacar que, apesar da segunda onda sustentada da pandemia de Covid-19, e, sobretudo, das dificuldades de mobilidade para outros Países devido a restrições sanitárias, a Capes deu prosseguimento à publicação dos editais com vistas a assegurar a continuidade dos programas de internacionalização da pós-graduação e dos projetos de pesquisa científica.

Assim, a Capes apoiou 3.418 bolsistas brasileiros no exterior, contemplando tanto os bolsistas que já se encontravam no exterior, quanto os discentes, docentes e pesquisadores selecionados em editais pré-pandemia bem como aqueles lançados durante a pandemia,

e também 601 estrangeiros participando de projetos de cooperação internacional em instituições brasileiras.

Já para o Portal de Periódicos, a Capes trouxe uma nova interface, mais moderna e intuitiva, que facilita a pesquisa e o acesso à informação científica pelos usuários da maior base para a pesquisa do País. Em 2021, o Portal de Periódicos disponibilizou conteúdos científicos para 434 Instituições de Ensino Superior de todo o País, tendo registrado mais de 160,6 milhões de acessos.

Cabe destaque a titulação de 60.039 mestres e 20.075 doutores em 2020 (os dados de 2021 estão em processamento). Ainda que os números de titulados estejam abaixo do previsto e apresentem uma diminuição em relação ao ano anterior, é importante considerar os impactos que a pandemia de Covid-19 trouxe para esses indicadores. Com o intuito de mitigar os efeitos da pandemia nas atividades acadêmicas dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, foi publicada a Portaria Capes nº 55, de 29 de abril de 2020, a qual versou sobre a prorrogação excepcional dos prazos de vigência de bolsas de mestrado e doutorado no País e a exclusão da variável “tempo de titulação” em indicadores relativos à avaliação dos programas de pós-graduação *stricto sensu* no quadriênio 2017-2020, demanda da comunidade acadêmica plenamente atendida pela Capes.

Por fim, em 2021, a Capes publicou a abertura do calendário para a submissão de Propostas de Cursos Novos –APCN. Essa ação permite a expansão do Sistema Nacional de Pós-Graduação – SNPG que se encontrava imobilizado há dois anos. Soma-se ainda o compromisso pela realização da Avaliação Quadrienal 2017-2020, a regularização da composição do Conselho Técnico-Científico da Educação Superior – CTC-ES, prezando pela segurança jurídica dos seus atos, atendendo às previsões do Estatuto da Fundação e, conseqüentemente, contribuindo com o fortalecimento do SNPG.

**Bolsa Permanência** – auxílio financeiro que tem a finalidade de minimizar as desigualdades sociais, étnico-raciais e contribuir para a permanência e diplomação dos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade.

**Portal de Monitoramento das IFEs** – acompanhamento do retorno gradual das atividades acadêmicas nas universidades federais.

**Plataforma Universidade 360°** – oferece transparência de dados das universidades federais.



**Portal de Periódicos**  
– 2021

conteúdos científicos para  
**434 Instituições de Ensino Superior** de todo o País.

Mais de **160,6 milhões**  
de acessos em 2021.

**OBJETIVO ESTRATÉGICO 6:**

**Realizar avaliações e gerar evidências sobre a educação brasileira que contribuam para a indução da melhoria do ensino ofertado e acesso ao conhecimento científico e tecnológico**

O MEC, por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep, busca fornecer evidências cada vez mais abrangentes e fidedignas sobre a realidade e a qualidade da educação brasileira, a partir do aperfeiçoamento contínuo de estatísticas, estudos, exames e avaliações realizados, de forma a fornecer importantes subsídios para o desenvolvimento e a reorientação das políticas públicas educacionais, bem como contribuir para a indução da melhoria do ensino ofertado.

Ainda com o desafio das restrições impostas pela pandemia da Covid-19, mas com protocolos de biossegurança mais estruturados, o Inep realizou os exames, as pesquisas, as avaliações e os censos previstos para 2021, ao tempo em que garantiu a proteção à saúde dos participantes e dos colaboradores envolvidos. O Instituto produziu também as estatísticas anuais da educação básica e da educação superior.

**EXAMES E AVALIAÇÕES**

O Inep/MEC tem por competência propor e definir parâmetros, critérios e mecanismos de realização para as avaliações dos sistemas de educação em todos os níveis e modalidades, bem como para os processos de certificação de competências, em articulação com os sistemas de ensino.

O Exame Nacional do Ensino Médio – Enem foi instituído em 1998, com o objetivo de avaliar o desempenho escolar dos estudantes ao término da educação básica. O Exame aperfeiçoou sua metodologia e, em 2009, passou a ser utilizado como mecanismo de acesso à educação superior, por meio, principalmente, do Sisu e do Prouni. Os resultados do Enem continuam possibilitando o desenvolvimento de estudos e indicadores educacionais.

Em 2021, não obstante os desafios novamente impostos pela pandemia, o Enem foi realizado regularmente, não registrando intercorrências em sua aplicação. Foram 3,39 milhões de inscrições, 3,32 milhões para as provas impressas e 69 mil inscritos para o Enem digital. O Enem impresso foi aplicado em 11.074 locais de prova, distribuídos por 1.747 municípios brasileiros. Também foi aplicado com sucesso o Enem PPL 2021 para 54,2 mil pessoas privadas de liberdade ou sob

medida socioeducativa que inclua privação de liberdade.

O Sistema de Avaliação da Educação Básica – Saeb é fundamental para a aferição da qualidade das etapas da educação básica brasileira. Devido às restrições impostas pela pandemia de Covid-19 e à suspensão de aulas presenciais nas escolas brasileiras, foram realizadas rodadas de reuniões com representantes do Inep, do MEC, do Consed e da Undime, para análise do contexto das redes de ensino e para mobilização do público-alvo do Saeb, a fim de atingir os percentuais mínimos de participação para geração de resultados válidos e confiáveis. A edição do Saeb 2021 foi aplicada em todo o País entre os dias 8 de novembro e 10 de dezembro de 2021, contemplando as seguintes avaliações: Saeb 2º ano do ensino fundamental, Saeb 5º ano do ensino fundamental, Saeb 9º ano do ensino fundamental e Saeb 3º ano do ensino médio.

Nessa edição, foram avaliados cerca de 6 milhões de estudantes, alcançando 255 mil turmas de 116 mil escolas, distribuídas em 5.564 municípios brasileiros. As médias de desempenho dos estudantes, apuradas no Saeb, juntamente com as taxas de aprovação, reprovação e abandono, apuradas no Censo Escolar, compõem o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb referente ao ano de 2021.

O Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos – Encceja é realizado pelo Inep, desde 2002, em colaboração com as Secretarias de Educação estaduais e municipais. Além de possibilitar a certificação e a continuidade na trajetória educacional, o Encceja oferece parâmetros para que o participante possa se avaliar e, assim, ter uma orientação para a continuidade da formação e para a colocação no mercado de trabalho. Como em todos os exames impactados pela pandemia de Covid-19, o Inep adotou um conjunto de medidas preventivas para garantir uma aplicação segura do Encceja nacional em 622 municípios distribuídos por todas as Unidades da Federação. Aplicado em agosto de 2021, o Exame registrou 1,6 milhão de inscritos, sendo 1,3 milhão para o ensino médio e 300 mil para o ensino fundamental. Em 2021, o exame para a obtenção do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros – Celpe-Bras, composto por provas escrita e oral, foi aplicado para 4.980 estrangeiros em 91 postos aplicadores, 37 no Brasil e 54 no exterior.

O Celpe-Bras é o exame brasileiro oficial para certificar proficiência em português como língua estrangeira e é aplicado pelo Inep, com apoio do MEC e em parceria com o Ministério das Relações Exteriores – MRE.

O Inep também desenvolve, em parceria com Países, instituições e organismos internacionais, projetos de avaliação, estudos e estatísticas

educacionais comparadas, nos níveis de educação básica e superior. O Estudo Internacional de Progresso em Leitura (PIRLS – *Progress in International Reading Literacy Study*) busca aferir as habilidades em leitura de estudantes do 4º ano do ensino fundamental, e é realizado a cada cinco anos pela *International Association for the Evaluation of Educational Achievement* – IEA. O PIRLS foi aplicado pela primeira vez no Brasil, em novembro de 2021, para 6,3 mil estudantes do 4º ano do ensino fundamental de 193 escolas (públicas e privadas) de todas as regiões do Brasil.

O Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa – *Programme for International Student Assessment*) é um estudo comparativo internacional realizado a cada três anos pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE.

Como reflexo das dificuldades enfrentadas em virtude da pandemia de Covid-19, os Países-membros e associados à OCDE decidiram adiar a avaliação do Pisa 2021 para 2022 e do Pisa 2024 para 2025. O Pisa 2022 será aplicado entre 11 de abril e 31 de maio de 2022.

No âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes, instituído pela Lei nº 10.861, de abril de 2004, os processos avaliativos são coordenados e supervisionados pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – Conaes e sua opera-

cionalização é de responsabilidade do Inep/MEC, a partir da execução do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – Enade, bem como das avaliações *in loco* de cursos de graduação e instituições de educação superior.

Em 2021, o Enade foi aplicado com sucesso para cursos de 30 áreas do conhecimento vinculadas ao ano II do ciclo avaliativo previsto pelo art. 40 da Portaria Normativa MEC nº 840, 24 de agosto de 2018. Foram inscritos no Exame 489.958 estudantes concluintes de 8.009 cursos de graduação dos graus de bacharelado, licenciatura e tecnólogo. Para as atividades que envolvem a elaboração das matrizes das provas do Enade 2021, foram compostas 23 Comissões Assessoras de Áreas formadas por um total de 127 docentes de instituições de ensino superior públicas e privadas de todas as regiões do País.

As avaliações *in loco* de cursos de graduação e instituições de educação superior continuaram, em 2021, a ser impactadas pela pandemia da Covid-19. Estavam previstas 5 mil avaliações *in loco* em 2021. Diante da impossibilidade de realizações presenciais dessa avaliação, foi publicada, em abril, a Portaria nº 165, de 20 de abril de 2021, que instituiu de forma emergencial e temporária a Avaliação Externa Virtual *in loco*, com o intuito de diminuir o prejuízo às IES e principalmente aos estudantes da educação superior. Para tal, foram capacitadas

instituições e 5.920 avaliadores nesse inovador formato de avaliação *in loco*. Com esse novo cenário, foi possível minimizar os impactos e realizar 3.583 avaliações *in loco*, sendo 3.008 de forma virtual e 575 de forma presencial. A inovação cumpre com os princípios da eficiência, celeridade e economicidade ao afastar a necessidade de dispêndios com passagens aéreas, hotéis, transporte e alimentação. Ainda, ao eliminar a necessidade de viagens e deslocamentos para a realização de avaliação, contribui-se para o distanciamento social, evitando uma possível proliferação e contaminação da comunidade acadêmica e atores envolvidos no processo avaliativo, além de aumentar significativamente a celeridade do processo.

O Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos Expedidos por Instituição de Educação Superior Estrangeira – Revalida subsidia o processo de revalidação dos diplomas de médicos que se formaram no exterior e querem atuar no Brasil. O exame é direcionado tanto aos estrangeiros formados em medicina fora do Brasil quanto aos brasileiros que se graduaram em outro País e querem exercer a profissão em sua terra natal. Cabe registrar que, em 2021, atingiu-se um número recorde de inscritos no Revalida (edição 2020), com a participação de 15.580 participantes.

## CENSOS EDUCACIONAIS

No âmbito das atividades de execução dos censos educacionais, foi necessário, principalmente, ajustar as atividades internas em relação aos sistemas de coleta e ao cronograma de execução, no caso do Censo da Educação Superior. No entanto, foram realizadas todas as atividades dos censos educacionais junto aos parceiros institucionais. As reuniões técnicas foram realizadas por meio de videoconferências com os parceiros e usuários externos, e também foram cumpridas as verificações *in loco* no formato remoto a distância, com vistas a garantir a qualidade das informações.

Convém destacar que, no âmbito do Censo da Educação Básica, foi elaborado o instrumento da 2ª edição da pesquisa Resposta Educacional à pandemia de Covid-19. É importante citar que em decorrência das restrições desse período de pandemia, as atividades tiveram que ser reestruturadas e muitas vezes redefinidas e ampliadas, trazendo grandes desafios para que fossem cumpridas as metas institucionais, o que também trouxe inovações, como a realização de *lives* informativas e instrutivas para todo o Brasil no canal oficial do Inep no YouTube. Os resultados da coleta da primeira etapa foram apresentados em 31

de janeiro de 2022 no [YouTube](#).

No caso do Censo da Educação Superior, foi aperfeiçoado o processo de verificação *in loco* das IES com adaptação do processo de verificações para o formato de videoconferência, em decorrência da pandemia, bem como foram aperfeiçoados o ambiente de treinamento a distância e a comunicação com as instituições de educação superior por meio de *lives*, publicação de manuais de preenchimento, de boletins e de informativos referentes ao processo de coleta. Os dados referentes ao ano de 2020 estão em processamento e os resultados serão divulgados em 18 de fevereiro de 2022 (Portaria Inep nº 286, de 4 de agosto de 2021).

Destaque-se que, em 2021, foram disponibilizados à sociedade indicadores e relatórios sobre estatísticas internacionais comparadas: Taxas de Rendimento Escolar, referentes ao ano de 2020; Indicadores de Investimento Público em Educação para a Comparabilidade Internacional, Indicador de Remuneração Média dos Docentes da Educação Básica, referentes ao ano de 2018; e o Relatório Panorama da Educação Brasileira, no âmbito do relatório da OCDE *Education at a Glance* – EaG.

## PUBLICAÇÕES DE ESTUDOS E PESQUISAS

Quanto às publicações de estudos e pesquisas para subsidiar o planejamento, o monitoramento e a avaliação das políticas públicas educacionais do Brasil, o Inep publica, a cada dois anos, o Relatório de Monitoramento do PNE – 2014/2024. Em 2020, foi publicado o Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do PNE (2020), enquanto o Relatório do 4º Ciclo de Monitoramento das Metas do PNE será elaborado e publicado no ano de 2022. No que tange aos Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais, no ano de 2021 foram publicados: 1) Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais – Cenários do Direito à Educação – Volume 4; 2) Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais – Estratégias do Plano Nacional de Educação – Volume 5.

O Inep também publica a Revista Em Aberto, publicação monográfica, com periodicidade quadrimestral, cuja finalidade é estimular e promover a discussão de questões atuais e relevantes da educação brasileira. No ano de 2021, foram publicadas as edições de número 110: Linguagens artísticas e expressivas das crianças pequenas (v. 34 n. 110); número 111: Ensino de Sociologia (v. 34 n. 111); e número 112:

Enem e Gaokao – repercussões no ensino médio e da educação superior (v. 34 n. 112). A Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos – RBEP, criada em 1944, possui nota máxima no *Qualis Periódicos*, classificação da Capes para publicações científicas. Em 2021, foram publicadas três edições: números 260 a 262, com artigos inéditos resultados de pesquisas que apresentam consistência, rigor e originalidade na abordagem de temas que contribuem para a área da Educação.



## OBJETIVO ESTRATÉGICO 9:

### Regular e supervisionar instituições do Sistema Federal de Ensino e programas de pós-graduação

A atuação do Ministério da Educação, por meio da regulação e da supervisão das IES federais e privadas, visa assegurar a qualidade e a regularidade dos cursos superiores e das IES que os ofertam.

No ano de 2021, o Sistema Federal de Educação possuía 2.830 IES ativas. Apesar do cenário negativo imposto pela pandemia, foi dada celeridade aos processos, tendo sido expedidos 13.095 atos regulatórios, o que representou um aumento de mais de 39% em comparação ao ano anterior. Foram 1.576 novos cursos autorizados, 925 cursos reconhecidos, 8.214 cursos com renovação de reconhecimento e mais 596.198 novas vagas em cursos, conforme o sistema e-MEC (sistema eletrônico de acompanhamento dos processos que regulam a educação superior no Brasil).

No que concerne ao combate à prática de oferta irregular da educação superior e às ações relacionadas ao cumprimento da legislação educacional, foi apurado um total de 687 processos de supervisão em 2021, dos quais 33 encontram-se em fase recursal.

Relativamente à Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social – Cebas com atuação na área de educação, foram 1.184 decisões publicadas. Em novembro de 2021, o Ministério realizou um Webinário para orientar melhor as entidades acerca dos processos Cebas, o qual atingiu uma audiência consistente e um *feedback* positivo. No final de 2021, foi publicada também a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes e regula os procedimentos referentes à imunidade de contribuições à seguridade social.

Ainda em 2021, foi publicada a Portaria nº 794, de 6 de outubro de 2021, a qual trouxe alterações nas Portarias Normativas nº 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017. O foco das mudanças consistiu nos procedimentos referentes aos processos de credenciamento e reconhecimentos das IES do Sistema Federal de Ensino, buscando desburocratizar e dar mais agilidade nas decisões dos pedidos em trâmite no Ministério, bem como dar maior responsabilização às instituições reguladas e supervisionadas.

## OBJETIVO ESTRATÉGICO 10:

### Apoiar a formação de professores e profissionais da educação

O MEC desenvolve diversas ações voltadas a elevar a oferta e a qualidade da formação inicial e continuada de professores e profissionais da educação, com foco em docência e gestão voltadas a resultados, em todos os níveis e modalidades, alinhadas aos marcos regulatórios e às especificidades existentes, de modo a garantir a formação de indivíduos e profissionais capazes de lidar com um mundo em constante transformação e com as novas tecnologias e ferramentas digitais disponíveis no mercado. Além das diversas ações para formação de professores e profissionais mencionadas nos Objetivos Estratégicos anteriores, destacam-se as seguintes ações:

#### FORMAÇÃO INICIAL

No âmbito das ações de qualificação dos profissionais da educação básica, destaca-se o Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial e Continuada de Professores e Diretores Escolares, desenvolvido com o objetivo de apoiar técnica e financeiramente universidades que modernizarão os currículos de pedagogia e

licenciaturas, visando preparar os futuros professores com foco em vivência prática na escola e uso pedagógico das tecnologias. A readequação atende às diretrizes da Base Nacional Comum Curricular – BNCC, às matrizes e aos currículos estabelecidos pelas redes de ensino, às propostas pedagógicas curriculares das escolas de educação básica e à Base Nacional Comum – Formação Inicial. Em 2021, foram selecionadas quatro redes para ofertar cursos de pedagogia e licenciaturas a partir do 1º semestre de 2022. Serão formados 2.880 docentes até 2025.

Em 2021, diante do cenário provocado pela pandemia da Covid-19, o MEC, por meio da Capes, preocupou-se em manter a continuidade e a oferta de cursos de qualificação e capacitação para professores da educação básica. Foi empenhado o total de R\$ 547,7 milhões em bolsas e custeio, nos seguintes programas e ações:

O Programa Residência Pedagógica estimula a articulação entre a formação teórica e prática no âmbito dos cursos de licenciatura oferecidos pelas Instituições de Ensino Superior, estabelecendo parcerias com as escolas das redes públicas de educação básica. O Programa é voltado para licenciandos que se encontram na segunda metade do curso. Foram concedidas cerca de 30 mil bolsas para residentes, além de bolsas para professores da educação básica e do ensino superior,

com recursos de R\$ 173,4 milhões.

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – Pibid, destinado a estudantes que estão cursando a primeira metade dos cursos de pedagogia e licenciaturas, no ano de 2021, concedeu R\$ 197 milhões em bolsas a mais de 30 mil bolsistas de iniciação à docência, além de bolsas para professores da educação básica e do ensino superior para desenvolver projetos institucionais. Ressalta-se que os editais desses dois Programas previram a destinação do percentual mínimo de 60% das bolsas para áreas consideradas prioritárias: Alfabetização, Biologia, Ciências, Física, Língua Portuguesa, Matemática e Química.

O Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – Parfor visa contribuir para a adequação da formação inicial dos professores em serviço na rede pública de educação básica, mediante oferta de cursos de licenciatura correspondentes à área em que atuam. Por meio desse Programa, são fomentadas turmas especiais em cursos de primeira licenciatura, de segunda licenciatura e de formação pedagógica. Em 2021, o Programa atendeu a 8.447 professores cursistas, matriculados em 226 turmas especiais sediadas em 128 municípios de todo o Brasil, com recursos da ordem de R\$ 18 milhões.

Quanto à Universidade Aberta do Brasil – UAB, sistema integrado por universidades públicas que oferecem cursos de nível superior, prio-

ritariamente para a formação de professores, por meio da EaD. Em 2021, mais de mil novas turmas iniciaram as aulas em 69 instituições participantes, correspondendo a 30 mil novas vagas. Atualmente, a UAB conta com 124 mil estudantes matriculados em cursos de licenciatura, bacharelado, especialização e de tecnólogo. Participam do sistema 136 instituições públicas de ensino, com 890 polos.

## FORMAÇÃO CONTINUADA

Em relação à Formação Continuada, o MEC disponibilizou várias formações gratuitas e autoinstrucionais no Ambiente Virtual de Aprendizagem do MEC – Avamec, destinadas a professores e gestores de toda a educação básica. São formações para professores da educação infantil, do ensino médio (Novo Ensino Médio e Mundo do Trabalho), formação em educação empreendedora, educação financeira e educação esportiva.

Merecem destaque, em 2021, as iniciativas voltadas à formação de professores disponibilizadas para auxiliar milhares de docentes no contexto de enfrentamento dos desafios causados pela pandemia, tais como as formações: Aperfeiçoamento em Bem-Estar no Contexto Escolar, Aperfeiçoamento em Educação e Tecnologia e Atualização

em Gestão da Sala de Aula, com a finalidade de qualificar os docentes para a gestão de sala de aula, presencial e remota.

O MEC também oferta Formação Continuada para Profissionais da Educação Infantil, por meio da Plataforma Avamec, o objetivo é qualificar profissionais de creches e de pré-escolas brasileiras, com vistas ao estabelecimento de práticas pedagógicas criativas e teoricamente embasadas que contribuam para a formação integral da criança. Lançada em outubro de 2021, a formação autoinstrucional de 200 horas registrou, até janeiro de 2022, cerca de 9,7 mil profissionais certificados. No período de 20 de outubro de 2021 a 20 de janeiro de 2022, participaram mais de 100 mil professores e profissionais do curso de Formação para Profissionais da Educação Infantil.

Em agosto de 2021, foi instituído o Laboratório de Apoio à Inovação da Educação Básica do Brasil – LabInova, que tem o objetivo de fortalecer e apoiar professores e estudantes para ampliar o processo de ensino-aprendizagem com base no tripé Educação, Tecnologias e Inovação. Em outubro de 2021, foi lançado o Laboratório de Criatividade e Inovação da Educação Básica – LabCrie, com o objetivo de equipar um laboratório em cada uma das unidades da Federação, destinado à formação de professores para o uso pedagógico das tecnologias, inovação e robótica. Até dezembro de 2021, já tinham aderido ao Pro-

grama 24 unidades da Federação.

O Programa de Mestrado Profissional para Professores da Educação Básica – Proeb, também no âmbito do Sistema UAB, disponibilizou 2.620 vagas de mestrados profissionais em Matemática, Física, Letras, Artes, História, Biologia, Química, Filosofia, Educação Física, Sociologia e Inclusão, em 317 unidades de ensino.

**Formação Continuada para  
Pibid Profissionais da Educação Infantil**

**LabInova Residência Pedagógica**

**Programa Institucional de Fomento  
e Indução da Inovação da Formação Inicial  
e Continuada de Professores e Diretores Escolares**

**Programa Nacional de Formação de  
Professores da Educação Básica - Parfor**

**Labcrie Avamec  
Universidade Aberta do Brasil**

**Proeb**



## ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Importante ressaltar que as ações e os programas descritos neste capítulo contam com a atuação transversal da Assessoria de Comunicação Social do MEC, a fim de atingir seus públicos específicos e potencializar seus efeitos.

A área é responsável pela divulgação da imagem, da missão e das ações e objetivos estratégicos do Ministério, coordenando as campanhas publicitárias, com o objetivo de divulgar ações como: Fundeb, Enem, Sisu, Prouni, Fies, Novo Ensino Médio, Valorização dos Professores, Caminho da Escola, entre outras.

O trabalho de comunicação não apenas divulga e promove um canal com a sociedade, mas, principalmente, é instrumento de utilidade pública que informa e orienta a população a respeito dos benefícios e programas oferecidos pelo MEC, estabelecendo-os como instrumento vivo de transformação social.

Por meio do Relatório Anual de Atividades da ACS, disponível no [Portal do MEC](#), é possível ter acesso às seguintes informações:

- Gestão das Ações Executadas: detalhamento das peças, o quantitativo e o período de veiculação dos filmes, spots e dos anúncios, bem como o valor investido em cada uma delas;

- Resultado: total da verba investida na ação de publicidade no exercício de 2021, os contratos utilizados e sua evolução nos últimos três anos;
- Desempenho: análise da eficiência e a eficácia das ações de comunicação, ganhos financeiros em razão da eficiência da gestão e do acordo MEC/ABERT; e
- Relatório Analítico – Ação 4641 PUP: ações de publicidade detalhadas desenvolvidas no exercício de 2021.





## **4.2 RESULTADOS DAS PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO OU AÇÕES DA UPC**

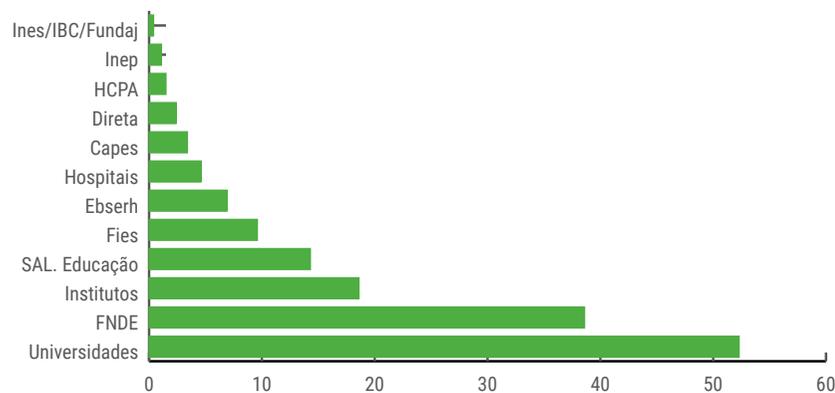
## GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

### EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

O orçamento do Ministério da Educação tem configuração plural, diversa e de grande capilaridade, formado por 156 Unidades Orçamentárias – UO.

A Lei nº 14.144, de 22 de abril de 2021, Lei Orçamentária Anual de 2021 – LOA 2021, e alterações realizadas até o encerramento do exercício, consignou, às unidades do MEC, dotação orçamentária de R\$ 153,5 bilhões, conforme a distribuição apresentada no gráfico a seguir.

Dotação atualizada 2021 por grupo de UO (R\$ bilhões)



Fonte: SIAFI / Tesouro Gerencial, 2021.

A Rede Federal de Ensino concentra 50% do orçamento do Ministério, sendo composta por 149 instituições, entre elas Universidades, Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica, Centros Federais de Educação Tecnológica – Cefets, Colégio Pedro II, Instituto Nacional de Educação de Surdos – Ines, Instituto Benjamin Constant – IBC, Fundação Joaquim Nabuco – Fundaj, Hospital de Clínicas de Porto Alegre – HCPA e os Hospitais Universitários Federais.

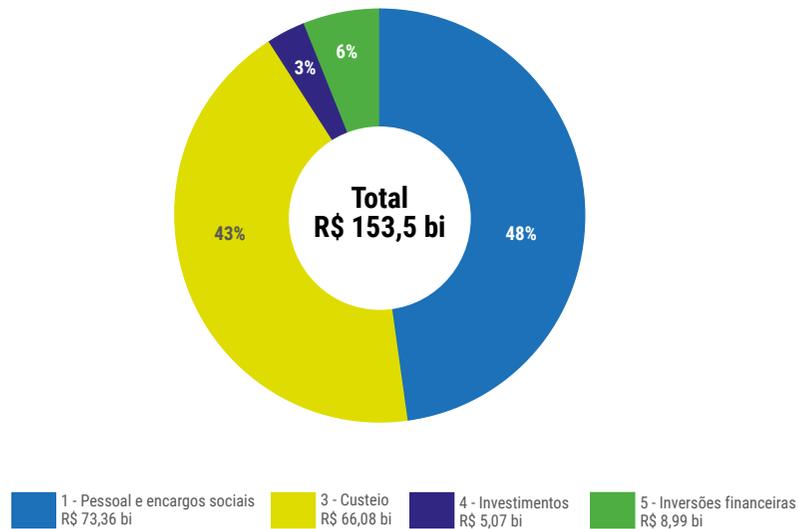
A composição da fatia restante do orçamento é formada por órgãos da Administração Direta (formada pelas secretarias e pelo Conselho Nacional de Educação – CNE) e da Administração Indireta (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, Inep, Capes e Ebserh). O FNDE também é responsável pela execução dos orçamentos do Fies e do Salário Educação.

#### Detalhamento por Grupo de Natureza de Despesa – GND:

Acerca da distribuição por GND destaca-se que a maior parcela do orçamento do Ministério da Educação está destinada às despesas com Pessoal e encargos sociais (GND 1) o que representa 48% do orçamento total, seguido das despesas com Custeio (GND 3) com 43%, Inversões financeiras (GND 5) com 6%, Investimentos (GND 4) com 3% e apenas o saldo de R\$ 14.269,00 em Reserva de Contingência (GND 9).

Cabe elucidar que as inversões financeiras correspondem à Concessão de Financiamento Estudantil e Integralização de Cotas em Fundos de Garantia do Fies, bem como R\$ 8,7 milhões alocados na Universidade Federal de São Paulo – Unifesp.

#### Dotação atualizada por GND (R\$ Bilhões)



Obs.: GND 9 Reserva de Contingência – 14.269 Milhão  
Fonte: SIAFI / Tesouro Gerencial, 2021.

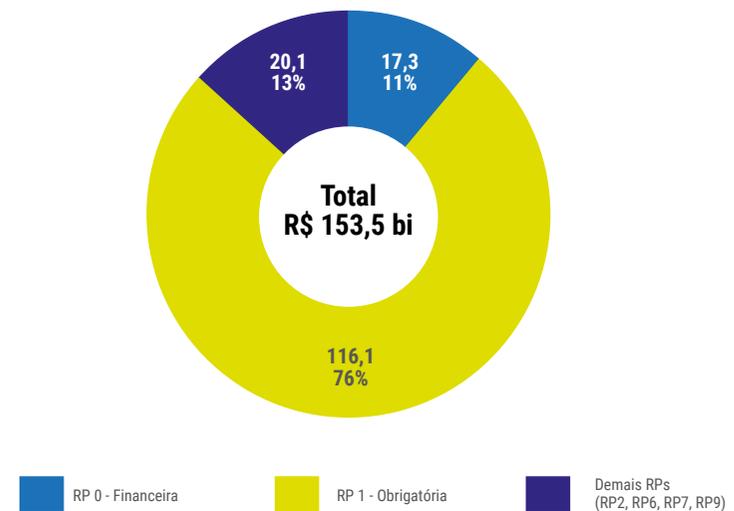
#### Detalhamento por Identificador de Resultado Primário – RP:

Observa-se que 76% do orçamento total do Ministério, cerca de R\$ 116,1 bilhões, está vinculado às Despesas Obrigatórias (RP 1) e apenas 13%, aproximadamente 20,1 bilhões, estão destinados aos gastos

com Despesas Primárias Discricionárias. Desse montante, cerca de R\$ 1,4 bilhão correspondeu a despesas decorrentes de emendas parlamentares RPs 6, 7 e 9. Essas despesas possuem procedimentos específicos para execução, conforme definição dos autores, no caso dos RPs 6 e 7, bem como, para alterações orçamentárias para todas as emendas, RPs 6, 7 e 9.

Logo, restaram apenas R\$ 18,7 bilhões para as despesas com o identificador de RP 2, recursos esses dotados de certa flexibilidade em sua alocação e que contribuem para a produção de bens e serviços públicos, por meio das políticas definidas pelo MEC.

#### Dotação atualizada por RP (R\$ Bilhões)



Fonte: SIAFI / Tesouro Gerencial, 2021.

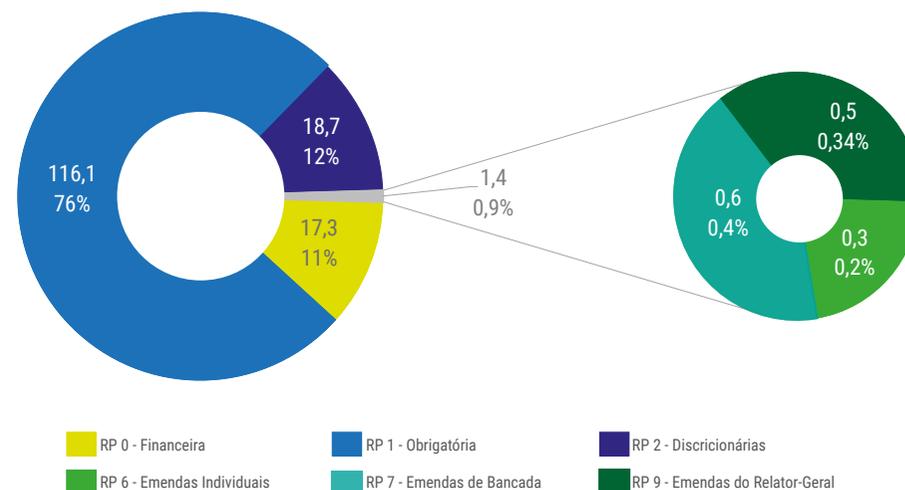
No tocante às despesas financeiras, constam os gastos relacionados ao Fies no que se refere às Operações de Crédito Educativo – Fgeduc, bem como despesas com encargos sociais.

As despesas obrigatórias correspondem aos gastos com pessoal, benefícios (transporte, alimentação, assistência médica, pré-escolar e funeral), ajudas de custo e despesas com políticas obrigatórias, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE, Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, Cota parte do Salário Educação, Complementação do Fundeb e Fies.

No ano de 2021, cabe destacar a disponibilização de crédito extraordinário no montante de R\$ 3,5 bilhões, por meio da Medida Provisória nº 1.088, de 29 de dezembro, para assistência financeira à garantia de acesso à internet junto às escolas de educação básica, em virtude da calamidade pública decorrente da Covid-19, despesa estabelecida pela Lei nº 14.172, de 10 de junho de 2021.

Vale lembrar que as despesas obrigatórias e financeiras advêm de imperativos constitucionais ou legais, portanto, não há margem para definição de montante e aplicação.

Dotação atualizada por RP (R\$ Bilhões)



Fonte: SIAFI / Tesouro Gerencial, 2021.

R\$ Bilhões

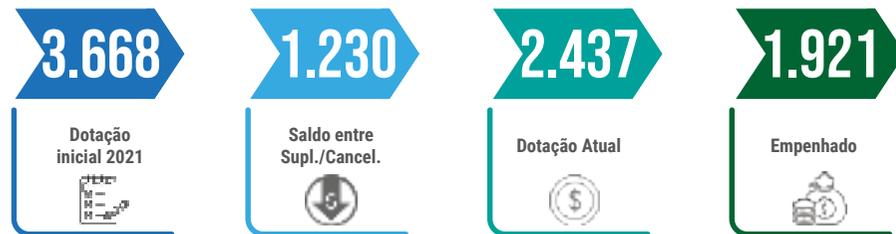
RESULTADO PRIMÁRIO	DOTAÇÃO ATUAL	DESPESAS EMPENHADAS	% DESPESAS EMPENHADAS
RP 1 - Obrigatórias	116,1	111,9	96%
RP 2 - Discricionárias	18,7	18,5	99%
RP 0 - Financeira	17,3	13,7	80%
RP 9 - Emendas do Relator-Geral	0,5	0,5	100%
RP 6 - Emendas Individuais	0,3	0,3	98%
RP 7 - Emendas de Bancada	0,6	0,6	98%
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>153,5</b>	<b>145,5</b>	<b>95%</b>

Fonte: SIAFI / Tesouro Gerencial, 2021.

## EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

No que tange à Unidade Orçamentária 26101, correspondente à Administração Direta do Ministério e objeto deste Relatório de Gestão, foram alocados, inicialmente, R\$ 3,6 bilhões, restando ao final do exercício de 2021, R\$ 2,4 bilhões.

R\$ Milhões



Fonte: SIAFI / Tesouro Gerencial, 2021.

A redução corresponde ao saldo de suplementações e cancelamentos realizados durante o ano, com destaque para o decréscimo de R\$ 1,37 bilhão nas despesas com pessoal (GND 1), composto, sobretudo, pelas políticas do Banco de Professor Equivalente (BQEP) e do Quadro de Referência de Técnicos Administrativos em Educação (QRTae).

Importante citar o ocorrido em 2021, em que R\$ 473,1 milhões do orçamento inicial da Administração Direta estavam alocados no “Órgão 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa”, no intuito de atender à “Regra de ouro”, prevista no inciso III, do art. 167 da Constituição Federal de 1988.

A aprovação da Lei nº 14.127, de março de 2021, alterou a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO/2021), nº 14.116, de 31 de dezembro de 2021, permitindo a utilização das programações condicionadas mediante a substituição das fontes de operações de crédito condicionadas por outras fontes de recursos.

Nesse sentido, por intermédio de ato próprio, o Ministério da Economia – ME editou a Portaria nº 5.454, de 11 de maio de 2021, que cancelou recursos discricionários (RP 2) destinados para a Unidade Orçamentária 93205 (Recursos do Ministério da Educação) para a suplementação na Unidade Orçamentária 26101 (Administração Direta), permitindo, desse modo, a execução dessas programações.

De forma correlata às despesas discricionárias, o ME editou portarias entre os meses de março e outubro, remanejando dotações de despesas obrigatórias para custeio de pessoal da UO 93205 para UO 26101.

### Dotação inicial



Fonte: SIAFI / Tesouro Gerencial, 2021.

### Detalhamento por Função e Subfunção:

O orçamento da UO 26101 se subdivide em duas funções, preponderantemente a 12 – Educação, que compôs 89% das despesas empenhadas em 2021, e a 09 – Previdência Social. Cabe mencionar que houve o dispêndio de R\$ 79.041,26 em 2021 na função 28 – Encargos Especiais.

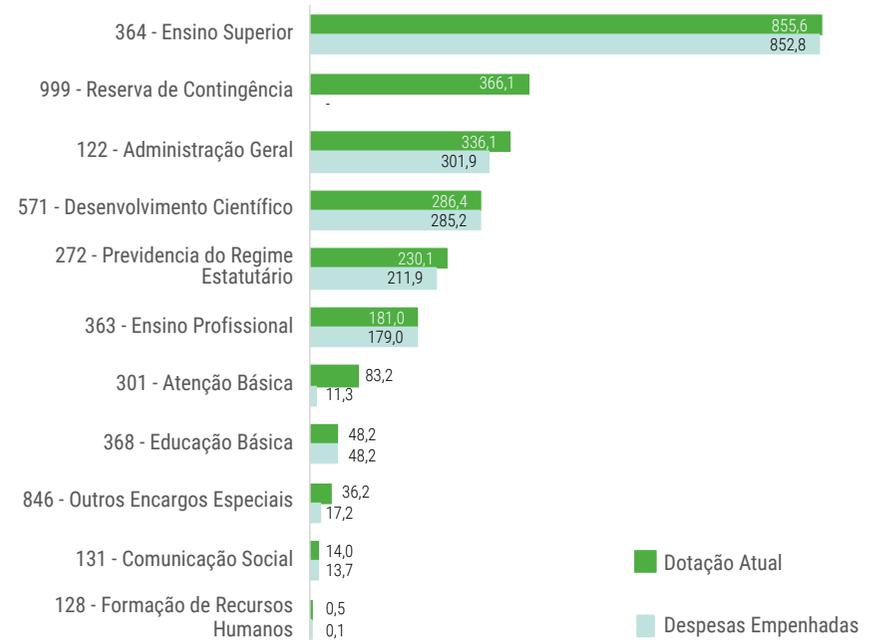
### Execução por função



Obs.: Função 28 – Encargos Especiais R\$ 79.041,26 em 2021.  
Fonte: SIAFI / Tesouro Gerencial, 2021.

Ao avaliarmos a composição dos recursos por subfunção, consta prevalência de alocação na 364 – ensino superior, ao qual, isoladamente, representa 35% do orçamento da UO. É oportuno mencionar que a baixa representatividade da função 368 – educação básica deve-se ao fato de que o FNDE é o principal executor das políticas da Pasta relativas a esse nível de ensino.

### Execução por subfunção

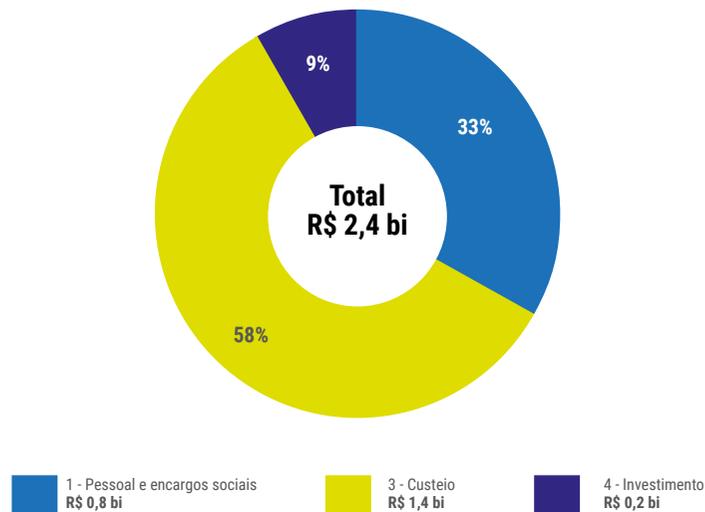


Fonte: SIAFI / Tesouro Gerencial, 2021.

### Detalhamento por Grupo de Natureza de Despesa – GND

Partindo da dotação atualizada sob a ótica de GND, observa-se que a maior parcela restou alocada em despesas com Custeio (GND 3), 58% do total, seguido das despesas com Pessoal e Encargos Sociais (GND 1), que representaram 33% do orçamento total e Investimentos (GND 4) com 9%.

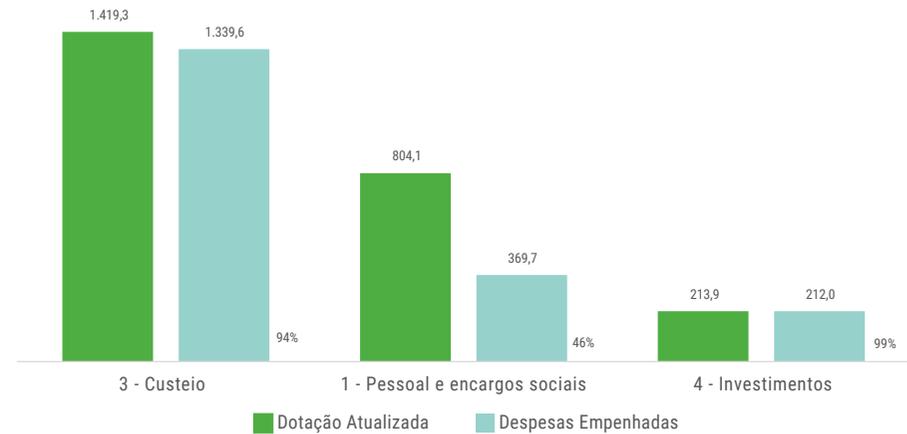
Dotação atual por GND (R\$ Bilhões)



Fonte: SIAFI / Tesouro Gerencial, 2021.

Sob o aspecto de execução, o maior desempenho alcançado foi em Investimento (GND4), com 99% das despesas empenhadas. Por outro lado, o orçamento com Pessoal e Encargos sociais (GND 1) encerrou o ano com apenas 46% de empenho, devido principalmente à não utilização de recurso de Reserva de Contingência Financeira.

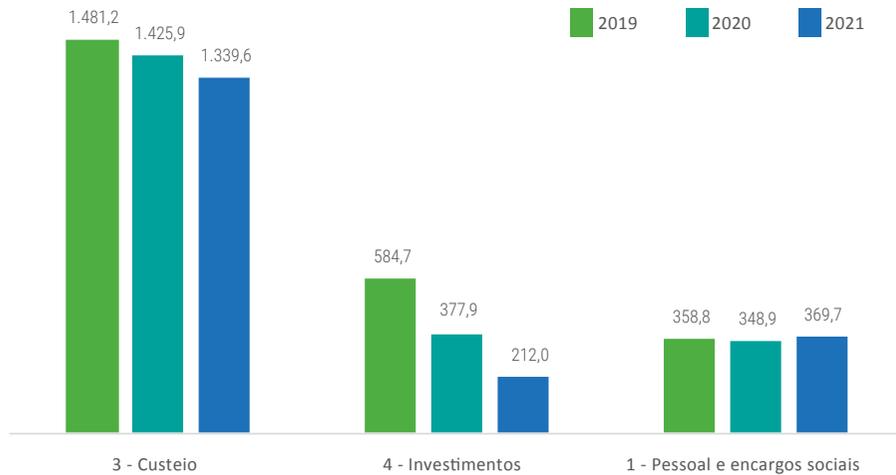
Dotação atual x execução orçamentária por GND (R\$ Bilhões)



Fonte: SIAFI / Tesouro Gerencial, 2021.

Ao compararmos os valores empenhados em 2021 com os exercícios anteriores, constata-se tendência de redução nos GNDs 3 e 4, em especial aos dispêndios com investimento.

### Empenhos por GND 2019 a 2021 (R\$ Milhões)

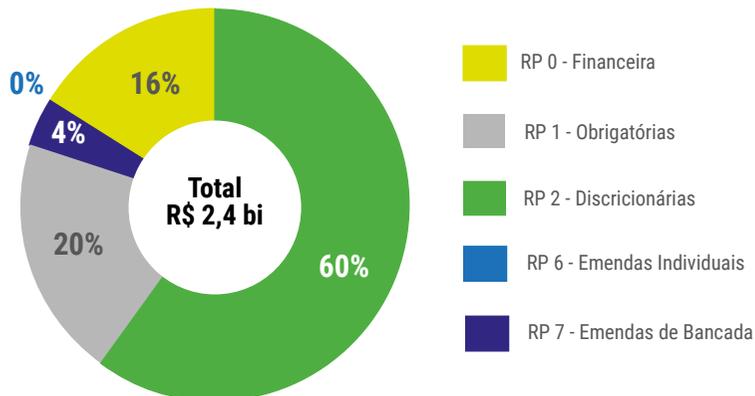


Fonte: SIAFI / Tesouro Gerencial, 2021.

### Detalhamento por identificador de Resultado Primário – RP

Em relação a esse classificador, cabe sinalizar a execução de RP 2, que correspondeu a 60% da dotação atual.

### Dotação atual por RP (R\$ Bilhões)



Fonte: SIAFI / Tesouro Gerencial, 2021.

Ao avaliar a execução por RP, verifica-se desempenho baixo apenas no RP 0 – despesas financeiras, que alcançou 4,3% de despesas empenhadas. Sobre esse aspecto, cabe elucidar que a maior parte dessa rubrica corresponde ao saldo de R\$ 366 milhões da reserva de contingência não passível de utilização.

Ressalta-se que, apesar dos grandes desafios enfrentados durante o ano de 2021, ainda em decorrência da pandemia de Covid-19, o MEC terminou o exercício com 99,5% na execução do RP 2 (despesas discricionárias), o que demonstrou um eficiente desempenho na gestão dos recursos, do planejamento e da execução das políticas públicas educacionais.

### R\$ Milhões

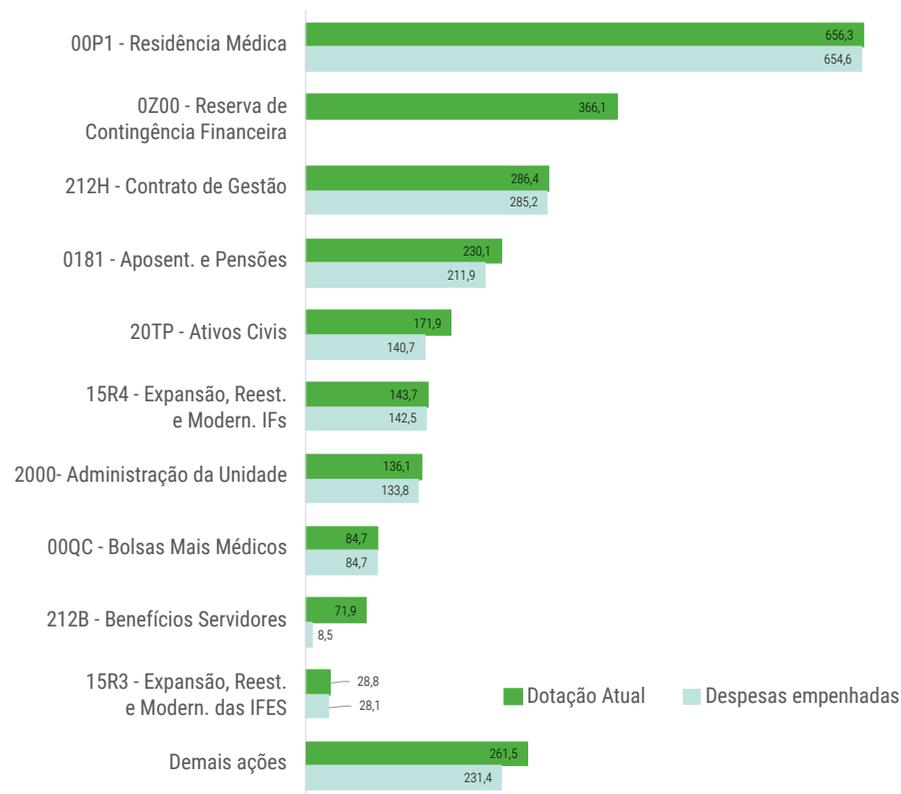
RP	DOTAÇÃO ATUAL	DESPESAS EMPE-NHADAS	% DESPESA EMPE-NHADA
RP 0 - Financeira	402,2	17,1	4,3%
RP 1 - Obrigatórias	485,1	363,8	75,0%
RP 2 - Discricionárias	1.452,6	1445,9	99,5%
RP 6 - Emendas Individuais	10,5	9,6	91,0%
RP 7 - Emendas de Bancada	86,9	84,9	97,7%
<b>TOTAL</b>	<b>2.437,3</b>	<b>1.921,3</b>	<b>78,8%</b>

Fonte: SIAFI / Tesouro Gerencial, 2021.

## Detalhamento por Ação Orçamentária

As ações com maior representatividade no âmbito da Administração Direta são a 00P1 – Residência Médica, 212H – Contratos de Gestão, 0181 – Aposentadorias e pensões, 20TP – Ativos civis da União e 15R4 – Expansão, reestruturação e modernização dos IFs que juntos representaram mais de 61% do orçamento total.

## Execução por ação



Fonte: SIAFI / Tesouro Gerencial, 2021.

## Execução por Elemento de Despesa

Do orçamento empenhado, 57% foram detalhados nos elementos 48 – Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas e 39 – Outros serviços de terceiros PJ. O primeiro composto, em suma, pelas despesas de apoio à Residência em Saúde e às bolsas do Programa Mais Médicos. O outro elemento se refere, principalmente, aos contratos de gestão firmados durante o exercício de 2021.

## Em Milhões

ELEMENTO	DESPESAS EMPENHADAS	PERCENTUAL
48 - Outros aux. fin. PF	643,42	33%
39 - Outros serv. de terceiros PJ	464,71	24%
01 - Aposentadoria RPPS	131,61	7%
11 - Vencimentos - Pessoal	129,05	7%
47 - Obr. Tributárias e Contributivas	109,67	6%
52 - Equipam. e Material Permanente	101,21	5%
51 - Obras e Instalações	94,14	5%
03 - Pensões RPPS	79,71	4%
37 - Locação de mão de obra	56,33	3%
40 - Serviços de TIC - PJ	54,00	3%
Demais elementos de despesa	57,42	3%

Fonte: SIAFI / Tesouro Gerencial, 2021.

## PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

Um dos maiores desafios encontrados foi a manutenção de uma execução consistente, mesmo com a sanção tardia da LOA 2021 e o prosseguimento da pandemia mundial, que impactaram no planejamento e na execução de políticas educacionais. A SPO/SE contribuiu para o bom desempenho do órgão ao promover interlocução com a equipe econômica do Governo em busca de melhoria no contexto orçamentário, bem como atuação junto às unidades vinculadas, visando à manutenção das políticas e dos projetos prioritários da Pasta.

Além disso, na área orçamentária, vale destacar, entre outras, as seguintes adversidades:

### I. Tardia sanção LOA

A Lei Orçamentária Anual de 2021 foi sancionada com vetos parciais em 22 de abril de 2021. Contudo, de modo a permitir a execução provisória, a Lei nº 14.116, de 2021 – Lei de Diretrizes Orçamentárias 2021, em seu artigo 65, inciso V, permite o início da execução de despesas de custeio de caráter inadiáveis até o limite de um doze avos do valor previsto na LOA. Essa situação perdurou pelos quatro primeiros meses do exercício, de modo que as despesas previstas com investimentos foram represadas até a data da sanção. Em 12 de fevereiro de 2021,

foi publicado o Decreto nº 10.625, de 11 de fevereiro de 2021 que, entre as disposições, instituiu limites para a movimentação e o empenho dos valores referentes aos duodécimos, fato que restringiu ainda mais a execução do orçamento no início do exercício.

### II. Veto parcial

Conforme informado anteriormente, a Lei nº 14.144 de 2021, foi sancionada com vetos parciais.

No âmbito das despesas do MEC, o veto correspondeu a R\$ 1.186,7 milhão, sendo R\$ 216,4 milhões em emendas do Relator (RP 9); R\$ 215 milhões que representam a totalidade das emendas de Comissão (RP 8) apresentadas; R\$ 135,4 milhões em emendas de bancada estadual (RP 2); e R\$ 619,9 milhões em despesas primárias discricionárias (RP 2), o que incidiu, principalmente, sobre as despesas de investimento que compunham a proposta inicial enviada pelo executivo.

O MEC continuará atuando para promover a efetiva gestão e execução do orçamento, ampliando a capacidade de planejamento e intervindo de forma tempestiva para efetuar as alterações necessárias, de forma a propiciar que as entregas/ações programadas no âmbito das políticas educacionais desenvolvidas pelo MEC alcancem os melhores resultados possíveis. Para o próximo exercício, destacam-se as seguintes atividades:

- I. aprimoramento dos Painéis Dinâmicos Orçamentários;
- II. melhoria nos procedimentos internos para suprir demandas de informações no que tange ao processo orçamentário, tanto de âmbito interno quanto externo;
- III. aperfeiçoamento dos controles relacionados ao acompanhamento da execução das emendas parlamentares;
- IV. desenvolvimento dos módulos orçamentários no Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle – Simec;
- V. continuidade das atividades do Grupo de Trabalho responsável pela análise das ações orçamentárias que compõem as despesas com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) na União;
- VI. prosseguimento das ações de difusão de conhecimento no âmbito da Gestão Orçamentária e Financeira.

## GESTÃO DE CUSTOS

O Sistema de Custos do Governo Federal foi instituído pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, por meio da Portaria nº 157, de 9 de março de 2011, visando evidenciar os custos dos programas e das unidades da Administração Pública Federal, sendo estruturado sob a forma de um subsistema organizacional da Administração Pública Federal brasileira e vinculado ao Sistema de Contabilidade Federal.

Integram o Sistema:

- I. a STN, como órgão central; e
- II. os órgãos setoriais (unidades de gestão interna dos Ministérios e da Advocacia-Geral da União – AGU).

Segundo a supracitada Portaria, os órgãos setoriais são responsáveis pelo acompanhamento de custos no SIC. Nesse sentido, o MEC tem adotado diversas iniciativas com o intuito viabilizar a realização deste acompanhamento. Entre essas iniciativas, destaca-se a criação pela Portaria SE/MEC nº 1.749, de 28 de dezembro de 2011, do Órgão Setorial do Sistema de Custos do MEC, tendo como competências, entre outras, a apuração de custos dos projetos e das atividades no âmbito do Ministério, o apoio ao órgão central do Sistema de Custos do Governo Federal, a elaboração e análise de relatórios extraídos do SIC e a promoção e disseminação das informações de custos nas suas entidades vinculadas.

Com o advento desse instrumento normativo, a Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do MEC passou a desempenhar a função de setorial de custos de órgão superior do MEC, sendo responsável pelo acompanhamento e pela orientação das suas unidades vinculadas.

Cabe ressaltar que o MEC possui uma grande diversidade de unidades vinculadas, composta por 117 órgãos, entre autarquias, fundações,

empresas públicas e secretarias finalísticas, totalizando 156 unidades orçamentárias e 957 unidades gestoras executoras ativas (números atualizados em janeiro de 2022). Diante dessa complexa estrutura de órgãos e entidades, em 2020, foi realizado um levantamento pormenorizado de atividades do sistema federal de Contabilidade, que deu origem a uma proposta de criação da Coordenação-Geral de Contabilidade e Custos – CGC, no âmbito da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do MEC – SPO/SE/MEC, a partir da reestruturação da Coordenação de Contabilidade e Custos – CCON, atualmente subordinada à Coordenação-Geral de Finanças da SPO – CGF/SPO. Contudo, a institucionalização da setorial de contabilidade e custos no âmbito da SPO/MEC depende de alteração na estrutura de cargos do Ministério. Atualmente, a proposta de criação da CGC encontra-se em processo de avaliação.

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS

As demonstrações contábeis do MEC são elaboradas em consonância com os dispositivos legais vigentes e a partir das informações do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi e consolidam o grupo de unidades gestoras que

compõem a UPC-MEC. Nos termos da IN TCU nº 84/2020 e da DN TCU nº 187/2020, as demonstrações contábeis e respectivas notas explicativas referentes ao exercício 2020 serão disponibilizadas no [Portal do MEC](#) até o dia 31 de março de 2021.

## GESTÃO DE PESSOAS

### CONFORMIDADE LEGAL

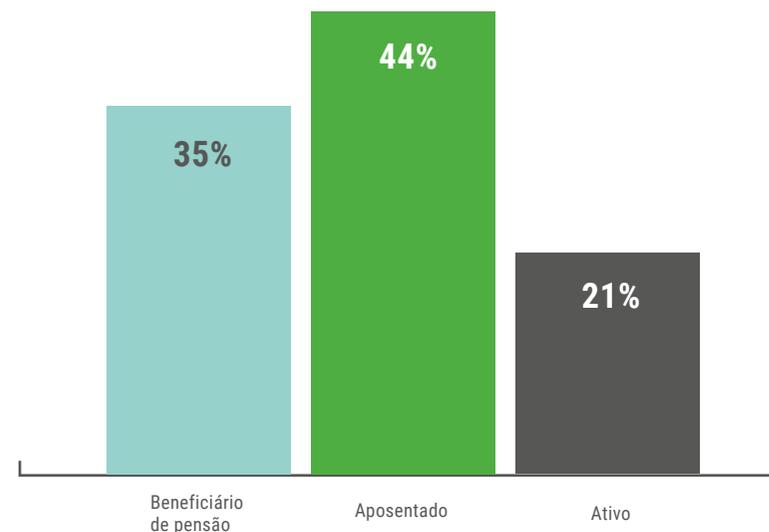
O Ministério da Educação segue as orientações do conjunto de regras e diretrizes estabelecidas ou referendadas pelo Governo Federal, garantindo a conformidade com a Lei nº 8.112, de 11 de novembro de 1990, e com as normas que são aplicáveis à Gestão de Pessoas. Nesse sentido, há acompanhamento permanente das normas e orientações expedidas pela Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal – SGP, Órgão Central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal – Sipec, visando ao conhecimento e ao cumprimento das normas e à orientação às unidades vinculadas.

## AVALIAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO: DISTRIBUIÇÃO POR ÁREAS E/OU SUBUNIDADES OU UNIDADES VINCULADAS; PRINCIPAIS CATEGORIAS

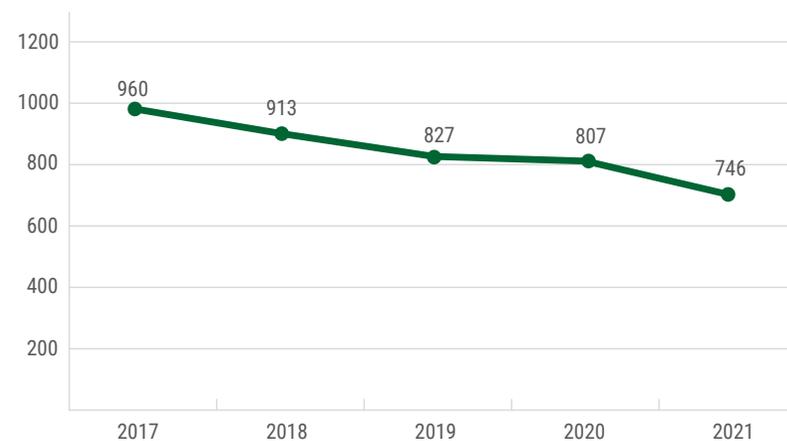
Como o MEC não tem autorização para realizar novos concursos, tem-se orientado e auxiliado as demais unidades subordinadas para a realização de processos seletivos de movimentação para composição da força de trabalho, conforme previsto no art. 93, § 7º, da Lei nº 8.112, de 1990, e na Portaria ME nº 282, de 24 de julho de 2020. A Medida Provisória nº 1.009, de 13 de novembro de 2020, permitiu a prorrogação, até 2 de maio de 2022, de 27 contratos por tempo determinado. Destaca-se que, subsidiariamente, houve a realização de processos seletivos para atuação de servidores em projeto de colaboração técnica, no âmbito de unidades do MEC, em conformidade com o art. 26-A da Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, e com o art. 30 da Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012.

Conforme dados extraídos do Siape/DW, o Quadro de Pessoal do MEC é distribuído, por situação funcional, da seguinte forma:

Situação funcional do MEC



Evolução do quadro de servidores de carreira - MEC

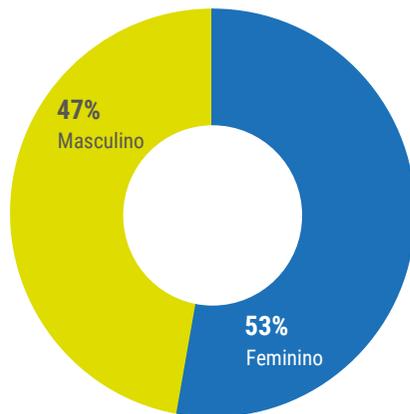


Fonte: Relatório de Gestão da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas, 2021.

SERVIDORES				
Servidores de carreira vinculada ao MEC	Servidores de outros Órgãos em exercício no MEC	Servidores do MEC em exercício em outros Órgãos	Sem vínculo	CTU
564	209	182	189	22
48%	18%	16%	16%	2%
<b>TOTAL: 1.166</b>				

Fonte: Extração SAPE/DW dezembro de 2021.

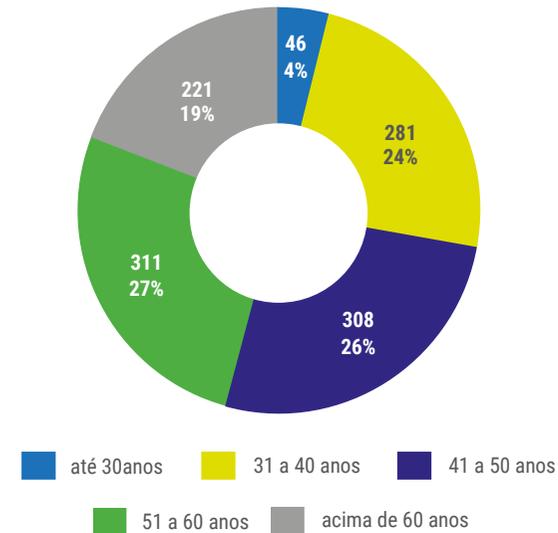
### Quantidade de servidores por sexo



Fonte: Relatório de Gestão da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas, 2021.

A distribuição, por faixa etária, do quadro de servidores em atividade mostra o envelhecimento da força de trabalho:

### Distribuição dos servidores do MEC por faixa etária

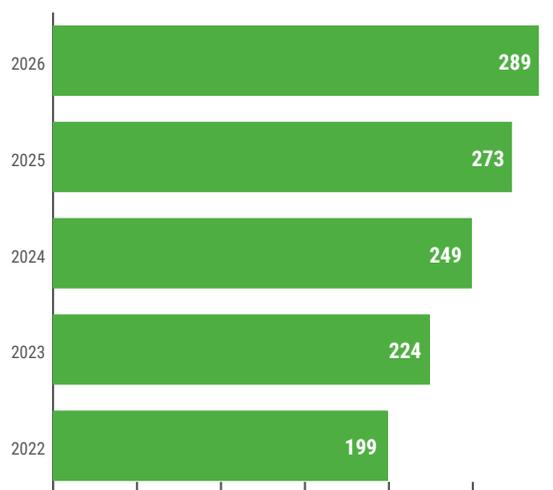


Fonte: Relatório de Gestão da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas, 2021.

## ESTRATÉGIA DE RECRUTAMENTO E ALOCAÇÃO DE PESSOAS, SITUAÇÃO DE SERVIDORES COM CONDIÇÕES DE APOSENTADORIA

No ano de 2021, foram publicadas aposentadorias de 45 servidores do MEC. Porém, o número de servidores que alcançam o direito à aposentadoria aumenta a cada ano, o que pode acarretar uma diminuição brusca do quantitativo de servidores em breve, conforme previsão apresentada no gráfico a seguir.

### Previsão de aposentadoria por idade 2022 - 2026



Fonte: Relatório de Gestão da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas, 2021

### DETALHAMENTO DA DESPESA DE PESSOAL (ATIVO, INATIVO E PENSIONISTA), EVOLUÇÃO DOS ÚLTIMOS ANOS E JUSTIFICATIVA PARA O AUMENTO/A DIMINUIÇÃO.

O controle adotado na gestão da folha de pagamento é realizado em observância às normas do Ministério da Economia, aos comunicados enviados pelo órgão central por meio do Siape e às auditorias realizadas na folha de pagamento de forma preventiva pelo Órgão Central.

EXERCÍCIO	2019	2020	2021
Ativos	R\$ 114.906.375,21	R\$ 109.757.631,64	R\$ 108.757.365,36
Inativos	R\$ 129.642.128,80	R\$ 127.158.206,18	R\$ 121.858.058,98
Pensionistas	R\$ 75.015.749,93	R\$ 74.020.417,10	R\$ 73.627.931,76
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 319.564.253,94</b>	<b>R\$ 310.936.254,92</b>	<b>R\$ 304.243.356,10</b>

Fonte: Relatório de Gestão da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas, 2021.

Observa-se uma redução de aproximadamente 5% com despesas de pessoal, nos últimos três anos. A folha de pagamento geralmente apresenta crescimento vegetativo, em decorrência de progressões e promoções nas carreiras, ainda que não haja reposição de perdas ou aumento de salários. No caso vertente, observa-se comportamento diverso, em virtude da redução da força de trabalho do órgão, durante o mesmo período.

As informações referentes à remuneração dos servidores ativos encontram-se disponibilizadas no *site* do Governo Federal: <http://www.portaltransparencia.gov.br/servidores/lista-consultas>.

As informações referentes à remuneração dos servidores inativos do Poder Executivo Federal encontram-se disponíveis no *site*: <https://www.gov.br/servidor/pt-br>.

## ESTRATÉGIA DE VALORIZAÇÃO POR DESEMPENHO E LEVANTAMENTO DE NECESSIDADES DE TREINAMENTO

Ao longo do ano de 2021, os servidores do MEC participaram de ações de capacitação e desenvolvimento, promovidas em formato Educação a Distância (EaD). Foram capacitados 185 servidores, que participaram de 20 ações de capacitação internas e/ou externas, totalizando 206 capacitações.

Durante os meses de agosto e setembro de 2021, foi realizado o 1º processo seletivo de afastamento para participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu atendendo ao disposto no Decreto nº 9.991, de 2019. Dois servidores foram aprovados e afastados para realização de cursos de doutorado nas áreas de Educação e Antropologia Social.

Durante os meses de outubro e novembro, foi realizado um processo seletivo para concessão de vagas para servidores do MEC no MBA em Gestão Pública (EaD), oferecido pela Enap em parceria com o MEC, a ser realizado em 2022. O curso tem como objetivo capacitar agentes públicos para atuarem em processos de melhoria da Administração Pública no Brasil, com foco em competências que promovam a visão holística e integrada dos problemas e desafios da gestão governamental e que incentivem a postura focada em

resultados, colaborativa e transparente na construção de soluções de políticas públicas.

Em outubro de 2021, foi realizado o ciclo de avaliação individual de desempenho dos servidores do MEC, aferido anualmente e que utiliza como referência as metas de desempenho individual somadas ao cumprimento das metas de desempenho institucional definidas para cada ciclo avaliativo.

O servidor do MEC, conforme o cargo efetivo que ocupa, faz jus à Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – GDPGPE; Gratificação de Desempenho de Atividade de Cargos Específicos – GDACE e Gratificação de Desempenho de Atividade em Políticas Sociais – GDAPS. Apresentamos, no quadro a seguir, o quantitativo de servidores avaliados por tipo de gratificação.

GRATIFICAÇÃO	QUANTIDADE DE SERVIDORES AVALIADOS
GDPGPE	631
GDACE	23
GDAPS	27

Fonte: Relatório de Gestão da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas, 2021.

Por fim, em novembro de 2021, foi implementado o Programa de Gestão no âmbito do MEC. O Programa de Gestão do MEC é um novo modelo de trabalho proposto com base na Instrução Normativa nº 65,

de 30 de julho de 2020, e autorizado pelo Ministro da Educação por meio da Portaria MEC nº 267, de 30 de abril de 2021.

O Programa de Gestão institucionalizou o teletrabalho, no MEC. Dessa forma, os servidores poderão realizar demandas de maneira presencial ou remota. No primeiro mês de funcionamento do Programa de Gestão, cerca de 100 servidores aderiram ao programa e desempenharam suas atividades na modalidade de teletrabalho.

## PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

Para o exercício de 2021, constou no Plano Estratégico Institucional o projeto de aprimoramento da gestão da força de trabalho, consubstanciado na aplicação da metodologia de dimensionamento desenvolvida pela Universidade de Brasília – UnB, em parceria com o Ministério da Economia. Foi realizado um piloto nessa Pasta, concluído em junho de 2021, em que foi possível observar a oportunidade de aprimoramento da metodologia para uma aplicação posterior às demais unidades do MEC, tendo sido sobrestado o projeto nesse estágio, até ulterior disponibilização dos ajustes necessários.

Uma iniciativa importante, que veio somar-se a esse esforço, especialmente impulsionada pelo contexto da pandemia, foi a implementação do Programa de Gestão, amparado na Instrução Normativa nº 65,

de 2020, que tem por objetivo possibilitar a mensuração da produtividade e dos resultados das respectivas unidades e do desempenho dos participantes em suas entregas, por meio de metas, prazos e entregas previamente definidos, apresentando-se como instrumento de suporte à gestão da força de trabalho.

Para os próximos exercícios, tomam-se como desafios a consolidação de uma cultura de simplificação, digitalização e automatização de processos de trabalho, visando proporcionar mais autonomia aos servidores, melhorar a distribuição da carga de trabalho, consolidar as possibilidades de teletrabalho e possibilitar melhor alocação da força de trabalho de acordo com as necessidades da Administração e as competências e os perfis existentes no corpo funcional deste Ministério.

## GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

### CONFORMIDADE LEGAL

Os processos de trabalho relativos às aquisições de bens e às contratações de serviços são estruturados de forma a assegurar a plena observância/aderência aos normativos vigentes, em especial: Lei nº 8.666, de 1993; Lei nº 10.520, de 2002; Decreto nº 10.024, de 2019; Lei Complementar nº 123, de 2006; Portaria Seges/ME nº 8.678, de

2021; Instrução Normativa Seges nº 05, de 2017; Instrução Normativa Seges nº 73, de 2020; Instrução Normativa Seges nº 40, de 2020; Instrução Normativa Seges nº 01, de 2019; Instrução Normativa SGD nº 01, de 2019; todas com suas respectivas atualizações; e os modelos disponibilizados pela Advocacia-Geral da União – AGU.

Além disso, salientam-se as Portarias: nº 118, de 10 de março de 2016, que estabelece os parâmetros para a realização do acompanhamento e da fiscalização de execução de contratos de terceirização no âmbito desta Pasta; e nº 120, de 9 de março de 2016, que institui o rito do Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade – PAAR para infrações praticadas por fornecedores neste Ministério.

Em 2021, foi sancionada a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelece normas gerais de licitações e contratos para a Administração Pública Direta, autárquica e fundacionais da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Contudo, em disposições finais e transitórias, restou estabelecido que a Administração pode optar por licitar ou contratar diretamente de acordo com a nova lei ou com as leis vigentes, observando que a opção escolhida deverá ser indicada expressamente no edital, no aviso ou no instrumento de contratação direta, vedada a aplicação combinada da nova lei com as demais. Em relação aos mecanismos de controle, o Ministério mapeou riscos, em 2021, identificando atos e fatos administrativos, internos e externos,

que poderiam afetar o procedimento inicial para instrução processual de aquisição de bens e contratação de serviços.

Foram iniciadas, também, as atividades para a descrição de procedimentos operacionais padrões, de modo que a autoavaliação do funcionamento das unidades envolvidas pudesse garantir maior alinhamento e confiabilidade no procedimento; obediência (*compliance*) aos normativos, às leis e à redução de fluxos para dar celeridade.

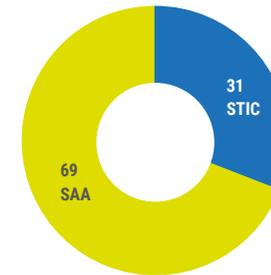
Buscou-se, além disso, uma melhoria nos controles relacionados à primeira linha de defesa, especialmente com a criação de planilhas de controle de contratos; a padronização de documentos; discussão de *checklists* para acompanhamento e monitoramento dos atos processuais; intensificação de reuniões com os integrantes das equipes de planejamento da contratação de diferentes áreas e a atualização do Portal do MEC para licitações.

O Ministério, atento a essa nova realidade, tem capacitado seus servidores, em especial aqueles responsáveis pela operacionalização das aquisições de bens e contratações de serviços de suprimentos administrativos do MEC, de modo que possam efetivar entregas importantes a esta Pasta.

## RESUMO DOS VALORES DE CONTRATAÇÕES CLASSIFICADAS PELOS PRINCIPAIS TIPOS DE SERVIÇOS OU BENS, BEM COMO COM A INDICAÇÃO DAS ÁREAS DA ORGANIZAÇÃO FAVORECIDAS COM A AQUISIÇÃO

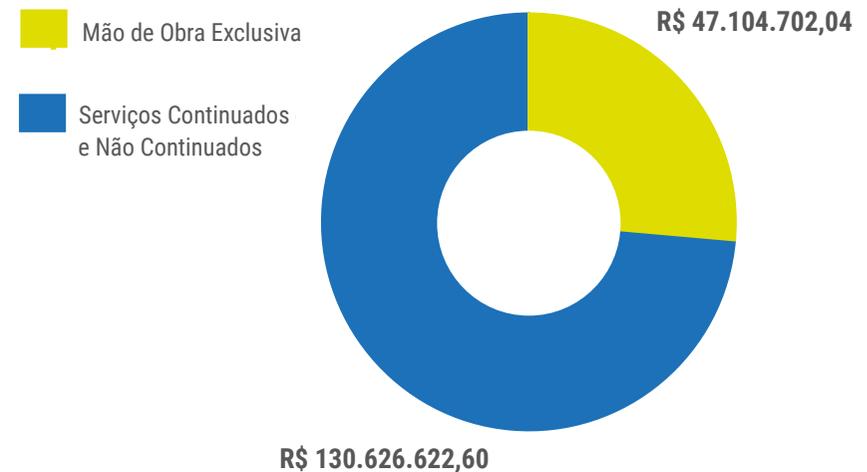
No exercício de 2021, dos 69 contratos vigentes, 11 tinham como objeto a prestação de serviço com dedicação de mão de obra exclusiva, todos sob gestão e fiscalização da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos da SAA. O valor global dos 69 contratos vigentes, em 2021, era de R\$ 177.731.324,64, sendo R\$ 47.104.702,04 de contratos de prestação de serviço com mão de obra exclusiva e R\$ 130.626.622,60 de contratações de serviços (continuados sem dedicação de mão de obra e não continuados).

### Contratos vigentes



Fonte: Comprasnet Contratos 4.0 - quantitativo de contratos vigentes no exercício de 2021.

### Valor contratos de prestação de serviços vigentes - SAA

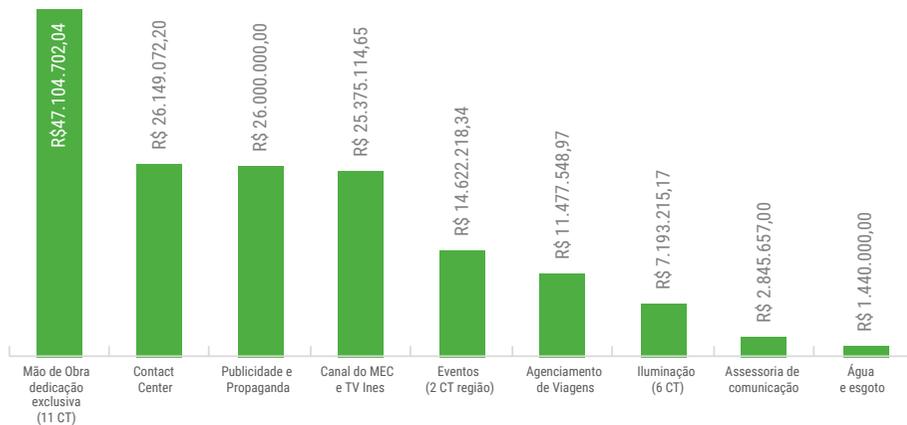


Fonte: Comprasnet Contratos 4.0 - valor global dos contratos de prestação de serviços da UASG 150002.

Há 55 contratos de serviço continuados sem mão de obra dedicada (ou não continuados), no total de R\$ 130.626.622,60. Há três contratos de cessão de uso oneroso (restaurante e bancos – Caixa Econômica Federal – CEF e Banco do Brasil – BB), sob responsabilidade da SAA/MEC.

Apresenta-se detalhamento de alguns tipos de contratos que são firmados para o funcionamento do órgão e para o cumprimento de suas atividades finalísticas:

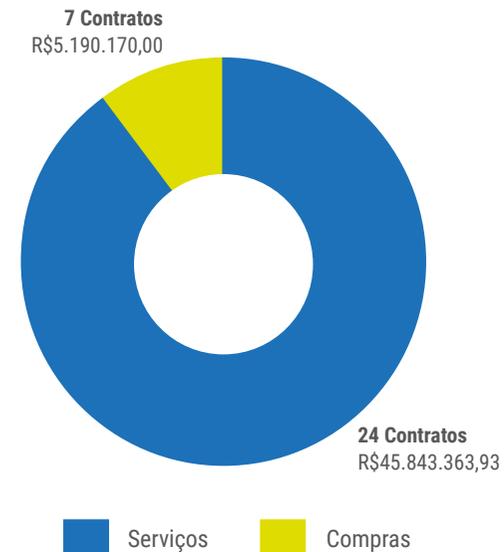
### Contratos firmados para garantir o funcionamento administrativo



Fonte: Comprasnet Contratos 4.0 – valor global das contratações – rol não-taxativo

A partir da Portaria MEC nº 773, de 20 de agosto de 2021, foi subdelegada competência ao titular da Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação – STIC para a ordenação de despesas e a prática de todos os atos de gestão orçamentária e financeira, no âmbito de sua respectiva unidade; bem como a celebração ou aprovação de protocolos, contratos, ajustes e convênios relativos às atividades inerentes às suas respectivas áreas; entre outras atividades. Dessa forma, os 31 contratos de TIC foram sub-rogados da UASG 150002 (SAA) para a UASG 150004 (STIC), no Comprasnet Contratos.

### Valor global dos contratos vigentes STIC firmados



Fonte: Comprasnet Contratos 4.0 – UASG 150004 – Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação – valor global dos contratos firmados vigentes no exercício de 2021.

## GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A dotação para a ação de administração da Unidade, ao final do exercício de 2021, correspondia ao valor de R\$ 136.066.177,00, representando uma diminuição da ordem de 12,46% em relação ao ano de 2020. A execução orçamentária para essa ação, em 2021, alcançou 98,30%, correspondendo a R\$ 133.755.793,62 empenhados.

Em função da situação de emergência causada pela pandemia de Covid-19 verifica-se que houve uma grande redução nos gastos com viagens, incluindo diárias e passagens aéreas nacionais e internacionais, nos anos de 2020 e 2021 em relação às despesas realizadas em 2019.

MEC	Despesas empenhadas 2019	Despesas empenhadas 2020	Despesas empenhadas 2021	Despesas pagas 2019	Despesas pagas 2020	Despesas pagas 2021
<b>TOTAL GERAL</b>	12.595.341,39	2.712.594,17	2.964.060,81	8.029.434,35	1.476.483,03	1.767.972,05

MEC	Restos a pagar pagos 2019	Restos a pagar pagos 2020	Restos a pagar pagos 2021
<b>TOTAL GERAL</b>	336.348,85	682.726,68	65.335,28

Fonte: Relatório de Gestão da Coordenação-Geral de Gestão Administrativa, exercício 2021.

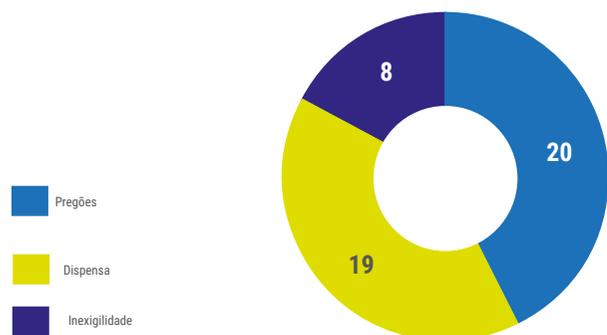
O MEC, no âmbito da gestão da Administração Direta, tem dado continuidade ao trabalho de revisão das despesas com saldo inscrito em Restos a Pagar Não Processados – RPNP, visando à redução do

tempo de manutenção dessas inscrições, bem como, adotando critérios para desestimular e evitar a reinscrição sucessiva de empenhos de exercícios anteriores uma vez que tais valores concorrem com a execução orçamentária e comprometem o financeiro no pagamento das despesas do exercício. As regras relativas à vigência, ao bloqueio, ao desbloqueio e ao cancelamento de saldos foram definidas pelos Decretos nº 93.872, de 1986; nº 9.428, de 2018; nº 9.896, de 2019; e nº 10.535, de 2020.

## CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES, SUA ASSOCIAÇÃO AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E JUSTIFICATIVAS PARA ESSAS CONTRATAÇÕES

No exercício de 2021, foram abertos 20 procedimentos licitatórios por meio de Pregão Eletrônico, sendo 5 pelo Sistema de Registro de Preços como órgão gerenciador. Houve adesão, na origem, também, a 5 atas de registros de preços e 3 como não participante. Além disso, foram realizadas 19 dispensas e 8 inexigibilidades de licitação, sendo, neste último caso, para capacitação de servidores.

## Modalidades



Fonte: CGLC – arquivos próprios

Foram firmados, durante o exercício de 2021, 36 novos contratos, dos quais destacam-se as contratações relativas ao suprimento administrativo do MEC e outras necessárias à realização de atividades finalísticas desta Pasta, em atendimento aos objetivos estratégicos relacionados à infraestrutura e aprendizagem.

## CONTRATAÇÕES DIRETAS: PARTICIPAÇÃO NOS PROCESSOS DE CONTRATAÇÃO, PRINCIPAIS TIPOS E JUSTIFICATIVAS PARA REALIZAÇÃO

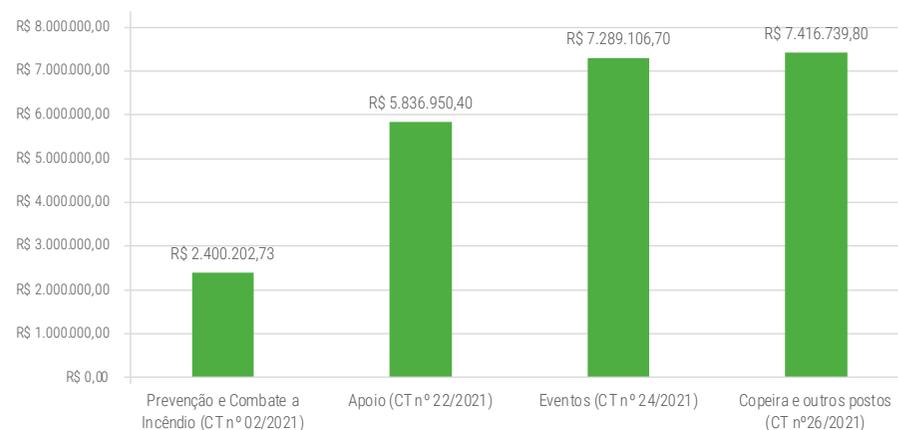
Em relação às dispensas de licitação, o MEC realizou no exercício de 2021, 19 procedimentos no valor global de R\$ 48.451.082,57, conforme detalhado:

a. 11 de contratação de serviços, dos quais:

- Remanescentes – 4, com fundamento no artigo 24, inciso XI da Lei nº 8.666, de 1993;
- Contratação de pequeno valor – 6, com fundamento no artigo 24, inciso II da Lei nº 8.666, de 1993; e
- EBC – 1 com fundamento no art. 8º, §2º, inciso II, da Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008.

b. 8 aquisições de bens, no valor total de R\$ 63.654,25

## Contratações remanescentes



Fonte: CGLC – arquivos próprios

Importante ressaltar que o MEC não interrompeu suas atividades em virtude da pandemia, tendo suprido, por meio de dispensa de licitação, produtos que visavam resguardar a integridade dos usuários, além do exercício e o funcionamento dos serviços públicos. Foram realizadas sete inexigibilidades de licitação, no valor de R\$ 121.264,46, todas voltadas à capacitação de servidores.

## PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

Desde janeiro de 2021, a gestão contratual passou a ser realizada pelo novo sistema [Comprasnet Contratos 4.0](#), uma ferramenta do Governo Federal que automatiza os processos de gestão contratual e conecta servidores públicos responsáveis pela execução e fiscalização de contratos, tornando as informações disponíveis a qualquer momento e melhorando as condições de gestão e relacionamento com fornecedores.

Ainda sobre contratos, durante o exercício de 2021, discutiu-se uma forma que possibilitasse flexibilizar a jornada de trabalho. Assim, alguns contratos de mão de obra dedicada à SAA/MEC foram aditados para conter cláusula autorizativa de trabalho remoto ou de teletrabalho dos colaboradores, desde que a atividade fosse compatível com esse tipo de modalidade, como os contratos de prestação de serviços de secretariado e revisão de textos.

Para o próximo exercício, será mantido o foco no planejamento (no Plano Anual de Contratações) e na fase interna da licitação, buscando otimizar os trabalhos e reduzir o fluxo interno. Além da contínua qualificação dos servidores para atuarem de acordo com a Nova Lei de Licitações e Contratos – NLLC e seus respectivos sistemas/portais (sistema de dispensa eletrônica do Comprasnet; Portal Nacional de Contratações Públicas - <https://pncp.gov.br/> entre outros).

## GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

### CONFORMIDADE LEGAL

Em atendimento à Portaria MEC nº 385, de 28 de novembro de 2018, em novembro de 2019, foi iniciada a implantação e operacionalização do Sistema Integrado de Gestão Patrimonial – Siads, com o cadastro de Unidades Organizacionais e a habilitação dos usuários junto à STN.

A partir de 2020, a constante interlocução com a STN auxiliou nas medidas necessárias à implantação do Siads. Em 2021, foi iniciada a migração dos dados e o cadastro dos bens no Sistema.

## PRINCIPAIS INVESTIMENTOS DE CAPITAL (INFRAESTRUTURA E EQUIPAMENTOS), AVALIAÇÃO DO CUSTO-BENEFÍCIO E IMPACTO SOBRE OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

O patrimônio atual do MEC foi avaliado em R\$ 109.159.877,23. No exercício de 2021, foi registrada, no Sistema de Patrimônio, a entrada do montante de R\$ 2.651.264,77 referente a aquisições de bens permanentes, como mobiliário; equipamentos de processamento de dados, áudio e vídeo, visando atender às normas vigentes e proporcionar o ambiente adequado para o desempenho das atividades dos servidores com acessibilidade e segurança.

No ano de 2021, o Ministério da Educação deu continuidade às medidas de prevenção, controle e mitigação da transmissão da Covid-19. Foram adquiridos, por intermédio do Almoxarifado Virtual e em processo de licitação próprio, itens de higiene e segurança, como álcool em gel, máscaras cirúrgicas descartáveis, termômetro clínico, dispenser de parede para álcool (400 ml), protetor facial, luva para procedimento não cirúrgico e avental hospitalar tipo cirúrgico.

No sentido de promover bem-estar e gerar satisfação no local de trabalho dos servidores e prestadores de serviço, o MEC continua ado-

tando as premissas de:

- I. ambiente adequado para o desempenho de suas atribuições, com espaço, conforto, mobiliário ergonômico, temperatura e iluminação dentro das melhores práticas e padrões e instalações prediais seguras;
- II. adequação de acessos, entradas e passagens nos prédios, atendendo às necessidades de pessoas com deficiência;
- III. racionalização do uso de energia elétrica e água, por meio da instalação de equipamentos que otimizam o uso desses recursos; e
- IV. oferecimento de instalações e ambientes adequados e próprios para a realização de refeições de qualidade, por meio da disposição de espaços para restaurante e refeitório.

## DESFAZIMENTO DE ATIVOS

No ano de 2021, o Ministério da Educação realizou transferências de bens de informática para instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, no montante de R\$ 5.160.637,52. Realizou, ainda, a doação de equipamentos de informática para a Secretaria de Saúde do Distrito Federal, no valor de R\$ 67.277,67. Essas transferências e doações resultaram em uma

redução do valor patrimonial em R\$ 2.509.372,75.

Foram transferidos, também, 12 veículos ao Ministério da Economia, em atendimento ao plano de desmobilização daquele órgão (leilão), nos termos do Decreto nº 9.287, de 15 de fevereiro de 2018.

## LOCAÇÕES DE IMÓVEIS E EQUIPAMENTOS

A Administração Direta do Ministério da Educação não realiza desembolsos com aluguéis, imóveis e equipamentos e busca permanentemente realizar a correta administração de seus espaços internos, com a adequada distribuição de seus servidores e mobiliários.

## GESTÃO DE BENS

A gestão de bens imóveis, realizada por meio do Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet, permite a avaliação dos imóveis da União sob guarda deste Ministério. O MEC tem sob sua responsabilidade cinco edificações localizadas no Distrito Federal:

EDIFICAÇÕES	ÁREA APROXIMADA (M <sup>2</sup> )
Edifício-Sede - Esplanada dos Ministérios Bloco "L" - CEP: 70.050-000	23.120,79
Edifícios Anexos I e II – Via N-2 – Esplanada dos Ministérios Bl. "L" - CEP: 70.047-900	33.409,82
Edifício do Conselho Nacional de Educação – SGAS 607 Lote 50 - CEP: 70.200-670	6.195,98
Edifícios da Garagem e do Arquivo – SGMN 01 Bloco "A" – CEP: 70.830-000	5.853,14
Edifício do Cetremec - SGAS 604 Lote 28 Brasília-DF- CEP: 70.200-640	1.896,50
Depósito – SIA Trecho 3 Lote 1210	1.828,56

Fonte: Relatório de Gestão da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos, 2021.

A Gestão de bens móveis é realizada por meio do Sistema de Administração de Patrimônio – SAP, ferramenta própria do MEC. Entretanto, a implantação do Sistema Integrado de Gestão Patrimonial, está em curso. O acervo patrimonial do MEC gira em torno de mais de 35 mil itens.



## Evolução do acervo patrimonial valor



Fonte: Sistema de Administração de Patrimônio

A gestão de bens materiais é realizada por meio do Sistema de Materiais – SMT, concomitantemente com o Almoxarifado Virtual, gerido pelo Ministério da Economia, que visa ao processo de logística *just in time* com utilização de Tecnologia de Informação e Comunicação. Em 2021, foi descentralizado o montante de R\$ 150.008,00 para aquele Ministério, tendo sido executado na sua totalidade.

## PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

Os principais desafios e as ações futuras estão alinhados às transformações e novas tecnologias requeridas pela Administração Pública diante do cenário atual. Quais sejam:

- finalização da implantação e plena utilização do Siads;
- finalização do estudo para aquisição e implantação do sistema de RFID (Radio Frequency Identification – Identificação por radiofrequência) sistema de gerenciamento de ativos de TI com a tecnologia Radio Frequency Identification – RFID, que contemple inventário patrimonial, logística de distribuição e armazenamento, rastreamento de ativos, bem como o registro de eventos;
- finalização do estudo para revitalização e atualização do Sistema de Circuito Fechado de Televisão-CFTV;
- atualização de normativos internos e desenvolvimento de orientações referentes ao patrimônio; e
- aquisição e instalação do Sistema de Controle de Acesso – SCA nas portarias dos edifícios: Sede, Anexos e CNE.

## GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

### CONFORMIDADE LEGAL

Para a área de Tecnologia da Informação e Comunicação, o MEC utiliza um [conjunto diversificado de regras e diretrizes](#), com base nas melhores práticas de mercado adaptadas à realidade da Administração Pública Federal e em atendimento aos normativos emanados pelo Governo Federal, Órgãos de Controle, Ministério da Economia, Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR), entre outros.

### PLANEJAMENTO E GOVERNANÇA DE TIC

Tendo como missão consolidar a Tecnologia no MEC como vetor de solução e potencialização de resultados para a educação brasileira e, como propósito, colaborar de forma ativa na criação, no provimento e na manutenção de soluções e serviços digitais para a educação, faz-se de extrema importância a manutenção de uma estrutura de governança fortalecida, de forma a concretizar o proposto e necessário para a promoção das políticas públicas de Estado.

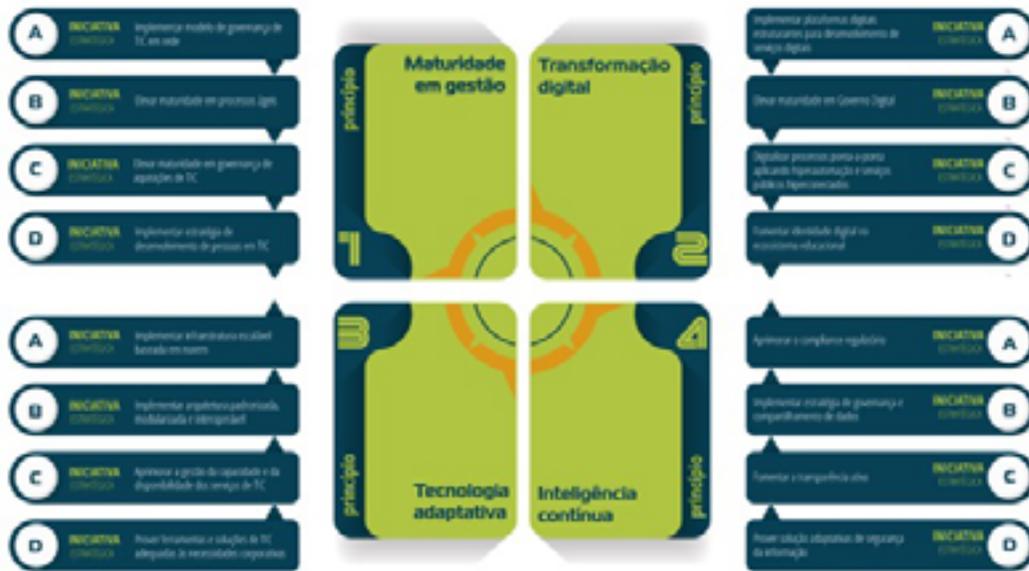
Além da transversalidade e da permeabilidade que essa área possui sobre todos os demais segmentos de atuação do Estado, a Transformação Digital tem exigido que a Tecnologia da Informação esteja cada vez mais incorporada à estratégia corporativa – arrastando consigo o redesenho de organizações, serviços e negócios.

Esse alinhamento estratégico torna-se ainda mais crítico no contexto da atual pandemia de Covid-19, que afeta de maneira profunda o setor educacional mundial, exigindo das instituições de ensino, de todos os níveis, a transformação e adaptação de seus processos operacionais dentro do paradigma do “novo normal”, o que acelerou a busca por novas habilidades, capacidades, técnicas e sistemas de informação capazes de reposicioná-las dentro desse cenário de constantes mudanças, reafirmando desta maneira a importância do planejamento como medida de garantia do constante alinhamento entre estratégias (internas e de Governo), gerenciamento de expectativas e entrega de resultados.

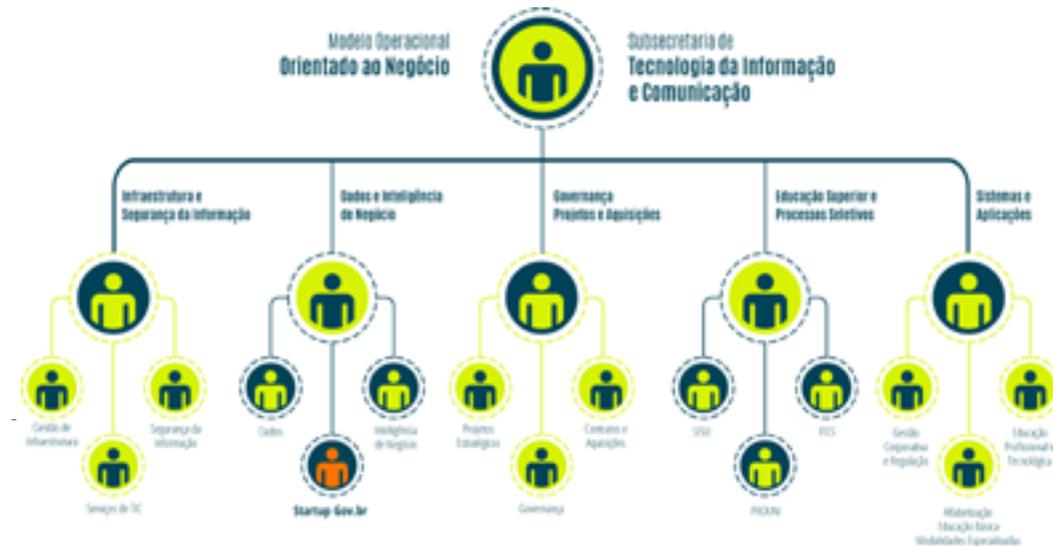
Considerando esses novos desafios, em 28 de maio de 2021, por meio do Comitê de Governança Digital – CGD, foi aprovado o novo Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação do MEC – PDTIC para o triênio 2021-2023, sendo este um instrumento que emerge para acompanhar e direcionar a atuação da TIC, tornando-se também ferramenta de apoio à tomada de decisão e à orientação do

gestor de TIC quanto ao planejamento e à gestão de recursos e das capacidades desejadas.

Considerando o processo de levantamento de necessidades conduzido junto às áreas de negócio e o diagnóstico de TIC realizado, definiu-se quatro direcionadores estratégicos (*drivers*) que nortearão todas as iniciativas de TIC para o triênio 21-23, habilitando assim a entrega dos resultados pretendidos. Para cada direcionador estratégico foi definido um conjunto de iniciativas estratégicas para esse ciclo de planejamento, que podem ser verificados na imagem a seguir:



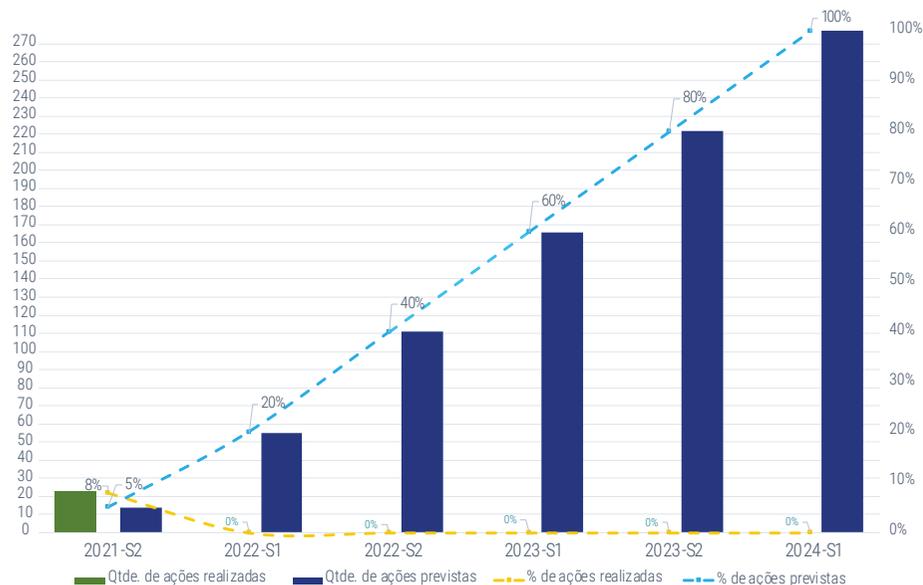
A partir do planejamento inicial, a Subsecretaria de Tecnologia da Informação vem aprimorando o seu modelo operacional de TIC para alcançar os objetivos estratégicos definidos, estando o setor organizado da seguinte maneira atualmente:



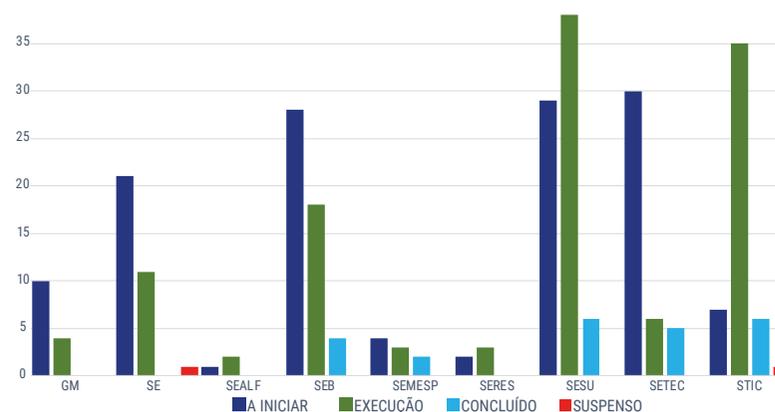
Nesse contexto, como passos iniciais neste processo de reestruturação e revisão do sistema de governança vigente, foram publicadas as Portarias nº 565, de 28 de julho de 2021, e nº 1.012, de 25 de novembro de 2021, que instituíram, respectivamente, o Comitê de Governança Digital – CGD, em atendimento ao art. 2º do Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020 e o Subcomitê de Segurança da Informação e Proteção de Dados – SSIP do Ministério da Educação, em

atendimento às disposições contidas no Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018, e da Instrução Normativa nº 1, de 27 de maio de 2020. Tais medidas estão em consonância com as práticas previstas no Guia de Governança de TIC do SISP, principalmente com aquelas relacionadas ao envolvimento da Alta Administração com iniciativas de TIC, à especificação dos direitos decisórios sobre TIC e à criação do Comitê de TIC (ou estrutura equivalente).

### Evolução das ações do PDTIC 21-23



### Evolução do PDTIC 21-23 por área demandante



### Montante de recursos aplicados em TI



Foram executados  
**100%** em 2021

## CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES DE RECURSOS DE TI

Destaca-se, durante o ano de 2021, a celebração dos contratos abaixo relacionados para serviços e soluções na área de TI:

- Contrato nº 07/2021 – G4F Soluções Corporativas Ltda. – no valor de R\$ 13.198.557,80, para contratação de serviços auxiliares de apoio técnico e especializado à gestão de atividades de tecnologia da informação;
- Contrato nº 16-2021 – *Extreme Digital* – no valor de R\$ 3.939.890,12, para prestação de serviços gerenciados de computação em nuvem;
- Contrato nº 19/2021 – *Brasoftware* – no valor de R\$ 2.458.595,32, para Licenciamento *Enrollment for Education Solutions* – EES;
- Contrato nº 28/2021 – Simpress Comércio, Locação e Serviços Ltda. – no valor de R\$ 2.347.503,88, para serviço de impressão corporativa gerenciada (Managed Print Services);
- Contrato nº 31/2021 – G4F Soluções Corporativas Ltda. (*Microsoft*) – no valor de R\$ 2.680.715,52, para soluções da plataforma Microsoft.

## PRINCIPAIS INICIATIVAS (SISTEMAS E PROJETOS) E RESULTADOS NA ÁREA DE TI

### Desenvolvimento de Sistemas

O Ministério da Educação, no ano de 2021, deu início ao projeto de Acesso Único à Educação Superior, parceria entre a STIC e a Sesu.

O Acesso Único vai além de uma ação de atualização tecnológica dos sistemas do Sisu, Prouni e Fies e está alicerçado em princípios como: segurança digital, modernidade, transparência, participação do usuário, integração, inteligência, monitoramento e economicidade.

Para a fase inicial foi entregue seu *Design Thinking*, durante a qual foram entrevistados os principais atores envolvidos: estudantes recém-saídos do ensino médio, candidatos de edições anteriores dos processos seletivos, IES, instituições financeiras, além dos gestores desses programas e que culminou com a publicação do Portal Único de Acesso ao Ensino Superior ([acessounico.mec.gov.br](https://acessounico.mec.gov.br)).

Essa primeira entrega do Projeto Acesso Único converge num único portal as informações dos processos seletivos, trazendo um visual moderno, intuitivo e interativo, propiciando ao estudante tudo que ele precisa para conhecer, se informar, decidir e acompanhar durante a sua participação.

Para as próximas entregas, temos:



## Governança de Dados

Destacam-se as seguintes iniciativas:

- Rede Aprender – Tem por objetivo ser a plataforma nacional de interoperabilidade e análise de dados da rede educacional brasileira, que engloba as principais visões: estudante, profissionais da educação, instituições de ensino e gestão da educação. Entre as ações executadas ao longo de 2021 cabe ressaltar a construção do Marco Legal e o início da composição de normas complementares com base em definições e estudos norteados pelo Marco Legal. Além dessa parte normativa, foi evoluída a arquitetura conceitual e tecnológica da rede, além de testes em diversas plataformas de dados existentes.
- Jornada do Estudante – Aplicativo de celular gratuito para disponibilização segura de documentos oficiais e de informação dos estudantes, com o intuito de ajudá-los no acesso aos seus dados acadêmicos, disponibilização e integração de documentos de forma digital na jornada do estudante e disponibilização da carteira digital estudantil. Entre as ações executadas ao longo de 2021, destaca-se a construção do TED com a Universidade Federal de Santa Catarina, para construção do aplicativo,

construção do conjunto mínimo de dados do ensino superior, além do protótipo funcional do aplicativo.

- Página de Painéis de Monitoramento e Indicadores – Para dar mais transparência e publicidade à população brasileira, esta página tem por diretriz divulgar diversos Painéis de Monitoramento e Indicadores com foco na educação brasileira.
- Painel de Investimentos Educação Básica – Tem o objetivo de compilar e divulgar os recursos disponibilizados pelos Entes Subnacionais para investimentos na educação básica, ampliando, assim, a transparência sobre o montante repassado e sua disponibilidade. Nele, estão compreendidos os valores repassados, em 2021, a estados, municípios e Distrito Federal relativos aos programas discricionários do MEC e também às parcelas de complementação da União ao Fundeb e das quotas do Salário-Educação, além dos saldos em conta verificados ao fim de cada mês, tanto dos programas ativos quanto daqueles inativos.

## Transformação Digital

Investir em ações de Transformação Digital no setor público significa colocar foco em oferecer aos cidadãos e às empresas serviços públicos de qualidade, com menos gasto de tempo e recursos.

Para o ano de 2021, o Ministério da Educação propôs uma revolução na entrega de serviços digitais. Anteriormente, no ano de 2020, o MEC, o Ministério da Economia e a Presidência da República acordaram uma entrega de 157 serviços transformados digitalmente. A partir da evolução do MEC no quesito transformação digital, e de posse de outras possibilidades de inserção do Plano de Transformação, o documento foi repactuado, passando a contar, atualmente, com 284 iniciativas de transformação digital, entre automação, avaliação, *login* único e autenticação, assim como a integração de bases de dados.



Os números abaixo estão de acordo com o andamento das entregas ao longo de 2021:



A intenção é prestar um melhor atendimento ao cidadão, reduzindo a burocracia, simplificando o acesso, diminuindo o tempo de espera e os custos para obtenção dos serviços públicos. A medida se traduz em mais eficiência, mais celeridade, além de diminuir os custos com infraestrutura e otimizar a força de trabalho.

## Segurança da Informação

Seguem as principais entregas do ano de 2021:

- AntiSpam e Antivírus: com o contrato Microsoft foi possível contemplar esse tipo de ferramenta, que provê um completo sistema de proteção contra ameaças, proteção de dados e recursos de gerenciamento de dispositivos para evitar ameaças on-line e acesso não autorizado, bem como proteger e gerenciar dados em *smartphones*, *tablets* e computadores.
- Otimização de Infraestrutura – SuperInfra: essa nova abordagem proporciona ganhos em gestão, *performance* e disponibilidade. A SuperInfra já foi implementada em sua totalidade faltando, apenas, migrar alguns poucos sistemas e ambientes.
- Migração de solução de Segurança – *Firewall*: a substituição do *Firewall Fortigate 1500D* pelo 3200D com migração dos serviços, sistemas e aplicativos suportados melhorou a gerência de configuração e o acompanhamento dos *logs* da solução, além de eliminar um equipamento que passará a não contar com cobertura contratual e de garantia.
- Projeto DEVSECOPS – Projeto entregue em maio de 2021 que im-

plementa a entrega contínua em esteiras, promovendo integração entre desenvolvimento e operações. Atividade de migração de sistemas já iniciada e a estimativa de migração completa para o último semestre de 2022.

## PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

Em virtude das deficiências do modelo até então vigente de serviços de desenvolvimento e evolução de *software*, a unidade enfrentou atrasos nas entregas de projetos importantes para as áreas de negócio, o que mostra a necessidade de rever o modelo de contratação e realizar novos procedimentos licitatórios.

Os principais desafios para os próximos exercícios se concentram na geração e manutenção da capacidade para atendimento ao crescente volume de demandas de Tecnologia da Informação – principalmente em tecnologias emergentes, segurança da informação e proteção de dados.

A seguir listamos duas iniciativas relevantes com impacto nos próximos exercícios:

- Ecossistema Educacional – iniciado em 2021, o projeto Ecossistema Educacional de Soluções Digitais, que busca incorporar, em ambiente aberto, possíveis soluções e iniciativas que envolvam

tecnologia da informação para apoio às redes educacionais nos seus diferentes níveis de maturidade. No intuito de consolidar, em uma única plataforma, as diversas opções de soluções tecnológicas existentes no mercado, com o tratamento adequado e as respectivas classificações. Com isso, será possível aproximar o mercado privado com soluções consolidadas e inovadoras, experimentar, em ambientes controlados, soluções e iniciativas que possam acelerar o processo de inclusão e qualidade digital nas escolas e instituições e equalizar o acesso aos serviços digitais para a educação.

- Plataforma Integrada de Gestão de Programas – Essa iniciativa, cujo planejamento teve início no exercício de 2021, visa construir uma nova solução tecnológica para gestão dos programas de transferência de recursos executados pelo Ministério da Educação em substituição aos atuais sistemas utilizados para essa finalidade. Em sua concepção, a nova plataforma integrada reunirá em um único ambiente todos os programas e suas respectivas fases – simplificando todo o ciclo de execução dessas políticas públicas.

## SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

### CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE NAS CONTRATAÇÕES E AQUISIÇÕES

Os processos de contratações, no âmbito do Ministério da Educação, estão alinhados às boas práticas desenvolvidas pela Administração Pública Federal e atendem à legislação: art. 170 da Constituição Federal de 1988, art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993, alterado pela Lei nº 12.349, de 2010, Lei nº 12.187, de 2009, art. 6º da Instrução Normativa nº 1/2010 da SLTI/MPOG e Decreto nº 7.746, de 2012.

Visando à efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais, há a inserção dos requisitos de sustentabilidade ambiental nos editais de licitação promovidos pelo MEC, os quais exigem, por parte da licitante vencedora, a adoção de boas práticas, tais como: otimização dos recursos materiais; redução de desperdícios materiais, energia e água; manutenção de programa interno de treinamento de seus empregados para redução de consumo de energia elétrica, consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, dentre outras.

### AÇÕES PARA REDUÇÃO DO CONSUMO DE RECURSOS NATURAIS

Com o intuito de economizar recursos naturais, foram programadas as seguintes ações:

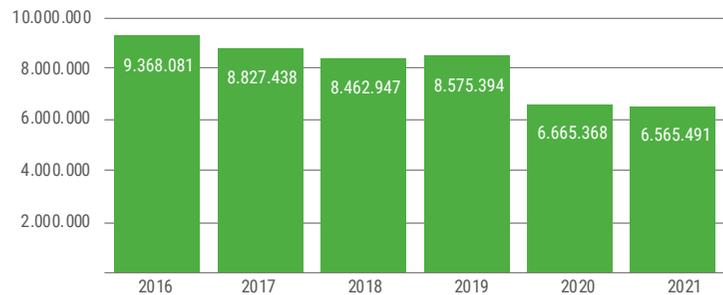
- nos processos de contratação, no âmbito do Ministério da Educação, procurou-se especificar produtos que tenham origem certificada e que não agredam o meio ambiente;
- substituição gradual das lâmpadas fluorescentes existentes por lâmpadas de LED;
- desligamento programado do circuito de iluminação;
- reaproveitamento de materiais nos serviços de manutenção, instalação de divisórias e persianas, com a disponibilização de depósito para acondicionamento e separação dos materiais de propriedade do MEC, evitando o descarte de itens ainda passíveis de utilização;
- conclusão das obras de modernização dos elevadores dos edifícios: Sede, Anexos e CNE, promovendo economia de até 10% de energia;
- para otimização do controle dos aparelhos de ar-condicionado tipo *Split*, foi iniciado estudo para instalação de disjuntores

individualizados, para todos os aparelhos instalados nas dependências do Ministério da Educação, com vistas ao desligamento pela equipe de plantão de elétrica, em horário pré-estabelecido;

- em 2021, foram iniciadas as tratativas para a participação do Ministério da Educação no “Esplanada Solar” do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – Procel. A expectativa de economia é de 10 a 15% ao ano, baseada na experiência do Ministério de Minas e Energia.

- reaproveitamento de materiais nos serviços de instalação de divisórias e persianas, com a disponibilização de depósito para acondicionamento e separação dos materiais de propriedade do MEC, evitando o descarte de itens ainda passíveis de utilização;
- coleta Seletiva e Destinação adequada de Resíduos: por meio do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos do Ministério da Educação – PGRS-MEC;
- gestão da coleta, do transporte, do tratamento e da disposição final dos resíduos sólidos orgânicos e indiferenciados gerados nas dependências do Ministério;
- utilização de abrigo para disposição de contêineres de acondicionamento, separação, identificação e pesagem dos resíduos orgânicos e indiferenciados; e
- em atendimento às diretrizes da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, em 2021, o Ministério da Educação publicou o Edital de Chamada Pública para Habilitação de Associações e/ou Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis, a fim de efetuar a coleta dos resíduos recicláveis descartados nas edificações de responsabilidade do MEC com a habilitação de cinco Associações e/ou Cooperativas para atuar durante o biênio de 2021/2023.

#### Comparativo do Consumo de Energia Elétrica em Kw/h



Fonte: Relatório de Gestão da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos, 2021.

## REDUÇÃO DE RESÍDUOS POLUENTES

Com vistas à redução dos resíduos poluentes, foram realizadas as seguintes ações:



## 5. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

## RESUMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E CONTÁBIL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (ADMINISTRAÇÃO DIRETA)

### ADMINISTRAÇÃO DIRETA (UNIDADES GESTORAS SEDIADAS EM BRASÍLIA) – UPC/MEC

As informações contábeis da Unidade Prestadora de Contas – UPC do Ministério da Educação correspondem aos dados das unidades da Administração Direta sediadas em Brasília, conforme as orientações e definições dispostas na Instrução Normativa do Tribunal de Contas da União (TCU) nº 84/2020 e na Decisão Normativa do TCU nº 187/2020.

O Ministério da Educação é um órgão público da Administração Direta, organizado hierárquica e funcionalmente a partir do entendimento da sua estrutura regimental. O Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, aprovou a estrutura regimental do MEC, em conformidade com o Decreto nº 9.660, de 1º de janeiro de 2019, que dispõe sobre a vinculação das entidades da Administração Pública Federal Indireta.

### ADMINISTRAÇÃO DIRETA (UNIDADES GESTORAS SEDIADAS NO RIO DE JANEIRO) – UPCS INDEPENDENTES

Na estrutura da Administração Direta do MEC estão incluídos os dois institutos de educação especial com sede na cidade do Rio de Janeiro-RJ: IBC e Ines.

Pela definição trazida pela DN/TCU nº 187/2020, essas unidades apresentarão suas contas de forma individualizada, ou seja, constituem unidades prestadoras de contas independente, mas por estarem vinculadas à estrutura da Administração Direta do MEC terão seus dados apresentados também nas demonstrações contábeis, disponibilizadas no [Portal do MEC](#) e mencionadas nas notas explicativas da UPC/MEC (Administração Direta).



UNIDADES GESTORAS INTEGRANTES DA UPC/MEC (ADMINISTRAÇÃO DIRETA)				
Nº	Unidades	Sigla	UG/Gestão	UG Executora
SECRETARIA-EXECUTIVA				
1	Subsecretaria de Assuntos Administrativos	SAA	150002/1	SIM
3	Subsecretaria de Planejamento e Orçamento	SPO	150014/1	SIM
4	Subsecretaria de Tecnologia da Informação*	STIC	150004/1	NÃO
5	Conselho Nacional de Educação*	CNE	150007/1	NÃO
6	Coordenação de Contabilidade e Custos (Setorial Contábil)	-	150003/1	NÃO
SECRETARIAS FINALÍSTICAS				
7	Secretaria de Educação Básica	SEB	150019/1	SIM
8	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica	Setec	150016/1	SIM
9	Secretaria de Educação Superior	Sesu	150011/1	SIM
10	Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior	Seres	152389/1	SIM
11	Secretaria de Alfabetização	Sealf	156575/1	SIM
12	Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação	Semesp	156575/1	SIM
13	Coordenação-Geral de Suporte à Gestão Orçamentária	CGSO	152734/1	SIM
INSTITUTOS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL (UPCS INDEPENDENTES)				
14	Instituto "Benjamin Constant"	IBC	152004/1	SIM
15	Instituto Nacional de Educação de Surdos	Ines	152005/1	SIM
UNIDADES EXTINTAS**				
1	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade	Secad	152009/1	-
2	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão	Secadi	150028/1	-
3	Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino	Sase	152389/1	-
4	Coordenação de Serviços Gerais	CSG	150005/1	-
5	Delegacia do MEC em Rondônia	Demec/RO	150061/1	-

**Observações:**

\* O CNE tem toda a sua execução realizada pela SAA (150002/1).

\*\* A STIC teve sua execução realizada pela SAA (150002/1). Até exercício de 2021. A Portaria SE nº 773 de 20/08/2021 subdelega competência ao Titular da STIC e designa servidores para exercício de encargos relacionados à operacionalização da Unidade Gestora 150004.

\*\*\* As unidades extintas constantes da relação possuem saldos remanescentes. Os saldos da Secad e da Secadi foram transferidos em 2020 para a UG Sucessora (Semesp 156575/1). Parte dos saldos da Sase foram baixados e parte transferida para a Sealf UG 156575/1) em 2021.

\*\*\*\* As unidades CSG (150005) e Demec/RO (150061) possuem saldo em contas de bens imóveis e os procedimentos de transferência estão sendo tratados nos processos SEI-MEC (23000.022256/2016-49 e 23000.022256/2016-49). Informações detalhadas constam das notas explicativas.

Fonte: Elaboração própria pela Setorial Contábil.

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA UPC/MEC

As demonstrações contábeis são elaboradas em consonância com a Lei nº 4.320, de 1964, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – [NBC TSP](#) editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, o Manual do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi, a Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, o Acórdão TCU nº 1338/2014-P, a DN/TCU nº 84/2020 e DN/TCU nº 187/2020. São extraídas do Siafi Web por meio da transação *condemcon* ou pelo menu *demonstrativos*, em formato de planilha eletrônica para formatação e inserção no texto das notas explicativas.

As [demonstrações contábeis](#) compreendem o Balanço Patrimonial, a Demonstração das Variações Patrimoniais, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, o Balanço Orçamentário, o Balanço Financeiro e a Demonstração dos Fluxos de Caixa, além das notas explicativas.

As demonstrações contábeis por grupo de UPC são apresentadas na íntegra com suas respectivas notas explicativas em arquivo único

disponível no *site* institucional do MEC (gov.br/MEC) - Acesso à Informação – Transparência e Prestação de Contas, *link*: <https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/transparencia-e-prestacao-de-contas/>

## PRINCIPAIS FATOS CONTÁBEIS

Este item apresenta, inicialmente, as demonstrações contábeis em grandes números extraídas do Siafi Web, contendo os principais saldos e sua evolução de 2020 para 2021 das UPCs integrantes da Administração Direta, tanto daquelas sediadas em Brasília quanto daquelas com sede na cidade do Rio de Janeiro. O documento [Demonstrações Contábeis](#) referente ao ano 2021 está disponível no Portal do MEC, juntamente com as notas explicativas.

As demonstrações contábeis das UPCs integrantes da Administração Direta, tomadas em seu conjunto, compreendem o Órgão Subordinado 26000 (MEC-Administração Direta).

**26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – ADMINISTRAÇÃO DIRETA**

<b>BALANÇO PATRIMONIAL</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>Evolução</b>
Ativo	6.845.345.934,34	6.938.322.455,37	-1,34%
Passivo	6.845.345.934,34	6.938.322.455,37	-1,34%
Passivo Exigível	691.131.666,47	651.689.963,73	6,05%
Patrimônio Líquido	6.154.214.267,87	6.286.632.491,64	-2,11%

**26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – ADMINISTRAÇÃO DIRETA**

<b>DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>Evolução</b>
Variações Patrimoniais Aumentativas	142.258.574.471,85	131.636.582.088,61	8,07%
Variações Patrimoniais Diminutivas	142.408.918.928,49	132.606.886.905,43	7,39%

**26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – ADMINISTRAÇÃO DIRETA**

<b>DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>Evolução</b>
Saldo Inicial do Exercício	6.286.632.491,64	7.236.495.499,35	-13,13%
Saldo Final do Exercício	6.154.214.267,87	6.286.632.491,64	-2,11%

**26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – ADMINISTRAÇÃO DIRETA**

<b>BALANÇO ORÇAMENTÁRIO</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>Evolução</b>
Previsão Atualizada da Receita	10.643.666.052,00	13.277.837.814,00	-19,84%
Dotação Atualizada da Despesa	2.681.979.093,00	2.657.441.492,00	0,92%

**26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – ADMINISTRAÇÃO DIRETA**

<b>BALANÇO FINANCEIRO</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>Evolução</b>
Ingressos	142.147.823.427,75	133.474.529.806,38	6,50%
Dispêndios	142.147.823.427,75	133.474.529.806,38	6,50%

**26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – ADMINISTRAÇÃO DIRETA**

<b>DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>Evolução</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	1.027.108.261,35	2.918.869.326,89	-64,81%
Caixa e Equivalentes de Caixa Final	670.670.714,70	1.027.108.261,35	-34,70%

Em relação aos principais fatos contábeis, cabe mencionar que estes abrangem as restrições contábeis consideradas relevantes apontadas pela Setorial Contábil/MEC e registradas na Conformidade Contábil do mês de dezembro de 2021, de acordo com a Macrofunção 02.03.15 do Manual Siafi, cujos valores impactam as demonstrações contábeis.

## ATIVO

O Ativo apresentado no Balanço Patrimonial do Ministério da Educação (Administração Direta) está superavaliado devido à permanência de saldos que não refletem adequadamente a real situação patrimonial em relação a contas de créditos a receber, imobilizado (bens móveis e imóveis) e intangíveis.

### **Saldos alongados no curto e longo prazo (MEC - Administração Direta - Subsecretaria de Assuntos Administrativos - SAA e Secretaria de Educação Superior - Sesu)**

A ressalva considerada de maior relevância pela Setorial Contábil na UPC/MEC refere-se à restrição de código 632 (Saldos Alongados/Indevidos em Contas Transitórias do Ativo Não Circulante/Imobilizado), que foi registrada na Conformidade Contábil ao longo do exercício de 2021 e no mês de encerramento (dezembro). As Unidades Gestoras que

apresentaram inconsistências objeto da restrição 632 foram a Subsecretaria de Assuntos Administrativos (SAA - 150002) e a Secretaria de Educação Superior (Sesu - UG 150011). O histórico das inconsistências e respectivas providências adotadas ou em andamento pelas unidades mencionadas para regularização estão detalhados nos processos SEI-MEC relacionados abaixo.

RESTRIÇÃO 632 E RESTRIÇÃO 318 (NÃO ATENDIMENTO ORIENTAÇÃO ÓRGÃO DE CONTABILIDADE SETORIAL/CENTRAL)	PROCESSO SEI - MEC
SAA (150002): saldo alongado na conta de "Obras em Andamento" decorrente da construção dos Centros de Atenção Integral à Criança – CAICs, projeto implantado por ocasião do Governo Collor.	23000.022256/2016-49 23000.047720/2017-91 23000.027167/2018-51
SAA (150002): saldo alongado na conta de "Bens Moveis em Trânsito" referente à doação de equipamentos para a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, os quais estão pendentes de recebimento.	23000.047668/2017-72
Sesu (150011): saldo na conta de "Importações em Andamento" – Bens Móveis em Andamento – decorrente de compras de equipamentos realizadas por meio de licitações internacionais na década de 1990, destinados aos hospitais universitários e universidades.	23000.022489/2019-94
Sesu (150011): saldo alongado na conta de "Empréstimos e Financiamentos Concedidos" – relativo ao antigo Programa de Crédito Educativo – Creduc, proveniente de exercícios anteriores a 2003.	23000.021461/2016-97 23000.008170/2015-22

As inconsistências referentes à restrição 632 impactam o ativo imobilizado da UPC/MEC, superavaliando o Ativo no montante de R\$ 993,318 milhões.

CONTA ATIVO	VALOR (R\$)
Conta 12321.06.01 – Obras em Andamento	R\$ 676.127.135,29
Conta 12311.07.02 – Importações em Andamento	R\$ 3.094.194,59
Conta 12111.03.01 – Empréstimos Concedidos a Receber	R\$ 311.293.832,17
Conta 12311.99.05 – Bens em Trânsito	R\$ 2.802.396,41
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 993.317.558,46</b>

Fonte: Siafi, Balancete.

### Ausência de cálculo da depreciação e amortização

As ressalvas apresentadas no quadro a seguir estão relacionadas, em grande parte, ao não início do cálculo da depreciação e da amortização em decorrência da ausência de sistema informatizado de controle de bens e de produtos em almoxarifado e intangíveis na Administração Direta.

As unidades: SAA/SE/MEC, STIC/SE/MEC, o Instituto Benjamin Constant – IBC e o Ines, argumentam que os procedimentos de cálculo da depreciação e da amortização estão prejudicados por não disporem de sistema informatizado de controle patrimonial.

No âmbito da UPC/MEC, algumas dificuldades operacionais foram reportadas pelo Siads e o Serviço Federal de Processamento de Dados – Serpro, que impediram a implantação do Siads no prazo estabelecido pela Portaria; entretanto a migração completa dos bens será finalizada em março de 2022 e a utilização plena do Siads se dará em abril de 2022.

O Ines informou que o Siads foi incluído parcialmente para controle dos itens de almoxarifado, mas para o controle patrimonial dos bens móveis o órgão aguarda a finalização de inventário; já o IBC mencionou que a implantação do Siads está em andamento e que o cadastramento dos bens permanentes foi concluído.



## PASSIVO

O Passivo apresentado no Balanço Patrimonial da UPC/MEC está superavaliado devido à permanência de saldos alongados em contas de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos e de fornecedores de longo prazo que não refletem adequadamente a real situação patrimonial.

**Saldos alongados em contas de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos (SPO) e conta de fornecedores de longo prazo (Sesu).**

RESTRIÇÃO 318 (NÃO ATENDIMENTO ORIENTAÇÃO ÓRGÃO DE CONTABILIDADE SETORIAL/CENTRAL)	PROCESSO SEI - MEC
Sesu (150011): saldo na conta de "Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo" –decorrente de compras de equipamentos realizadas por meio de licitações internacionais na década de 1990, destinados aos hospitais universitários e às universidades.	23000.021461/2016-97 23000.022489/2019-94
PROCESSO SEI - MEC	
SPO (150014): saldo nas contas de Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo e a Longo Prazo	23000.022615/2019-19

Fonte: Elaboração própria pela Setorial Contábil.

As inconsistências referentes aos saldos alongados nas contas de Passivo da UPC/MEC, têm provocado uma superavaliação de R\$ 26,241 milhões.

CONTA PASSIVO	VALOR (R\$)
Conta 21211.03.01 – Créditos Securitizados	R\$ 159.988,73
Conta 21211.03.03 – Contratos de Empréstimos Internos	R\$ 2.780.005,58
Conta 22211.02.00 – Empréstimos Internos – Em Contratos	R\$ 23.045.597,42
Conta 22311.01.00 – Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais	R\$ 255.387,29
TOTAL	R\$ 26.240.979,02

Fonte: Siafi, Balancete.

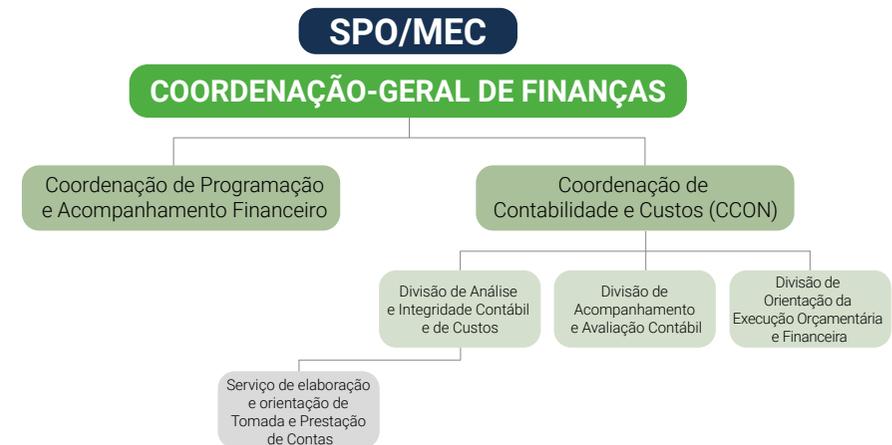
No que se refere às restrições contábeis, a Setorial Contábil envida esforços contínuos para regularização das inconsistências, realiza acompanhamento das providências em processo individualizados, bem como insere nas notas explicativas das Demonstrações Contábeis as informações relevantes quanto ao andamento dos ajustes contábeis pertinentes.

## INFORMAÇÕES ACERCA DO SETOR DE CONTABILIDADE DA UPC

Este item trata das informações acerca da estrutura, da equipe e das atividades da Setorial de Contabilidade da UPC – Ministério da Educação (Administração Direta), definida pela DN-TCU nº 187/2020, com a apresentação da sua composição, suas competências, suas responsabilidades, seus nomes, seus cargos e o período de atuação dos responsáveis.

### ORGANOGRAMA

A Coordenação de Contabilidade e Custos compõe a estrutura da Coordenação-Geral de Finanças da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento, vinculada à Secretaria-Executiva do Ministério da Educação, e exerce a competência de órgão setorial de contabilidade do Ministério, nos termos da Lei nº 10.180, de 2001 e do Decreto nº 6.976, de 2009.



Fonte: Elaboração própria, com base no Regimento Interno da SPO/MEC (Portaria MEC nº 1.022/2013) e Proposta de Regimento em tramitação.



## COMPETÊNCIAS

Nos termos do Regimento Interno vigente da SPO/MEC (Portaria MEC nº 1.022, de 16 de outubro de 2013), e da proposta de alteração de Regimento Interno da SPO/MEC (em tramitação), à Coordenação de Contabilidade e Custos compete:

### COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE E CUSTOS:

- I – coordenar, supervisionar e acompanhar as atividades relacionadas ao Sistema Federal de Contabilidade e ao Sistema de Custos do Governo Federal;
- II – apoiar o órgão central e propor medidas de aperfeiçoamento das rotinas e procedimentos do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) e do Sistema de Informações de Custos (SIC), ambos do Governo Federal;
- III – propor medidas para a apuração dos custos dos programas, projetos e atividades, de forma a evidenciar os resultados da gestão das unidades; e
- IV – acompanhar e orientar a contabilização dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial. (art. 38)

Fonte: Regimento Interno da SPO/MEC (Portaria MEC nº 1.022, de 16/10/2013) e Proposta de alteração do Regimento Interno em tramitação.



<b>DIVISÃO DE ANÁLISE E INTEGRIDADE CONTÁBIL E DE CUSTOS (ART. 39) [2 SERVIDORES]</b>	<b>DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO CONTÁBIL (ART. 40) [2 SERVIDORES E 1 ESTAGIÁRIO]</b>
<p>I – analisar a consistência dos balanços, balancetes e demais demonstrações contábeis dos órgãos e unidades vinculadas;</p> <p>II – realizar a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial praticados pelos ordenadores de despesa e responsáveis por bens públicos, à vista dos princípios e normas contábeis aplicadas ao setor público, da tabela de eventos, do plano de contas aplicado ao setor público e da conformidade dos registros de gestão da unidade gestora;</p> <p>III – garantir, em conjunto com a Unidade Setorial Orçamentária, a fidedignidade dos dados do Orçamento Geral da União publicado no Diário Oficial da União com os registros contábeis ocorridos no Siafi;</p> <p>IV - efetuar registros contábeis, quando necessário, nas unidades gestoras vinculadas;</p> <p>V – elaborar as Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis que compõem o Balanço Geral da União e a Prestação de Contas do Presidente da República, conforme as orientações da Secretaria do Tesouro Nacional e do Tribunal de Contas da União;</p> <p>VI – elaborar a Declaração Anual do Contador Responsável de órgão superior, conforme as orientações da Secretaria do Tesouro Nacional e do Tribunal de Contas da União; e</p> <p>VII – prestar assistência e orientação na elaboração de relatórios gerenciais, bem como os relatórios que deverão compor o Balanço Geral da União e a Prestação de Contas do Presidente da República, conforme as orientações da Secretaria do Tesouro Nacional e do Tribunal de Contas da União.</p>	<p>I – monitorar a contabilização dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial;</p> <p>II – acompanhar e orientar a contabilização dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial relacionados aos processos e às rotinas de encerramento do exercício e abertura do exercício seguinte;</p> <p>III – acompanhar a conformidade de registro de gestão efetuado pelas unidades gestoras da Administração Direta e registrar a conformidade de operadores da unidade gestora da Setorial de Contabilidade no Siafi; e</p> <p>IV - apoiar treinamentos na área de contabilidade para os órgãos e unidades vinculados.</p>
<b>DIVISÃO DE ORIENTAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (ART. 41) [4 SERVIDORES]</b>	<b>SERVIÇO DE ELABORAÇÃO E ORIENTAÇÃO DE TOMADA E PRESTAÇÃO DE CONTAS (ART. 42) [1 SERVIDOR]</b>
<p>I – orientar os órgãos e as unidades vinculadas quanto às operações dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial; e</p> <p>II – fornecer e gerenciar a utilização de senhas de usuários e cadastradores do Siafi, Rede Serpro e SICONV.</p>	<p>I – cumprir os atos requeridos para compor o processo de Tomada de Contas Anual dos órgãos da Administração Direta;</p> <p>II – instaurar processo de tomada de contas especial relativas à Subsecretaria de Planejamento e Orçamento, efetuar o registro contábil do responsável nas demais unidades da Administração Direta, bem como verificar e efetuar a respectiva baixa contábil pelo recebimento ou cancelamento do débito apurado; e</p> <p>III – orientar as unidades quanto aos procedimentos para a realização de tomada/prestação de contas.</p>

## COMPOSIÇÃO, CARGOS E FUNÇÕES

A equipe da Coordenação de Contabilidade e Custos possui dez servidores e um estagiário para prestar assessoramento acerca da execução/contabilização de atos e fatos de natureza contábil, orçamentária e financeira, entre outros, aos 117 órgãos vinculados com 955 unidades gestoras executoras.

Pela proposta de alteração no Regimento Interno da SPO/SE/MEC, a estrutura corresponderia ao quadro a seguir que detalha os atuais servidores por divisão, cargo, função e o período de atuação (nomeação, designação e dispensa), como também as atividades dos macroprocessos da Gratificação Temporária das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal – Gsiste, definidos pela [Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional \(STN\) nº 481, de 18 de agosto de 2014](#).



COORDENAÇÃO E DIVISÕES	CARGO/FUNÇÃO	CARGO EFETIVO	MACROPROCESSO GSISTE
Coordenadora de Contabilidade e Custos Núcia Ferreira da Silva	Coordenadora – FCPE 101.3, (Designação: 22/01/2010)	Auxiliar em Assuntos Educaçãoais	Macroprocesso de Acompanhamento e Avaliação Contábil (MPAAC)
Juciane Pereira da Silva - Substituta	(Designação Substituta: 15/12/2020)	Agente Administrativo	Macroprocesso de Análise e Integridade Contábil (MPANC)
DIVISÃO DE ANÁLISE E INTEGRIDADE CONTÁBIL E DE CUSTOS			
1.Lara Cristina Caixêta Machado de Lima	Chefe de Divisão – FCPE 101.2, (Designação: 12/06/2015)	Contador	Macroprocesso de Acompanhamento e Avaliação Contábil (MPAAC)
2.Rik Lenon Floriano da Silva	DAS 101.1 (Nomeação: 01/06/2018) (Nova Estrutura MEC Nomeação: 30/01/2020)	Servidor sem vínculo	-
SERVIÇO DE ELABORAÇÃO DE ORIENTAÇÃO DE TOMADA E PRESTAÇÃO DE CONTAS			
1.Erildo Alves Machado	Chefe de Serviço – FCPE 101.1, (Designação: 26/03/2012)	Analista de Sistemas	Macroprocesso de Análise e Integridade Contábil (MPANC)
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO CONTÁBIL			
1.Juciane Pereira da Silva	Chefe de Divisão – FCPE 101.2, (Designação: 28/05/2020)	Agente Administrativo	Macroprocesso de Análise e Integridade Contábil (MPANC)
2.Paulo Augusto Fidelis Alecrim	Chefe de Serviço - FCPE101.1 (Designação 27/03/2020)	Agente Administrativo	-
DIVISÃO DE ORIENTAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA			
1. Maria Cláudia Simões Nogueira	Chefe de Divisão – FCPE 101.2 (Designação: 04/06/2007)	Agente Administrativo	Macroprocesso de Orientação sobre a Execução Orçamentária e Financeira (MPEOF)
2. Nara de Sousa Gonzaga	FG-1 (Designação: 30/01/2020)	Técnico em Assuntos Educaçãoais	Macroprocesso de Tomada e Prestação de Contas (MPCON)
3.Elis Regina Dias de Assis	FG-1 (Designação 27/03/2020)	Técnico em Contabilidade	Macroprocesso de Acompanhamento e Avaliação Contábil (MPAAC)
4. Maria de Lourdes Côrte de Lima	Chefe de Serviço - FCPE 101.1 (Designação 21/01/2020)	Agente de Portaria	-

## QUANTITATIVO DE UNIDADES GESTORAS SUPERVISIONADAS

Os dados do quadro abaixo apresentam o quantitativo de unidades gestoras “ativas” no Siafi sob supervisão da Coordenação de Contabilidade e Custos às quais presta assessoramento, conforme parâmetro selecionado para extração de consulta no Tesouro Gerencial.

QUANTITATIVO DE ÓRGÃOS E UNIDADES DO MEC				
GRUPO DE UNIDADES	UG PRINCIPAL (SETORIAL CONTÁBIL)	UGS VINCULADAS <sup>1</sup>	TOTAL DE UGS	TOTAL UOS
Administração Direta	1	14	15	3
Universidades <sup>2</sup>	68	213	281	68
Hospitais Universitários (vinculados às Universidades) <sup>3</sup>	-	45	45	35
Hospitais Universitários (vinculados à Ebserh)	-	37	37	-
Institutos Federais de Educação Prof. e Tecnológica <sup>4</sup>	42	520	562	42
Outras Unidades <sup>5</sup>	6	9	15	8
<b>TOTAL</b>	<b>117</b>	<b>838</b>	<b>955</b>	<b>156</b>

Fonte: TG, dezembro/2021.

1. No total de UGs vinculadas não estão computadas as Setoriais Contábeis; elas são computadas na coluna de UG Principal.
2. Na linha das Universidades não estão computadas as UGs dos HUs; eles estão computados nas linhas abaixo (HUs vinculados às Universidades). Até 2017, existiam 62 Universidades; em 2018, foram criadas 5 novas Universidades, e em 2019, 1 nova universidade (UFNT), totalizando 68 universidades.
3. Os HUs vinculados às Universidades totalizam 45 Unidades Gestoras Executoras (UGEs), sendo 35 com UOs próprias distintas da UO da Universidade. Do total de 45 Chus de universidades federais, 37 possuem UGs vinculadas à Ebserh, UO (26443).
4. Na linha dos institutos está incluído o Colégio Pedro II, o Cefet-MG, o Cefet-RJ e a UTFPR. (Lei nº 11.892/2008, alterada pela Lei nº 12.677/2012).
5. Na linha de Outras Unidades estão incluídas as duas empresas públicas (HCPA e Ebserh); a Capes, Fundaj, Inep e FNDE. O FNDE possui 3 UOs (UO Salário-Educação: 73107, UG 153173), (UO Fies: 74902, UG 151714) e (UO FNDE: 26298, UG 153173). Na coluna de Total de UGs da linha de Outras Unidades não estão computadas as UGs dos HUs gerenciados pela Ebserh por já estarem computadas na linha dos HUs vinculados à Ebserh.



MINISTÉRIO DA  
EDUCAÇÃO



PÁTRIA AMADA  
**BRASIL**  
GOVERNO FEDERAL